



Vanessa Pontes da Costa

**Ensino superior, desigualdades
e democratização: um estudo sobre a
inserção dos estudantes ingressantes
por reserva de vagas na Universidade
Federal do Rio de Janeiro**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Serviço Social

Orientador: Profa. Andreia Clapp Salvador

Rio de Janeiro
Junho de 2014



Vanessa Pontes da Costa

**Ensino superior, desigualdades
e democratização: um estudo sobre a
inserção dos estudantes ingressantes
por reserva de vagas na Universidade
Federal do Rio de Janeiro**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social do Departamento de Serviço Social do Centro de Ciências Sociais da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Profa. Andreia Clapp Salvador
Orientador

Departamento de Serviço Social – PUC-Rio

Profa. Inez Terezinha Stampa

Departamento de Serviço Social – PUC-Rio

Profa. Lobélia da Silva Faceira
UNIRIO

Profa. Mônica Herz

Vice-Decana de Pós-Graduação do
Centro de Ciências Sociais – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 11 de junho de 2014

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, do autor e do orientador.

Vanessa Pontes da Costa

Graduou-se em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, em 2007. Especializou-se em Serviço Social e Saúde pela Faculdade de Serviço Social da UERJ em 2009. Fez residência em Serviço Social da Saúde do Trabalhador HUPE/UERJ, em 2009. Tem experiência na área de Serviço Social, com ênfase em Saúde do Trabalhador e Educação. Trabalha desde fevereiro de 2010, como assistente social, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Ficha Catalográfica

Costa, Vanessa Pontes da

Ensino superior, desigualdades e democratização: um estudo sobre a inserção dos estudantes ingressantes por reserva de vagas na Universidade Federal do Rio de Janeiro / Vanessa Pontes da Costa ; orientador: Andreia Clapp Salvador. – 2014.

112 f. : il. (color.) ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, 2014.

Inclui bibliografia.

1. Serviço social – Teses. 2. Ensino superior. 3. Ação afirmativa. 4. Desigualdades. 5. Democratização. I. Salvador, Andreia Clapp. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Serviço Social. III. Título.

Dedico esta dissertação aos meus pais
que com carinho, durante toda a minha
vida foram meus maiores incentivadores
em avançar nos estudos e conhecimento.

Agradecimentos

Agradeço a Deus por sempre estar presente em minha vida. Por seu amor, cuidado e provisão, principalmente durante a trajetória do mestrado, período em que vivenciei diferentes etapas da vida.

Aos meus queridos pais, Jorge e Maria Luiza, que durante toda a minha vida estiveram ao meu lado, acreditando em mim, me incentivando e compartilhando de cada vitória alcançada como se fosse deles próprios. Agradeço pelo imenso amor e companheirismo que sempre dedicaram a mim. Ao meu pai, meu grande amigo, que me viu iniciar este mestrado, e que, durante o decorrer do mesmo, tive que aprender a conviver com sua ausência física. E à minha mãe que, diante das dificuldades da vida, teve forças para seguir em frente com alegria, sempre me auxiliando a fazer o mesmo, o meu mais sincero agradecimento. Meu amor por vocês é eterno!

Agradeço à minha irmã Michele por sempre estar ao meu lado e ser uma grande incentivadora na trajetória do Serviço Social. Agradeço por todas as orientações e discussões construtivas que sempre tivemos e que somavam para construir meu estudo. Agradeço ainda por sua dedicação à nossa profissão. Você é um exemplo para mim. Obrigada pelo seu carinho e por fazer parte da minha vida!

Agradeço ao Wanderson, meu marido, pela compreensão das necessárias ausências no período do mestrado, pelo companheirismo, cuidado e amor que sempre dedicou a mim. A minha vida é mais feliz com você.

À professora Andréia pela parceria e orientação na construção deste estudo. Agradeço também pela ampliação do meu conhecimento ao incentivar cada vez mais o meu aprimoramento nesta construção.

Aos amigos da DAE/UFRJ que me incentivaram a embarcar neste mestrado e a construir minha pesquisa. Agradeço pelas orientações e pelas discussões produtivas que auxiliavam o meu estudo e também pelos momentos de descontração que tornavam o cotidiano mais suave.

Aos meus amigos conquistados no mestrado, que se tornaram um grande presente para mim. Em especial, Leandro e Ana Paula, que no decorrer destes dois anos compartilharam, de forma mais próxima, a experiência do mestrado. Agradeço pelas conversas, amizade e por tornarem mais leve este período com a presença de vocês.

Agradeço aos estudantes que confiaram a mim suas experiências acadêmicas e de vida, compartilhando suas alegrias e angústias da vivência universitária. Esta participação foi fundamental para a concretização deste trabalho.

Ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da PUC-Rio, pela bolsa de isenção e, pela oportunidade de ampliar e aprimorar meu conhecimento.

Resumo

Costa, Vanessa Pontes da; Salvador, Andréia Clapp. **Ensino Superior, desigualdades e democratização: um estudo sobre a inserção dos estudantes ingressantes por reserva de vagas na Universidade Federal do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, 2014. 112p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O presente estudo busca abordar o tema da inserção dos discentes ingressantes pela reserva de vagas na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), no ano de 2012, enfatizando a vivência destes estudantes no interior da universidade e valorizando a fala dos mesmos na construção do nosso estudo. Embora a Educação se constitua em um importante direito social regido pelo princípio da igualdade, o que verificamos ao longo da história da Educação em nosso país é uma trajetória de desigualdades, vivenciada pelos diferentes grupos sociais no que diz respeito ao acesso e permanência, tanto em termos quantitativos como em termos qualitativos, constituindo-se em um importante condicionante da demarcação dos lugares sociais. Deste modo, a implementação das ações afirmativas, no que tange ao ensino superior, traz uma nova dinâmica às universidades, pois busca alterar o perfil do corpo discente e avança no processo de democratização do acesso a este nível de ensino. Entretanto, além do acesso deve-se avançar em relação à permanência, pois um complementa o outro no alcance à conclusão do ensino superior e, deste modo, possibilita a real democratização do ensino. Assim, sendo a adoção das ações afirmativas algo recente na UFRJ, iniciada em 2011, nosso estudo objetivou trazer as questões vivenciadas pelos estudantes ingressantes por reserva de vagas e que se constituem como aspectos facilitadores e dificultadores encontrados na vivência universitária, buscando compreender como tem ocorrido este processo pelo olhar dos sujeitos de nosso estudo. Nosso trabalho contou com dez entrevistas realizadas com discentes pertencentes a diferentes cursos de graduação no final do ano de 2013. Através desta reflexão, busca-se contribuir no entendimento sobre as

alterações que vêm ocorrendo neste nível de ensino e no que ainda é necessário se avançar para obter uma maior democratização do ensino superior.

Palavras-chave

Ensino superior; ação afirmativa; desigualdades; democratização.

Abstract

Costa, Vanessa Pontes da; Salvador, Andréia Clapp (Advisor). **Higher Education, inequalities and democratization: a study on the insertion of students who were admitted at the Federal University of Rio de Janeiro through affirmative actions.** Rio de Janeiro, 2014. 112p. MSc. Dissertation – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This paper aims to go into the subject of the insertion of students, who were admitted through the system of quotas at the Federal University of Rio de Janeiro (UFRJ) in 2012, emphasizing their experience on the university and valuing their speech throughout our study. Although education is an important social right guided by the principle of equality, a path of inequalities experienced by various social groups regarding access and permanence is noticeable, in both qualitative and quantitative terms throughout the history of education in our country, constituting an important compelling factor of the demarcation of social roles. Thus, the implementation of affirmative actions regarding the higher education admittance brings a new dynamic to the university, diversifying the student's body profile and advancing toward a democratization process. However, in addition to admittance, it is necessary to make progress when it comes to permanence, since these are complementary factors when it comes to the conclusion of higher education, which therefore make the democratization of education possible. Hence, considering that the adoption of affirmative actions in UFRJ's admittance process is recent - since 2011 - our study strived to come up with the issues experienced by the students who were admitted at the university through these affirmative actions and analyze positive and negative aspects of their academic life in order to comprehend how this process has been perceived by the subjects of our research.

Our study was based in ten interviews with higher education students of different courses at the end of 2013. Through this reflection we intend to contribute to the understanding of changes that have been occurring at this level of teaching and

also to ponder about what is still necessary to be changed to reach a larger democratization regarding higher education.

Keywords

Higher education; affirmative action; inequalities; democratization.

Sumário

1.	Introdução	14
2.	Ensino Superior: desigualdades e democratização	18
2.1.	Políticas de Ação Afirmativa: origem, princípio e objetivos	19
2.2.	Alguns debates sobre as Políticas de Ação Afirmativa	28
2.3.	Desigualdades na Educação Superior e a busca por sua democratização	32
2.4.	Acesso e Permanência: dois fatores essenciais para possibilitar a real inserção	41
2.5.	A UFRJ e a “democratização” do Ensino Superior	47
3.	Os estudantes ingressantes por reserva de vagas e a sua vivência universitária	56
3.1.	Conhecendo o perfil dos estudantes ingressantes por reserva de vagas na UFRJ	57
3.2.	O olhar dos estudantes ingressantes por reservas de vagas	72
3.2.1.	Sobre a reserva de vagas: alguns dilemas	77
4.	Considerações Finais	93
5.	Referências Bibliográficas	98

6.	Anexos	104
6.1.	Anexo 1 – Roteiro de Entrevista	104
6.2.	Anexo 2 – Termo de Consentimento livre e esclarecido	106
6.3.	Anexo 3 – Formulário de seleção para a Bolsa Auxílio utilizado em 2012	108

Lista de gráficos

Gráfico 1 -	Proporção de Selecionados da Bolsa Auxílio por ingressantes pela Ação Afirmativa	59
Gráfico 2 -	Proporção de ingressantes por Ação Afirmativa solicitantes de B. Aux. por Alunos selecionados para B. Aux.	61
Gráfico 3 -	Ensino Médio	62
Gráfico 4 -	Tipo de escola por Centro	62
Gráfico 5 -	Curso de Graduação x Tipo de escola	64
Gráfico 6 -	Faixa Etária	65
Gráfico 7 -	Motivação	66
Gráfico 8 -	Pai ou Mãe com Nível Superior de Ensino	67
Gráfico 9 -	Principal Provedor	69
Gráfico 10 -	Local de Moradia da família	70
Gráfico 11 -	Escolaridade das Mães	74
Gráfico 12 -	Escolaridade dos Pais	75
Gráfico 13 -	Local de Moradia dos Estudantes Entrevistados	85

1 Introdução

Em nosso país, apesar da educação ser um direito garantido constitucionalmente e regido pelo princípio da igualdade, o mesmo não tem sido apreendido desta forma ao longo dos anos, pois nos encontramos em uma sociedade marcada pela desigual distribuição de oportunidades, que na história de nosso país vem determinando os lugares sociais de alguns grupos. Deste modo, o que verificamos na história da educação de nosso país é uma trajetória marcada pela desigualdade entre os distintos grupos sociais. Esta desigualdade é bastante acentuada quando destacamos o ensino superior.

Entretanto, é justamente neste contexto que ganham destaque as alterações que vêm ocorrendo nas universidades brasileiras, possibilitando uma alteração no perfil de seu corpo discente através da realização de reserva de vagas para grupos específicos de estudantes que ao longo da história apresentavam um acesso limitado a este nível de ensino. As Ações Afirmativas vêm sendo implementadas nas universidades brasileiras desde 2002, embora na UFRJ só foram regulamentadas e implementadas a partir de 2011. Este instrumento voltado para o acesso e permanência de estudantes já atinge praticamente todas as universidades públicas e privadas, sendo considerado um importante elemento no processo de democratização do ensino superior.

No que diz respeito às alterações no acesso às universidades, importante passo ocorreu em agosto de 2012 quando foi sancionada a lei 12.711, que trata especificamente sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, com o estabelecimento do preenchimento de 50% das vagas nas instituições federais de educação para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas e fixando reserva de vagas para autodeclarados pretos, pardos ou indígenas.

A lei 12.711 traz uma nova realidade para as universidades, que devem se organizar para receber este novo grupo de estudantes em seus diferentes cursos de graduação. Esta nova realidade significa um importante passo na democratização do acesso ao ensino superior, porém é necessário compreender

como esta reserva de vagas vem se efetivando e de que maneira tem possibilitado a inserção dos discentes.

Entretanto, apesar dos avanços, a democratização do ensino superior não se dá de forma tão simples. Além do acesso ao ensino superior, também se requer a permanência do estudante, e os programas existentes de apoio à permanência, embora tenham grande importância, ainda não são suficientes para os ingressantes, o que vem acarretando insegurança e apreensão por parte dos estudantes, seus familiares e técnicos da própria universidade.

Deste modo, entendemos que, apesar da visibilidade que o tema de acesso e permanência no ensino superior tem alcançado e das alterações que estão ocorrendo neste âmbito, a inserção no ensino superior ainda guarda aspectos de desigualdade¹ - que se traduz em dificuldades do discente ingressante por reserva de vagas se inserir com qualidade no ensino superior, ou seja, acreditamos que, mesmo com a reserva de vagas, ainda encontramos em tempos atuais avanços a serem conquistados neste nível de ensino, de forma a garantir de modo mais adequado e dar maior qualidade à inserção do estudante.

É neste sentido que o nosso estudo se propôs a compreender melhor como vem sendo a vivência universitária destes estudantes que ingressaram por Ação Afirmativa na UFRJ no ano de 2012, que foi o segundo ano em que a referida universidade implementou a reserva de vagas para os cursos de graduação.

Escolhemos a UFRJ como campo de pesquisa para a realização deste estudo, pois a mesma se constitui no local onde trabalhamos enquanto assistente social em contato direto com os estudantes desta universidade. Assim, esta proximidade com o campo de pesquisa nos permite um olhar diferenciado sobre a universidade e sobre as necessidades que os discentes expressam para esta, trazendo uma necessidade de melhor conhecer estes discentes e aprofundar a compreensão sobre suas demandas que objetivam possibilitar uma inserção de qualidade na universidade.

1 Alguns dados apontam para esta direção: conforme o censo de 2011, apesar do aumento das matrículas e o aumento da participação das vagas das instituições federais no conjunto das universidades, 74% das matrículas de graduação estão no setor privado e apenas 26% no setor público. (Lázaro et al., 2012, p.5). E, ainda, segundo aponta estudo do Grupo Estratégico de Análise da Educação Superior/FLACSO Brasil: “A análise do perfil socioeconômico dos que frequentam este nível de ensino [Superior] revela a predominância da população branca, de elevado poder aquisitivo, residente dos grandes centros urbanos.” (GEA-ES, 2012, p.3).

É justamente devido a esta proximidade com os estudantes e buscando conhecer quem é o discente que entra pela reserva de vagas nos cursos de graduação da UFRJ, por critério de renda e origem do ensino médio, que nos sentimos motivados a buscar uma melhor compreensão sobre esta inserção, tendo o entendimento de que esta modalidade de ingresso na universidade se configura como um relevante aspecto da sugerida democratização do ensino superior na atualidade.

Para realizar nossa pesquisa, sistematizamos o perfil dos estudantes ingressantes por ação afirmativa na UFRJ no ano de 2012 com dados extraídos de formulário de inscrição para seleção de um benefício assistencial disponibilizado pela UFRJ, denominado bolsa auxílio. Em um segundo momento, realizamos entrevistas com um total de 10 destes estudantes, escolhidos de forma aleatória dentro do total de estudantes selecionados para o recebimento da bolsa auxílio (966 discentes), no referido ano em seleção, realizada exclusivamente para estudantes ingressantes por ação afirmativa. Através destas entrevistas, obtivemos os dados qualitativos da nossa pesquisa.

Em nosso estudo, buscamos verificar os limites e possibilidades que se apresentam na vivência universitária e que foram apresentados pela fala dos discentes como aspectos facilitadores e dificultadores de suas inserções na universidade, ou seja, aquilo que contribui e o que dificulta na permanência dos estudantes na universidade. Com isto, podemos entender tanto as demandas que têm sido apresentadas à universidade quanto o que esta tem apresentado como possibilidade para supri-las.

Outras questões que colaboram para entendermos a inserção deste grupo de discentes também foram abordadas em nosso estudo. Assim, buscamos ainda identificar as motivações para a realização e escolha de um curso de graduação, bem como apresentamos a incidência deste grupo de discentes que solicitam a bolsa auxílio, verificando o perfil socioeconômico destes estudantes, enfocando aspectos, como a trajetória educacional e de renda do próprio para melhor caracterizarmos os sujeitos de nosso estudo.

Destacamos também a visão do próprio estudante sobre a reserva de vagas dos cursos de graduação na universidade, bem como estes observam a relação da universidade com as suas inserções. Estes destaques foram realizados não apenas por contribuir no entendimento sobre a inserção destes estudantes, mas por valorizarmos a fala e a experiência dos mesmos,

que são aqueles que vivenciam de forma prática e cotidiana a reserva de vagas e, por isto, são os sujeitos de nosso estudo.

Com o nosso estudo, buscamos trazer nossa contribuição ao debate sobre o ensino superior e sua relação com a demarcação dos lugares sociais. Isto é, refletir sobre os limites e possibilidades que se colocam atualmente para os discentes, ingressantes através da reserva de vagas na UFRJ, no que tange a inserção no ensino superior, assunto este em evidência, dada as alterações que estão ocorrendo neste campo educacional.

Entendermos que nossa temática de estudo guarda relação direta com um princípio do nosso código de ética profissional (1993), “posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática”. Desta forma, além de contribuir para qualificação profissional de modo específico, por estarmos inseridas na universidade em contato direto com os sujeitos sociais que pretendemos abarcar, contribui também, de modo mais geral, pois a universalidade de acesso enquanto justiça social é princípio ético norteador do nosso exercício profissional.

Assim, por compreendermos a educação como um importante direito social, que deve ser respeitado em seu princípio de igualdade de acesso e permanência, entendemos que reflexões acerca da efetivação do mesmo constituem-se em passo essencial para a defesa deste importante direito social, tal como preconiza o projeto ético-político do assistente social e, por isto, desenvolvemos algumas reflexões sobre esta temática, que são apresentadas neste estudo.

2

Ensino Superior: desigualdades e democratização

No primeiro capítulo de nosso estudo, busca-se refletir sobre a relação entre ensino superior, desigualdades e sua democratização ou não democratização. Esta relação tem se apresentado ao longo da história de nosso país de forma a privilegiar alguns segmentos da sociedade em detrimento de outros. Em tempos atuais, a temática do ensino superior no Brasil ganha destaque na cena pública devido às alterações que vêm ocorrendo neste nível de ensino, principalmente no que tange ao seu acesso, tendo destaque o acesso de determinados grupos sociais através das Ações Afirmativas.

Assim, inicialmente busca-se refletir sobre as políticas de Ação Afirmativa, enfocando especificamente sua relação com o campo da Educação Superior. Para isto, analisou-se a origem das políticas de Ação Afirmativa, bem como o princípio da igualdade em que se respaldam estas ações. Ressalta-se ainda seus principais objetivos e debates que estão relacionados à temática e que tornam sua implementação um processo com alguns percalços.

Em seguida, entendendo a reserva de vagas como um importante elemento de democratização do acesso ao ensino superior, buscamos refletir sobre as alterações que têm ocorrido neste âmbito e as desigualdades que se apresentam ao longo da história da educação de nosso país e que ainda persistem até hoje, mesmo no interior das universidades.

Ao final deste capítulo, buscamos focar as alterações que mais recentemente estão ocorrendo na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), no que diz respeito ao acesso e à permanência dos estudantes na universidade.

Com isto, neste primeiro capítulo serão enfocadas questões centrais de nosso estudo, articulando temas, como desigualdade e democratização da educação superior, que embora em um primeiro momento possam se apresentar como sendo opostos, estão implicados em uma mesma relação e que, portanto, merecem uma reflexão cautelosa para que possamos compreendê-la.

2.1. Políticas de Ação Afirmativa: origem, princípio e objetivos

Ao longo da história da educação em nosso país, o que verificamos é uma trajetória de desigualdades em relação à apropriação deste importante direito social. No que se refere ao ensino superior, estas desigualdades são encontradas de forma bastante evidente, tanto no acesso distinto para as diferentes classes sociais, grupos raciais e étnicos e de origem nacional, quanto em relação a uma permanência que possibilite uma trajetória acadêmica e inserção de qualidade.

A desigualdade no ensino superior se evidencia no cotidiano das próprias universidades, onde o acesso restrito vem favorecendo alguns grupos sociais e tende a reproduzir o mesmo quadro de desigualdades inerentes à sociedade capitalista.

É neste contexto que a reserva de vagas tem se destacado como um importante mecanismo que possibilita uma maior democratização do acesso ao ensino superior e, conseqüentemente, propicia uma redução das estatísticas das desigualdades no campo da educação superior. Devemos enfatizar que a reserva de vagas é apenas um dos mecanismos das ações afirmativas, cabendo uma melhor reflexão sobre estas².

As ações afirmativas tiveram sua origem nos Estados Unidos da América, mais precisamente nos anos 60 quando ocorriam reivindicações democráticas no interior deste país, buscando uma ampliação da igualdade de oportunidade a todos, com o objetivo de solucionar/combater a marginalização da população negra na sociedade americana. As ações afirmativas apresentam na sua origem o movimento negro como uma das principais forças atuantes para sua concretização.

² Ver MOEHLECKE (2002).

[...] Nos anos 60, os norte-americanos vivem um momento de reivindicações democráticas internas, expressas principalmente através do movimento pelos direitos civis, cuja bandeira central era a extensão da igualdade de oportunidades a todos. À época, as leis segregacionistas vigentes no país começavam a ser eliminadas e o movimento negro surge como uma das principais forças atuantes, apoiado por liberais e progressistas brancos, unidos em busca da defesa de direitos. É neste contexto que se desenvolve a ideia de uma ação afirmativa, exigindo que o Estado, para além de garantir leis antissegregacionistas, assumisse também uma postura ativa para a melhoria das condições de vida da população negra. (Moehlecke, 2002, p. 198)

Neste contexto, ressaltamos que os movimentos sociais que lutavam pela extensão da igualdade de oportunidade a todos entendiam que expressivos segmentos da sociedade ao longo dos anos vivenciavam a negação de seus direitos, e apenas as classes dominantes usufruíam dos direitos que, em teoria, destinavam-se a todos. Portanto, era necessária uma alteração desta realidade para efetivação de uma democracia baseada na universalização dos direitos.

Segundo Moehlecke, apesar do pioneirismo dos Estados Unidos, a ação afirmativa não se restringiu apenas a este, ocorreram experiências semelhantes em diferentes países da Europa Ocidental, Austrália, Nigéria, Canadá, Argentina, Cuba, dentre outros.

[...] Na Europa, as primeiras orientações nessa direção foram elaboradas em 1976, utilizando-se frequentemente a expressão “ação ou discriminação positiva”. Em 1982, a “discriminação positiva” foi inserida no primeiro “Programa de Ação para a Igualdade de Oportunidades” da Comunidade Econômica Europeia. (Moehlecke, 2002, p.199)

Da mesma forma que a Ação Afirmativa se expandiu para diferentes países, também assumiu formas variadas³ nos mesmos, contemplando diversas áreas de atuação e grupos sociais distintos.

Seu público-alvo variou de acordo com as situações existentes e abrangeu grupos, como minorias étnicas, raciais e mulheres. As principais áreas contempladas são o mercado de trabalho, com a contratação, qualificação e promoção de funcionários; o sistema educacional, especialmente o ensino superior; e a representação política. (Moehlecke, 2002, p.199)

³ Uma das práticas mais comuns de ação afirmativa é o estabelecimento do sistema de cotas, que reserva um quantitativo de vagas a serem ocupadas por um ou mais grupos específicos nos diferentes campos de atuação, como partidos políticos, escolas, postos de trabalho, dentre outros.

No Brasil, as ações afirmativas também são originalmente propostas por movimentos sociais que visavam à efetivação dos direitos sociais para determinados grupos que os tiveram negados ao longo da história de nosso país:

As políticas afirmativas [...] foram inicialmente propostas por movimentos sociais que lutavam pela inclusão de determinados segmentos na sociedade, aos quais foram historicamente negados seus direitos. Tais movimentos consideram que a proposta de uma democracia baseada na universalidade dos direitos civis, políticos e sociais não vem se cumprindo. Para eles, os direitos, notadamente os direitos sociais, não atendem igualmente a todos. Esta realidade se mantém e se reproduz com a conservação dos direitos na mão de uma elite privilegiada e a negação de direitos para a maior parte da população. (Clapp, 2006, 46)

Ao refletir sobre o instituto da Ação Afirmativa pelo direito constitucional brasileiro, Gomes (2003) desenvolve a evolução da própria definição das ações afirmativas, onde o pioneirismo ocorreu nos E.U.A. Primeiramente, definida como um “encorajamento” por parte do Estado para com aqueles detentores de poder decisório, objetivando viabilizar a representação de cada grupo da sociedade nas escolas e empresas. Já num segundo momento, através da implementação de cotas rígidas de acesso a determinados grupos sociais, para setores do mercado de trabalho e instituições escolares, chega-se à ideia de igualdade de oportunidades. Hoje em dia, as ações afirmativas passam a ser concebidas como políticas que buscam corrigir os efeitos presentes da discriminação e efetivar a igualdade de acesso a bens fundamentais:

Atualmente, as ações afirmativas podem ser definidas como um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate à discriminação racial, de gênero, por deficiência física e de origem nacional, bem como para corrigir ou mitigar os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais, como a educação e o emprego. (Gomes, 2003, p.9)

Desta forma, ao refletir sobre a própria definição e constituição das ações afirmativas, podemos destacar que o princípio que estas ações buscam concretizar é o princípio da igualdade. De acordo com Benevides (1998, p.140),

a desigualdade ocupa o lugar oposto da igualdade⁴: “O contrário da igualdade não é a diferença, mas a desigualdade, que é socialmente construída, sobretudo numa sociedade tão marcada pela exploração classista”. Com isto, entendemos que o princípio da igualdade, ao qual as Ações Afirmativas buscam concretizar, precisa ser melhor refletido.

Gomes (2003), ao seguir suas reflexões sobre a instituição das Ações Afirmativas no Brasil, destaca diferentes tipos de entendimento de igualdade. O primeiro seria a igualdade perante a lei ou formal:

[...] o conceito de igualdade perante a lei, [constituiu-se como] uma construção jurídico-formal segundo a qual a lei, genérica e abstrata, deve ser igual para todos, sem qualquer distinção ou privilégio, devendo o aplicador fazê-la incidir de forma neutra sobre as situações jurídicas concretas e sobre os conflitos interindividuais. (Gomes, 2003, p.2)

Este entendimento de igualdade de direitos passa a ser questionado quando se percebe que tal tipo de igualdade não é suficiente para tornar acessíveis as oportunidades entre os diferentes grupos sociais. Assim, compreende-se que num primeiro momento era necessário falar de igualdade de condições, levando em conta tanto as condições econômicas como os comportamentos inevitáveis da convivência humana, como a discriminação.

Entretanto, considerando a noção dinâmica da igualdade e refletindo sobre a efetividade desta, em um momento seguinte, desenvolve-se a ideia de igualdade de oportunidades. Assim, tal noção torna-se:

[...] justificadora de diversos experimentos constitucionais pautados na necessidade de se extinguir ou de pelo menos mitigar o peso das desigualdades econômicas e sociais e, conseqüentemente, de promover a justiça social. (Gomes, 2003, p.3)

Com esta nova noção de igualdade, passa-se a tratar o indivíduo especificado, agora considerando categorias de gênero, etnia, idade, raça,

⁴ A igualdade entendida por Benevides (1998) se trata da igualdade de oportunidades, ou seja, não é uma igualdade que busca uniformidade, mas que considera as diferenças entre os indivíduos e busca proporcionar condições eficientes para que os grupos sociais distintos alcancem os mesmos direitos.

dentre outros, que o caracteriza socialmente; ou seja, passamos a considerar as diferenças entre os indivíduos, que respaldam o desenvolvimento de políticas com o objetivo de buscar a concretização da igualdade material, e este é o fundamento das ações afirmativas: considerar os indivíduos em suas especificidades, designadamente aquelas especificidades que abalizam as condições de desigualdade. Desta forma, a concepção de igualdade formal seria substituída pela condição de igualdade material.

Assim, tratamos de distinguir a desigualdade da diferença, como expressa Benevides (1998, p.141), “[...] a diferença pode ser enriquecedora, mas a desigualdade pode ser um crime”. Deste modo, é necessário considerarmos as características que diferenciam os indivíduos e os distintos grupos sociais, entendendo que esta heterogeneidade física, cultural, de saberes e pensamentos é o que enriquece qualquer sociedade, entretanto, estas diferenças não podem ser tomadas de forma a sobrepujar um grupo social a favor de outro estabelecendo uma relação de desigualdade. É justamente a desigualdade que se contrapõe à igualdade e, portanto, é esta que buscamos superar.

[...] tal desenvolvimento [que possibilite a efetiva igualdade social descrita no código de ética dos assistentes sociais] permite o florescimento das diferenças e das particularidades constitutivas da individualidade social, porque a igualdade opõe-se à desigualdade, nunca à diferença; de fato, à diferença o que se opõe é a indiferença. Precisamente para que os indivíduos sociais se desenvolvam explicitando as suas autênticas diferenças é que se torna imprescindível a igualdade social. (Netto, 2007, p.138)

Assim, as políticas de ações afirmativas, considerando as especificidades que distinguem os grupos sociais, buscam concretizar a efetiva igualdade de oportunidades. Estas políticas são compreendidas como “[...] políticas de reconhecimento, devido à consideração da diferença [...]” (Clapp, 2010, p.139). Através do reconhecimento das diferenças constitutivas dos indivíduos sociais, aquelas que marcam a condição da desigualdade social, é que as políticas de Ações Afirmativas buscam uma igualdade de forma justa e efetiva.

Deste modo, é importante ressaltar o entendimento que se tem sobre as políticas de reconhecimento enquanto políticas que buscam a superação da subordinação:

É importante destacar que a reivindicação por reconhecimento, para Nancy Fraser, se caracteriza pela busca da superação da condição de subordinação social de um grupo determinado e o estabelecimento da condição de integração paritária com outros grupos sociais. (Clapp, 2010, p.144)

Isto é, estas políticas reconhecem e consideram as desigualdades e diferenças existentes nos indivíduos e na sociedade e buscam sobrepujar a condição de sujeição a que são submetidos alguns grupos sociais, trazendo uma perspectiva de maior igualdade entre os indivíduos. Assim, entendemos que as ações afirmativas tratam do direito à igualdade mas também tratam do direito à diferença, pois consideram as especificidades dos indivíduos ou grupos sociais:

Neste cenário, por exemplo, a população afrodescendente, as mulheres, as crianças e demais grupos devem ser vistos nas especificidades e peculiaridades de sua condição social. Ao lado do direito à igualdade, surge também, como direito fundamental, o direito à diferença. Importa o respeito à diferença e à diversidade, o que lhes assegura um tratamento especial. (Piovesan, 2008, p.888)

Desta forma, considerando as diferenças e atentando para as desigualdades historicamente acumuladas e para o lugar de subordinação que foi demarcado para alguns grupos sociais ao longo da história é que a Ação Afirmativa objetiva atuar, buscando:

[...] eliminar desigualdades historicamente acumuladas, garantindo a igualdade de oportunidade e tratamento, bem como compensar perdas provocadas pela discriminação e marginalização, decorrentes de motivos raciais, étnicos, religiosos, de gênero e outros. (Santos, 1999 apud Moehlecke, 2002, p.201)

Importante ressaltar que, para além da igualdade de oportunidades objetivadas pelas Ações Afirmativas, estas também buscam uma alteração de consciência do coletivo, pois almejam retirar a ideia de subordinação de um grupo social em relação a outro.

[...] figuraria entre os objetivos almejados com as políticas afirmativas o de introduzir transformações de ordem cultural, pedagógica e psicológica, aptas a subtrair do imaginário coletivo a ideia de supremacia e de subordinação de uma raça em relação a outra, do homem em relação à mulher. (Gomes, 2003, p.8)

Assim, como já expresseo, as Ações Afirmativas apresentam dois importantes objetivos que se articulam: o primeiro seria promover a igualdade de oportunidades entre os diferentes grupos sociais, eliminando e/ou minimizando a condição de subordinação a que um determinado grupo social esteja submetido em relação a outro, através do reconhecimento de suas diferenças e especificidades. O segundo constitui-se em uma necessária mudança de consciência em relação à naturalização desta subordinação.

Ambos objetivos das Ações Afirmativas estão intimamente relacionados à ideia de romper com a discriminação que, conforme destaca Piovesan (2008), “[...] ocorre quando somos tratados iguais, em situações diferentes; e diferentes em situações iguais”; e, assim, impossibilitaria a igualdade de oportunidades, configurando uma condição de desigualdade.

[...] a discriminação significa toda distinção, exclusão, restrição ou preferência que tenha por objeto, ou resultado, prejudicar ou anular o exercício, em igualdade de condições, dos direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural e civil ou qualquer outro campo. Logo, a discriminação significa sempre desigualdade. (Piovesan, 2008, p. 889-890)

Nesta perspectiva, entendemos que a mudança de consciência em relação à naturalização da subordinação a que alguns grupos sociais foram submetidos ao longo da história de nosso país (negros, mulheres, indígenas, dentre outros) é de extrema relevância para efetivar a própria igualdade de oportunidades.

Diante das considerações expostas, entendemos que a Ação Afirmativa apresenta um caráter de ação em tempos diferentes, pois é reparatória por considerar o passado, buscando compensar as perdas provocadas pela subordinação e marginalização ao longo da história; e é também preventiva, pois abarca o presente e o futuro, objetivando evitar a reprodução das desigualdades conferida a alguns grupos sociais.

[...] Num esforço de síntese e incorporando diferentes contribuições, podemos falar em ação afirmativa como uma ação reparatória/compensatória e/ou preventiva, que busca corrigir uma situação de discriminação e desigualdade infringida a certos grupos no passado, presente ou futuro, através da valorização social, econômica, política e/ou cultural desses grupos, durante um período

limitado. A ênfase em um ou mais desses aspectos dependerá do grupo visado e do contexto histórico e social. (Moehlecke, 2002, p.203)

Assim, as Ações Afirmativas têm a perspectiva de promover a observância dos princípios de diversidade e pluralismo existentes em qualquer sociedade e, desta forma, atuar como um mecanismo contrário à manutenção das desigualdades já tão naturalizadas na sociedade. Esta mudança de consciência, quanto às “naturalizações nada naturais”, pois foram criadas e reproduzidas de modo intencional ao longo da história, é que contribuirá para mudanças no campo das ações práticas, desta forma, é necessário tornar mais próximo da sociedade as informações pertinentes sobre as ações afirmativas para que ocorra um melhor entendimento sobre estas.

No Brasil, apesar de convivermos com a desigualdade desde o início da história de nosso país, a implementação das ações afirmativas pode ser considerada recente, tendo destaque os campos da educação e do trabalho.

No que tange à implementação das ações afirmativas no Brasil, Vieira e Vieira (2010), ao traçarem o histórico que levou ao movimento crescente destas ações, destacam quatro marcos fundadores das duas últimas décadas: a implantação ao longo dos anos 90 de pré-vestibulares para negros e carentes, que objetivavam capacitar este grupo específico para participar dos processos de seleção de diversas universidades; a elaboração do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) em 1996 – primeiro texto oficial, na história brasileira, onde em seus pressupostos consta a proposta de realização de ações afirmativas; o caso “UERJ” que, através da lei n.º 3.524 em 2001, assegurou 40% das vagas disponibilizadas aos estudantes que se autodeclarassem negros ou pardos no momento da inscrição para o vestibular; e a Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, realizado em 2001 na África do Sul. A partir desta Conferência, o Brasil assume um compromisso internacionalmente com a implantação das políticas de ações afirmativas:

A implementação de políticas de ações afirmativas no Brasil, além de ser uma reivindicação do movimento negro, faz parte de um compromisso assumido internacionalmente na 3ª Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e formas correlatas de intolerância, explicitado no Estatuto da Igualdade Racial, em discussão no Congresso Nacional, e na

criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial oficializada pelo presidente Lula em 21 de março de 2004. (Faceira, 2013, p.58)

Vieira e Vieira (2010) expressam que os eventos acima citados demarcam um quadro bastante favorável, iniciado nos anos 90, que evoluiu até 2010 e permanece em tempos atuais, tanto para os debates sobre democratização do ensino superior bem como para a prática dessa democratização, embora tenha havido alguns percalços nesta trajetória.

Neste contexto, Paiva (2010) ao refletir sobre este momento de (re)construção da cidadania no Brasil identifica três aspectos fundamentais que contribuíram para a interpretação das novas demandas dos movimentos negros para o acesso à universidade:

a) O reconhecimento, inédito, por parte do Estado de que há racismo no país, o que aconteceu durante o Governo de Fernando Henrique Cardoso; b) a eleição do acesso à universidade por políticas de cotas, dentre tantas outras demandas que os movimentos negros poderiam eleger como reivindicações do movimento social, como a principal bandeira de reivindicação; c) e a organização de vários vestibulares comunitários que trazem nova pressão por vagas nas universidades, dando condições para que os “negros e carentes” possam estar minimamente preparados para a competição do vestibular. (Paiva, 2010, p.30)

Moehlecke (2002) também destaca a década de 90 como aquela que trouxe ações voltadas para a melhoria do acesso e permanência ao ensino superior, abarcando ações dos movimentos sociais, destacando-se o movimento negro, através de parcerias com empresas, por entidades ligadas à igreja e por grupos de estudantes em universidades. Sendo identificados três tipos de ações:

[...] a) aulas de complementação, que envolveriam cursos preparatórios para o vestibular e cursos de verão e/ou de reforço durante a permanência do estudante na faculdade; b) financiamento dos custos, para o acesso e permanência nos cursos, envolvendo o custeio da mensalidade em instituições privadas, bolsas de estudos, auxílio moradia, alimentação e outros; c) mudanças no sistema de ingresso nas instituições de ensino superior, pelo sistema de cotas, taxas proporcionais, sistemas de testes alternativos ao vestibular. (Moehlecke, 2002, p.207)

No campo da efetivação prática da Ação Afirmativa, destaca-se a quantidade de universidades federais e estaduais brasileiras que em 2009

passam a utilizar alguma forma de Ação Afirmativa: 64 das 96 existentes no país. Tendo diferentes públicos-alvo, variando entre aquelas destinadas a grupos definidos etnicamente (tais como indígenas e comunidades reconhecidas como quilombolas); por corte social ou “de classe” (que leva em consideração a trajetória escolar e/ou a renda familiar); ou ainda, voltadas para estudantes com alguma marca estigmatizadora ou limitadora (como os portadores de alguma deficiência física) e aquelas voltadas para os negros.

No ano de 2010, o Censo Nacional de Educação Superior também registra números importantes:

Segundo o Censo Nacional de Educação Superior, divulgado pelo INEP, no ano de 2010 havia 274 Instituições Públicas de Ensino Superior (IES) no Brasil, as quais totalizavam 408.562 alunos ingressantes para aquele ano. Deste total de instituições 81 (29,6%) possuíam algum tipo de reserva de vaga, ou cotas de acesso, para alunos ingressantes. (Paixão, Monçores & Rossetto, 2012, p.6)

Estes dados expressam que a adoção da Ação Afirmativa em nosso país, no que se refere ao ensino superior, é algo que tem crescido e ampliado seu público-alvo, entretanto, a implementação das ações afirmativas não ocorre de modo processual, sem contra-argumentos, como veremos a seguir.

2.2. Alguns debates sobre as Políticas de Ação Afirmativa

É importante destacar que, apesar dos avanços na implantação das ações afirmativas, esta não acontece sem críticas e contra-argumentos em nosso país, merecendo uma melhor reflexão sobre os mesmos.

Assim, alguns destes contra-argumentos são refletidos por Feres Júnior (2004), onde podemos destacar a crítica à Ação Afirmativa por ser considerada como uma política focalista e não universalista.

[...] Neste argumento, as políticas de ação afirmativa para o ingresso no sistema universitário viriam em detrimento de investimentos da qualidade do ensino básico universal, cuja precariedade atual seria a causa central da reprodução da desigualdade de oportunidades em nosso país. (Feres Junior, 2004, p.302)

Sobre esta crítica, o autor coloca que a mesma não é destituída de razão, porém apresenta formulação equivocada. Feres Junior (2004) relembra que as políticas sociais do estado de Bem Estar não são apenas universalistas⁵, bem como destaca que nas democracias modernas há uma mistura de políticas universalistas e focalizadas, onde esta segunda se apresenta quando as ações formalmente universais não são suficientes para extinguir ou minimizar os processos de destituição e sofrimento social.

É evidente que, dada a maior concentração de não-brancos na população de baixa renda, o investimento em políticas universais de melhoria do ensino público, seja ele elementar, secundário ou superior, contribuiria para a diminuição da desigualdade racial na educação. Contudo, deve-se ter claro que a ação afirmativa visa atacar especificamente a reprodução da desigualdade que escapa o alcance das políticas universais. Portanto, não faz sentido algum postular que as medidas universalistas para a melhora do ensino devem preceder a ação afirmativa, ou serem adotadas em detrimento desta. As duas frentes devem ser atacadas, e avanços em qualquer uma dessas frentes são mais do que bem vindos. (Feres Júnior, 2004, p.303)

Desta forma, a adoção da política de Ação Afirmativa não impediria ou seria incoerente com a ampliação da qualidade e dos investimentos na educação básica. Na realidade, as duas ações se complementariam na busca por efetivar uma diminuição da desigualdade no campo da Educação.

Ainda reforçando a argumentação da complementaridade das ações afirmativas às políticas universalistas, Faceira (2013) ao apresentar os objetivos das ações afirmativas reflete:

As ações afirmativas têm como objetivo corrigir os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por fim a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais, como educação e emprego. Entretanto, elas não discordam do princípio do direito universal, mas enfatizam que, numa sociedade com tamanha desigualdade social e racial, o respectivo direito não é suficiente para atender grupos sociais e étnicos com histórico de

⁵ Conforme Feres Junior (2004), como exemplos destas ações pertinentes às políticas sócias do Estado de Bem- Estar que são voltadas para grupos específicos, temos o seguro-desemprego, o auxílio a gestante, dentre outros.

exclusão e discriminação racial. Logo existe uma luta pelo reconhecimento da diferença, a luta pela igualdade, pela implementação de políticas universais, mas que caminhem lado a lado com políticas de ações afirmativas para a população negra. (Faceira, 2013, p.45)

Deste modo, a adoção das ações afirmativas não anularia a necessidade das políticas universais, nem vice – versa, mas, sim, agiria de forma a auxiliar a busca pela efetivação de um direito social, no caso, o direito à Educação.

Outra crítica que se destaca é a de que a Ação Afirmativa contribuiria para o declínio da qualidade das universidades por violar o critério do mérito na seleção de seus estudantes. Assim, a nota para a entrada dos ingressantes por reserva de vagas seria menor se comparada à nota daqueles que ingressaram sem reserva de vagas na universidade.

Entretanto, Feres Junior (2004) argumenta que mesmo com a reserva de vagas, ainda assim, dentro deste grupo entrariam aqueles com melhores rendimentos escolares, ou seja, ainda se apresentaria o critério do mérito no ingresso ao ensino superior entre os estudantes que ingressam por reserva de vagas.

Fato é que na política de cotas a seleção se dá, dentro de cada grupo, também pelo critério do mérito. Consequentemente, os não-brancos a ingressar na universidade serão aqueles com as melhores notas dentro de seu grupo. Cursos concorridos, como medicina, odontologia e arquitetura continuarão a selecionar alunos com um alto potencial de rendimento escolar, mesmo depois da implantação das cotas. (Feres Junior, 2004, p.305)

Assim, para aqueles que argumentam de forma contrária a esta crítica, há o entendimento de que não é suficiente pertencer a um grupo discriminado ao qual a Ação Afirmativa se destina, é necessário que o beneficiário pela Ação Afirmativa apresente algumas qualificações para ocupar uma vaga, seja se tratando de escola, emprego, dentre outros.

A questão da qualidade do ensino também deve ser vista não apenas sobre a responsabilidade do estudante. A Universidade deve estar atenta às alterações que acontecem na atualidade e se preparar para as novas necessidades que podem surgir. Assim, o apoio pedagógico, o acompanhamento e a orientação dos estudantes por parte dos professores

devem ser efetivados de forma plena, tanto a contemplar estudantes ingressantes por reserva de vagas como aqueles por ampla concorrência.

Neste sentido, verificamos que dentre aqueles contrários à instituição da Ação Afirmativa, destaca-se o entendimento de que esta atuaria como um instrumento de privilégio para um grupo social em detrimento de outro, constituindo-se em uma forma de discriminação ao avesso, o que teria um caráter inconstitucional. Entretanto, para aqueles que a consideram como um direito, a argumentação é que a Ação Afirmativa busca uma igualdade real e não fictícia.

[...] Para os que as entendem como um direito, elas estariam de acordo com os preceitos constitucionais, à medida que procuram corrigir uma situação real de discriminação. Não constituiriam uma discriminação porque seu objetivo é justamente atingir uma igualdade de fato e não fictícia. Elas não seriam contrárias à ideia de mérito individual, pois teriam como meta fazer com que este possa efetivamente existir. Seria, nesse caso, a sociedade brasileira a incapaz, e não o indivíduo; seria incapaz de garantir que as pessoas vençam por suas qualidades e esforços ao invés de vencer mediante favores, redes de amizade, cor, etnia, sexo. (Moehlecke, 2002, p.210)

Assim, no campo da educação, dentre aqueles que argumentam em favor da instituição da Ação Afirmativa, consideram que o “modelo liberal” de universidade tem se constituído em um aparelho de produção e reprodução de desigualdades, considerando que a educação formal é um dos principais instrumentos para a mobilidade social. Desta forma, apresenta-se a urgência de uma alteração efetiva na dinâmica de ingresso e permanência no ensino superior brasileiro, que busque não privilegiar uma minoria que já ocupa na sociedade uma posição privilegiada em relação aos demais grupos sociais.

[...] se reconhecermos que o papel da universidade é contribuir para o bem comum e, ao mesmo tempo, aceitarmos que a desigualdade social é a maior mazela da sociedade brasileira, temos que concluir que a universidade deve necessariamente e ativamente trabalhar para a diminuição dessa desigualdade e não funcionar como um sistema de premiação individual daqueles que já ocupam posição de status elevado em nossa sociedade. (Feres Junior, 2004, p.306)

Desta forma, o espaço da universidade e da produção do saber é entendido como pertencente à sociedade como um todo, sendo seus custos

pagos pelo conjunto da sociedade, então, seria coerente que todos os grupos sociais pudessem acessá-lo.

Diante destes argumentos é que verificamos que a instituição e a implantação da Ação Afirmativa no Brasil não é algo que ocorre de forma simplista, tendo em sua constituição vários fatores. Apresenta em sua constituição e origem a participação de movimentos sociais e a reivindicação por uma maior democratização no interior da sociedade. Ainda que indique o princípio da igualdade de oportunidades como norteador de sua constituição, há contra-argumentos e debates que se constituem sobre a temática.

2.3. Desigualdades na Educação Superior e a busca por sua democratização

Para refletirmos sobre os avanços de democratização no Ensino Superior e as desigualdades existentes neste campo, precisamos primeiramente entender a importância deste campo e sua função social no contexto em que se insere.

A educação em nosso país é um direito social que no cotidiano se destaca como um importante elemento na dinâmica da reprodução da vida social, auxiliando a assegurar a continuidade e manutenção dos contextos sociais existentes.

A educação é um complexo constitutivo da vida social, que tem uma função social importante na dinâmica da reprodução social, ou seja, nas formas de reprodução do ser social, e que numa sociedade organizada a partir da contradição básica entre aqueles que reproduzem a riqueza social e aqueles que exploram os seus produtores e expropriam a sua produção. Este complexo assume predominantemente o caráter de assegurar a reprodução dos contextos sociais, das formas de apreensão do real, do conjunto das habilidades técnicas, das formas de produção e socialização do conhecimento científico que reponham contínua e ampliadamente as desigualdades entre as classes fundamentais e as condições necessárias à acumulação incessante. (CFESS, 2013, p.16)

Assim, é imprescindível compreendermos a educação como dimensão da vida social, onde a mesma se relaciona diretamente com o projeto societário estabelecido. Nesta relação, ambos estão implicados, ou seja, um reflete diretamente no outro. No caso brasileiro, como no da sociedade contemporânea de forma mais geral, a opção pelo capitalismo como forma de sociabilidade traz a desigualdade como uma marca importante que o caracteriza:

O entendimento é de que o sistema de produção capitalista, centrado na expropriação e na exploração para garantir mais-valia, e a repartição injusta e desigual da renda nacional entre as classes sociais são responsáveis pela instituição de um processo excludente, gerador e reproduzidor da pobreza, entendida enquanto fenômeno estrutural, complexo, de natureza multidimensional, relativo, não podendo ser considerado como mera insuficiência de renda é também desigualdade na distribuição da riqueza socialmente produzida; é não acesso a serviços básicos; à informação; ao trabalho e uma renda digna; é não a participação social e política. (Silva, 2010. p.157)

Nosso entendimento é que este processo excludente, que cria e reproduz a pobreza, se baseia na desigualdade que é refletida nas diferentes esferas da vida social, como é o caso da Educação. Este projeto opta por uma educação marcada pela desigualdade que, desta forma, auxilia na manutenção deste sistema. Entretanto, neste campo também se apresentam contradições e embates, se constituindo em espaço de luta na busca por efetivação de direitos sociais.

[A Política de Educação] constitui uma estratégia de intervenção do Estado, a partir da qual o capital procura assegurar as condições necessárias à sua reprodução, mas também resulta em luta política da classe trabalhadora em dar direção aos seus aspectos de formação, convertendo-se em um campo de embates de projetos educacionais distintos, em processos contraditórios de negação e reconhecimento de direitos sociais. (CFESS, 2013, p.19)

Compreendendo a educação como um campo onde também se refletem as contradições e desigualdades que se apresentam em nossa sociedade, é importante também buscar entender como a educação escolarizada vem se constituindo e se objetivando em nosso país ao longo dos anos.

Ao refletirmos sobre a história da Educação no Brasil, verificamos que a dinâmica do capitalismo tem influenciado não apenas o ensino superior, mas perpassa toda a história da educação escolarizada em nosso país em seus

diferentes níveis de ensino e por diversos momentos, estabelecendo uma relação entre o campo econômico e o campo da educação.

Almeida (2000) explicita que, nos anos 40, tivemos a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (SENAC) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI); já nos anos 60/70, tivemos a ênfase na mão de obra qualificada tecnicamente e, assim, no ensino técnico profissionalizante e superior; e mais recentemente, vivenciamos o processo da globalização que flexibiliza tanto a produção e os direitos sociais como a própria educação.

Assim, Almeida (2000), ao refletir sobre os vínculos entre a educação escolarizada e os ciclos econômicos em nosso país ao longo da história, destaca a relação entre a dinâmica do capitalismo e o acesso à escola com a qualificação da classe trabalhadora.

A escola, além de guardar relação direta com a esfera da cultura, também cumpre certas funções econômicas no processo de qualificação e desqualificação da classe trabalhadora, ainda que estas funções não sejam imediatas. Por isso mesmo devemos ter claro que a própria crise e falência da escola pública cumpre uma função política importante, conquanto auxilia no processo de demarcação dos lugares sociais dos grupos menos favorecidos [...] (Almeida, 2000, p.65)

Neste sentido, entendemos que o campo da educação está diretamente relacionado com o campo da cultura, porém também apresenta importante papel econômico quando se constitui no espaço que possibilita a qualificação ou a desqualificação da classe trabalhadora. O acesso e a qualidade do ensino se apresentam como fundamentais na demarcação dos lugares sociais.

De mesmo modo, já na origem das universidades no Brasil, verificamos a existência das mesmas relações entre os campos econômico, educacional e cultural, expressa nos objetivos das universidades, presentes no Estatuto das Universidades Brasileiras de 1931:

Art. 1º O ensino universitário tem como finalidade: elevar o nível da cultura geral, estimular a investigação científica em quaisquer domínios dos conhecimentos humanos; habilitar ao exercício de atividades que requerem preparo técnico e científico superior; concorrer, enfim, pela educação do indivíduo e da coletividade, pela harmonia de objetivos entre professores e estudantes e pelo aproveitamento de todas as atividades universitárias, para a grandeza na Nação e para o aperfeiçoamento da Humanidade. (Decreto 19.851 de 11 de abril de 1931)

Apesar de amplos os objetivos expressos no primeiro artigo do Estatuto, o que se pode perceber ao longo dos anos é que grande parte das universidades tem maior atenção voltada para objetivar a formação profissional.

A investigação científica e o preparo para o exercício profissional têm sido, na verdade, os reais objetivos da Universidade moderna. Mas, apesar de ambos constarem da declaração de princípios de legislação, a Universidade brasileira vem perseguindo, desde sua criação, apenas objetivos ligados à formação profissional, salvo raríssimas exceções. (Romanelli, 2009, p.133)

Esta constatação relaciona-se diretamente com as necessidades apontadas pelo mundo do trabalho na sociedade capitalista, que requer cada vez mais mão de obra qualificada para o seu mercado. Esta relação entre ensino superior e mundo do trabalho constitui-se em um enfoque de análise entre os estudiosos do campo da educação superior.

Assim, estudos como o de Romanelli (2009) demonstram que a história da educação em nosso país apresenta implicações de ordem econômica e política, que tendem a favorecer determinados grupos sociais.

Assim como acontece com a cultura letrada e com a ordem econômica, a forma como se organiza, se origina e evolui o poder político tem implicações para evolução da educação escolar, uma vez que esta se organiza e se desenvolve, quer espontaneamente, quer deliberadamente, para atender os interesses das camadas representadas na estrutura do poder. Desta forma, ainda que os objetivos verbalizados do sistema de ensino visem a atender aos interesses da sociedade como um todo, é sempre inevitável que as diretrizes realmente assumidas pela educação escolar favoreçam mais as camadas sociais detentoras de maior representação política nessa estrutura. [...] (Romanelli, 2009, p. 29)

Desta forma, o modo como se organiza e, até mesmo, os objetivos almejados pelas instituições educacionais tendem a atender de forma diferenciada os distintos grupos sociais em nosso país.

Apesar da educação se constituir em um direito constitucional regido pelo princípio da igualdade⁶ no Brasil, a mesma é apropriada de forma diferenciada

⁶ A Constituição Federal de 1988 consagra a educação como direito de todos e dever do Estado e da família (art.205), bem como determina sua ministração sob o princípio da igualdade de condições de acesso e permanência na escola (art.206, I).

pelos distintos grupos sociais, traduzindo-se em aspecto de desigualdade. A educação é um direito que ao longo da história do nosso país vem sendo concretizado de forma diferenciada em seus aspectos quantitativos e qualitativos para as diferentes classes sociais. Este é outro enfoque de análise entre os estudiosos do ensino superior, a relação de desigualdade que se institui pelo acesso e inserção diferenciada no mesmo.

A própria ideia da educação como um bem público está relacionada à capacidade que o estado teria de garanti-la de forma qualitativa para todas as camadas sociais.

A qualidade tem uma irrecusável dimensão social e pública. O correlativo da ideia de educação como um bem público e direito social é o dever do Estado de garantir amplas possibilidades de oferta de educação de qualidade a todas as camadas sociais. (Sobrinho, 2009 apud Sobrinho, 2010, p.1125)

A impossibilidade de se acessar as etapas de escolarização traz rebatimentos em diferentes esferas da vida social, dentre os quais, destacam-se o campo cultural e o campo do trabalho. Sobre este segundo, cada ano de escolaridade pode significar uma maior possibilidade de ter melhores condições de vida, visto que a escolarização está diretamente relacionada à formação e qualificação profissional, principalmente para os seguimentos mais expropriados da classe trabalhadora.

Para estes jovens [das classes pobres e abaixo da linha da pobreza] que, além das vulnerabilidades econômicas, em geral chegam ao nível superior com baixos repertórios educacionais e culturais, cada ano de escolaridade pode significar ganhos salariais, aumento no padrão de consumo, elevação da autoestima e das possibilidades de alcançarem melhores posições sociais [...]. (Sobrinho, 2010, p.1238-1239)

Apesar da sua declarada importância nas diversas esferas da vida social e ainda por se constituir em um importante direito social, o que verificamos é que ao longo dos anos o campo da educação tem se constituído em mais um espaço onde as desigualdades são reproduzidas, uma vez que nem todos conseguem, sequer, acessar as diversas etapas do ensino escolarizado.

[...] A Educação é a mais importante dentre as diversas prestações que o indivíduo recebe ou tem legítima expectativa de receber do Estado. Trata-se, como se sabe, de um bem escasso. O Estado alega não poder fornecê-lo a todos na forma tida como ideal, isto é, em caráter universal e gratuito. No entanto, esse mesmo Estado que se diz impossibilitado de fornecer a todos esse bem indispensável, institucionaliza mecanismos sutis através dos quais proporciona às classes privilegiadas aquilo que alega não poder oferecer à generalidade dos cidadãos. (Gomes, 2003, p.13)

Assim, verificamos que ao longo dos anos, não por acaso, mas de modo intencional, tanto por constituir-se em um bem escasso como por demarcar os lugares sociais, o ensino escolarizado vem sendo distribuído em nosso país de forma desigual entre os diferentes segmentos sociais⁷. Esta situação também é expressa no ensino superior. Conforme expõe Gomes (2003, p.9), em nosso país, o ensino superior de melhor qualidade está nas mãos do Estado, e este, ao longo dos anos, usa de mecanismos (como o vestibular) para excluir:

[...] O ensino superior de qualidade no Brasil está quase inteiramente nas mãos do Estado. E o que faz o Estado nesse domínio? Institui um mecanismo de seleção que vai justamente propiciar a exclusividade do acesso, sobretudo aos cursos de maior prestígio e aptos a assegurar um bom futuro profissional àqueles que se beneficiaram do processo de exclusão acima mencionado, isto é, os financeiramente bem aquinhoados. O vestibular, este mecanismo intrinsecamente inútil sob a ótica do aprendizado, não tem outro objetivo que não o de excluir. Mais precisamente, o de excluir os socialmente fragilizados, de sorte a permitir que os recursos públicos destinados à educação [...] sejam gastos em prol de todos, mas para benefício de poucos. (Gomes, 2003, p.13)

Ao longo dos anos, o ensino superior tem se apresentado como uma etapa educacional onde o acesso diferenciado entre as distintas classes sociais ganha destaque pelos baixos números de inserção apresentados entre aqueles mais pobres de nossa população.

Na população brasileira, o passivo educacional é ainda maior que o econômico, embora esses déficits também se interajam. É ainda muito pequena a parcela da grande massa dos pobres brasileiros que consegue fazer um longo e bom percurso escolar. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD), de 2007, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

⁷ Sobre a relação renda e escolaridade, destacamos que “Em 2009, menos de 40% dos jovens de 15 a 17 anos que integram o grupo dos 20% de menor renda da população estavam no ensino médio”. (LÁZARO et al., 2012, p. 7)

(IBGE), menos de 3% dos estudantes de educação superior pertencem ao quinto mais pobre, ao qual pertencem 30,2% das famílias brasileiras. (Sobrinho, 2010, p.1229)

Estes dados apenas reforçam o entendimento de que, por ser um bem escasso, a educação escolarizada, e aqui com ênfase no ensino superior, tem se constituído em privilégio de poucos, sendo este mais um dos reflexos de uma sociedade que adota um sistema de produção pautado na desigualdade. Sendo assim, a educação torna-se apenas mais um campo onde esta desigualdade se apresenta.

Esta situação é reforçada por sua naturalização no meio da sociedade. As desigualdades, a falta de acesso e o acesso precário aos bens e serviços para boa parte da sociedade vêm sendo naturalizados ao longo dos anos, buscando um posicionamento conformista com a ideia de que, para alguns, melhores possibilidades não seriam alcançáveis, na tentativa de se ofuscar a própria ideia de direito social.

Polarizada em camadas sociais antagônicas, a sociedade escolhe os valores e interesses dos mais ricos como referência valorativa central para toda população. Dessa forma, se naturalizam as desigualdades e assimetrias sociais e se definem os espaços “naturais” de cada um. (Sobrinho, 2010, 1230)

É deste modo que se busca reproduzir a demarcação dos lugares sociais, já construída historicamente na sociedade de classes. E os reflexos desta situação perpassam todas as áreas da vida social, inclusive no que diz respeito ao ensino superior. Assim, forjando no imaginário social e muitas das vezes dos próprios estudantes de famílias mais expropriadas a ideia de que lugares e carreiras menos valorizadas lhes seriam cabíveis.

[os estudantes de classes mais expropriadas, muitas das vezes] Interiorizam que, na melhor hipótese, teriam capacidades intelectuais e econômicas e, eventualmente, algum direito de frequentarem tão somente os cursos mais acessíveis, menos seletivos e de baixo prestígio, aqueles que lhes abririam mais possibilidades de aprovação, embora sem nenhuma garantia de que venham a alcançar os empregos mais valorizados. (Sobrinho, 2010, p.1230)

Esta lógica perversa ganha reforço quando se verifica a trajetória educacional deste mesmo grupo de estudantes, onde encontramos muitas das vezes um ensino básico e médio de baixa qualidade, o que possibilita uma elevação da escolaridade para aquele que o adquiriu, entretanto, o coloca em situação de desvantagem no acesso a uma graduação em instituição de ensino que o mesmo deseje, uma vez que encontra limitações educacionais e terá que concorrer juntamente com outros estudantes em situações diferenciadas.

Em que se pese não ser nula de valor e até contribuir para a melhora dos indicadores sociais, a educação de baixa qualidade está longe de poder resolver os problemas de justiça social, pois a maioria dos estudantes das escolas de pífios desempenhos fica em condições desvantajosas em relação àqueles de estratos sociais mais bem aquinhoados. Estes podem mais facilmente construir um itinerário educativo compatível com as demandas de alta competitividade que a sociedade de economia global está a exigir (Sobrinho, 2010, p.1231)

Esta dinâmica do sistema educacional brasileiro de ofertar para a grande maioria da população, mais expropriada do processo produtivo, um ensino básico e médio público de baixa qualidade interfere diretamente no acesso ao ensino superior, colocando este grupo em desvantagem com relação àqueles que vivenciaram uma realidade diferente desta:

Aqueles que têm condições de frequentar boas escolas (a maioria da rede privada, considerada de excelência, e algumas da rede pública) são os que conseguem acesso à educação, gratuita, de qualidade das universidades públicas. (Paiva, 2010, p.33)

Deste modo, compreendemos que muitos são os fatores que dificultam o ingresso dos estudantes de famílias mais expropriadas no ensino superior. É neste contexto que as políticas de Ação Afirmativa ganham destaque, cuja implementação possui diferentes mecanismos e/ou técnicas, entretanto, no que tange à educação, a fixação de reserva de vagas para o acesso dos diferentes grupos sociais tem sido o mecanismo mais evidente.

Verificamos que a adoção destas políticas traz novas configurações para o ensino superior, entretanto, apesar dos ganhos, ainda temos muitos avanços a conquistar quanto à superação da desigualdade educacional para os diferentes grupos sociais, conforme apontam os dados:

A participação dos jovens de 18 a 24 anos que integram o grupo dos 20% com menor rendimento da população teve um relevante aumento na porcentagem de matrículas do ensino superior. Em 1997, apenas 0,5% dos jovens desta faixa de renda frequentavam cursos de graduação. Em 2004, essa proporção ainda era de 0,6%. Já em 2011, este número subiu para 4,2%. A velocidade de crescimento é grande, mas a desigualdade persiste: a proporção dos jovens de 18 a 24 anos do grupo dos 20% com maior renda na população passa de 22,9% para 47,1% no período entre final do século passado e a data do último censo". (Lázaro et al., 2012, p. 5-6)

Desta maneira, temos um crescimento no número de matrículas entre os jovens com menor rendimento da população, entretanto, este mesmo crescimento também ocorre entre aqueles que apresentam maior renda na população, ainda demonstrando grande desproporção entre os mais ricos e os mais pobres no que tange ao acesso a este nível de ensino.

Outro ponto importante de ser observado é que apesar da reserva de vagas estabelecer um quantitativo específico para grupos de estudantes que historicamente têm ficado de fora do Ensino Superior, dentre os quais aqueles oriundos de escolas públicas, ainda verificamos importante desproporção entre o número destes estudantes e sua representatividade nas matrículas neste nível de ensino, apesar da adesão à reserva de vagas pelas instituições de ensino superior.

Se por um lado, temos muitos motivos para celebrar esta nova realidade nas instituições federais de educação superior, que representam cerca de 25% das matrículas da graduação, há que se atentar para o fato de que o ensino médio público representa não 50%, mas 87% das matrículas deste nível de ensino e que, no todo, o percentual de estudantes da graduação com origem na escola pública nem de longe se aproxima deste percentual. (Ristoff, 2013)

Verificamos que ainda há uma desproporção grande entre o quantitativo de estudantes que concluem o ensino médio em instituições públicas e a sua representatividade nas matrículas no ensino superior. Apesar disto, não podemos desconsiderar o importante avanço que as reservas de vagas para o ensino superior vêm constituindo para a sua democratização, pois dá início a este processo.

Com isto, sobre a reserva de vagas nas universidades, destacamos que a Universidade do Estado do Rio de Janeiro se apresenta como a universidade pioneira na adoção da reserva de vagas nos cursos de graduação, iniciando sua

instituição em 2003. No ano de 2010, a mesma teve 45% das vagas destinadas a “cotistas”: 20% para candidatos negros, 20% para estudantes de escolas públicas e 5% para deficientes físicos, minorias étnicas e filhos de policiais, bombeiros e agentes penitenciários mortos em serviço⁸.

Já a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que se constitui em nosso campo empírico da presente pesquisa, iniciou a instituição da reserva de vagas aos cursos de graduação no ano de 2011, vindo com o passar dos anos a ampliar seus critérios de forma a expandir quantitativamente e qualitativamente sua reserva de vagas. No ano de 2013, reservou 30% das vagas de cada curso de graduação aos estudantes cujo ensino médio foi realizado integralmente em escolas da rede pública de ensino, sendo metade destas vagas para aqueles que indicassem renda per capita familiar de até um salário mínimo e meio nacional vigente (R\$1.017) e a outra metade para os estudantes autodeclarados pretos, pardos e indígenas.

Compartilhamos da compreensão de que a aplicação de medidas, como a definição de reserva de vagas para um determinado perfil de estudantes, constitui um reconhecimento formal de que historicamente o acesso ao ensino superior vem ocorrendo de forma desigual, onde alguns grupos sociais dificilmente conseguiam inserção. Assim, faz-se necessário a aplicação de medidas como esta que buscam a igualdade de oportunidades entre os diferentes grupos sociais.

2.4.

Acesso e Permanência: dois fatores essenciais para possibilitar a real inserção

Entendemos que o acesso ao ensino superior por grupos sociais que dificilmente alcançavam tal condição é um primeiro passo para superar ou

⁸ Conforme notícia divulgada em junho de 2010, disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2010/06/uerj-divulga-estudo-com-resultado-positivo-sobre-o-sistema-de-cotas.html>

minimizar a desigualdade no que tange a este nível de ensino. Entretanto, não se pode perder de vista a questão da permanência, que deve ser um mecanismo constitutivo desta política. O direito social à educação exige igualdade no acesso, mas, além disto, é necessário constituir programas efetivos de permanência. Programas que incluam aspectos como o transporte, a alimentação, o apoio pedagógico, dentre outros, bem como a estruturação da universidade na oferta dos cursos por campi e turnos.

[...] a “democratização” da educação superior não se limita à ampliação de oportunidades de acesso e criação de mais vagas. Além da expansão das matrículas e da inclusão social de jovens tradicionalmente desassistidos, em razão de suas condições econômicas, preconceitos e outros fatores, é imprescindível que lhes sejam assegurados também os meios de permanência sustentável, isto é, as condições adequadas para realizarem com boa qualidade os seus estudos. Assim, acesso e permanência são aspectos essenciais do processo mais amplo de “democratização”. Porém, a questão quantitativa é só uma das faces da questão da “democratização” da educação superior [...] (Sobrinho, 2010, p.1226)

Assim, entendemos que a democratização do ensino superior deve apresentar mais de uma dimensão. A ampliação do acesso deve ocorrer juntamente com mudanças internas nas instituições de ensino que visem promover a permanência destes discentes, de modo que possam concluir com qualidade esta etapa educacional.

É neste sentido que algumas pesquisas já realizadas com estudantes das camadas mais populares que chegam à universidade nos auxiliam a refletir sobre as dificuldades que os mesmos encontram, tanto no que tange o acesso como também no que diz respeito à permanência dos mesmos.

Sobre esta questão, as contribuições de Zago (2006) são relevantes, pois apresentou importantes dados de sua pesquisa sobre os “percursos de estudantes universitários de camadas populares” da Universidade Federal de Santa Catarina. A autora apontou e refletiu sobre importantes condicionantes para a inserção no ensino superior que interferem nas escolhas acadêmicas, como: o vestibular; a qualidade do ensino antecedente (básico e médio); a relação candidato/vaga dos cursos de graduação, dentre outros. Entendemos que são importantes questões a serem observadas quando tratamos de refletir sobre a qualidade e possibilidade ao acesso do ensino superior.

Zago (2006) explicita ainda que o grupo de estudantes de sua pesquisa se caracterizava por serem “[...] oriundos de famílias de baixo poder aquisitivo e reduzido capital cultural [...]” (p.228), entretanto, apresentavam bom desempenho acadêmico no ensino médio, porém, mesmo assim, encontravam dificuldades de entrada na universidade, bem como de permanência em determinados cursos.

Ingressar em uma instituição com forte concorrência no vestibular pressupõe, sem dúvida, uma formação anterior favorável, mas sabe-se que os critérios de avaliação que definem os resultados formais de escolaridade não são equivalentes entre os estabelecimentos. Portanto, um certificado escolar recobre uma formação bastante diversificada. (Zago, 2006, p.230)

A autora trabalha a ideia de que as escolhas acadêmicas e profissionais por um determinado curso de graduação são sempre perpassadas por uma série de condicionantes e, muitas das vezes, existe uma adaptação da escolha, ou seja, a opção por um determinado curso de graduação também passa pelo entendimento da possibilidade efetiva de ser realizado. Deste modo, compreendemos que para realizarmos estudos sobre qualquer aspecto da democratização do ensino superior, é imprescindível considerar questões que implicam na permanência, que como apresentado, são as mais variadas.

Desta forma, devemos pensar a permanência de modo ampliado, considerando a dimensão material que é de extrema importância para a concretização da inserção do estudante, porém indo além desta e dando a importância devida à chamada permanência efetiva que, conforme apresenta Almeida (2007), incorpora discussões que perpassam fortemente o trajeto do estudante.

[A permanência efetiva considera o que o estudante] traz consigo em termos de formação cultural valorizada pelo ambiente universitário de que passa a fazer parte; a confrontação com métodos de ensino diferenciados, onde podem ocorrer tensões, o aumento das tarefas escolares que exigem uma postura mais independente; os constrangimentos emocionais ao marcar uma entrada em um universo distinto, tecido por intensas mudanças [...] Em suma, procura-se percorrer as rupturas e rearranjos que ocorrem quando da entrada e vivência na universidade, o que requer a reestruturação de alguns referenciais na vida estudantil. (Almeida, 2007, p.36-37)

É neste sentido que Almeida (2007) traz importantes contribuições ao realizar pesquisa com estudantes em desvantagens sociais que ingressaram na Universidade de São Paulo (USP), apresentando como relevantes aspectos na contribuição para o referido ingresso do grupo pesquisado: a estabilidade emocional encontrada no lar (sem imposições); um ambiente familiar calcado no esforço e responsabilidade; e a valorização da escola contrapondo a baixa escolaridade dos pais e refletindo no esforço para conciliar trabalho e estudo; dentre outros.

A referida pesquisa apontou ainda características que configuram dificuldades em relação à permanência destes discentes, como o pouco tempo para leituras, devido à necessidade de trabalhar, o que demanda uma organização maior do tempo, que nem sempre atinge a necessidade do discente e o faz se apropriar do que é oferecido pela universidade de forma diferenciada daqueles que não necessitam partilhar o seu tempo com o trabalho, que podem participar de grupos de estudos, pesquisas, enfim, usufruindo com mais qualidade daquilo que a universidade oferta. A questão do tempo fica mais contundente quando associada ao longo trajeto da residência para a universidade, apresentando-se como outra barreira a ser enfrentada pelos discentes que não têm como residir próximo à universidade.

Outro ponto importante seriam as dificuldades simbólicas ou culturais que abarcam a trajetória peculiar do indivíduo e se relacionam com novas tarefas a serem realizadas no ambiente acadêmico, como é o caso da necessidade de leituras de textos escritos em línguas estrangeiras. Nesta situação, requer-se uma apropriação anterior do referido idioma, sem isto, torna-se a leitura em atividade mais complexa e por vezes inviável.

Estas constatações refletem a necessidade das universidades em conhecer de modo mais aprofundado o seu corpo discente, principalmente em tempos atuais, onde a reserva de vagas tem objetivado uma alteração no perfil dos ingressantes aos cursos de graduação. Assim, é necessário um olhar interessado da universidade para as desigualdades que se encontram em seu interior, buscando não apenas romper com a barreira do acesso mas também dar qualidade à inserção dos discentes.

Ainda refletindo sobre as desigualdades que se apresentam no interior da universidade, um importante ponto a ser observado é a relação que se

estabelece entre os diferentes cursos de graduação e o perfil dos discentes que ocupam estas vagas. Segundo estudo:

[...] estudantes com renda familiar de até três salários mínimos, que na população brasileira representam 50%, na Odontologia e na Medicina, somam apenas 11% e 9%, respectivamente. Quando se olha a questão pelo viés dos mais ricos (mais de dez salários mínimos de renda familiar, percebe-se que uma pequena minoria na sociedade (que representa 12%) torna-se uma grande maioria no campus: na Odontologia e na Medicina, esses 12% tornam-se 52% e 67%, respectivamente. (Ristoff, 2012, p.8)

Em determinados cursos de graduação, que historicamente apresentam-se como de grande concorrência e de reconhecido status social, ocorre uma concentração de vagas nas mãos de uma minoria da população que é detentora das melhores condições de renda na sociedade, enquanto que a maioria da sociedade, que possui rendimentos mais baixos, tem reduzido acesso aos mesmos cursos se comparado aos primeiros. Temos, portanto, o mesmo princípio da concentração de renda em nosso país no que tange à ocupação de vagas nos cursos de graduação. Assim, além da barreira do acesso ao ensino superior de forma mais geral, ainda há uma seletividade específica que diz respeito a cada curso de graduação.

Outro aspecto é apresentado por Ristoff (2012) quando relaciona a inserção nos diferentes cursos de graduação com o ensino médio realizado pelo discente:

O campus distorce também as proporções dos estudantes originários das escolas públicas. Tanto nas IFES quanto nas IES privadas, a sua representação é de cerca de 45%, ou seja, inferior à metade do que representam no ensino médio. Nos cursos a desproporção pode ser ainda maior: apenas 18% dos estudantes de Odontologia e 34% dos de Medicina cursaram todo o ensino médio em escola pública. (Ristoff, 2012, p.8)

Desta forma, o que verificamos é que também ocorre concentração das vagas em cursos de graduação de grande concorrência e status social entre aqueles estudantes cujo ensino médio foi realizado parcialmente ou completamente em instituição de ensino privado, evidenciando uma estratificação na educação brasileira. Os dados indicam baixa representatividade

nestes mesmos cursos entre os estudantes cujo ensino médio foi realizado completamente em escola pública.

Os dados que Ristoff (2012) apresenta dizem respeito a um tipo de desigualdade que ocorre no interior da universidade de forma bastante específica e que merece nossa atenção. Assim, entendemos que pensar na democratização do ensino superior requer pensar em como se dá esta inserção nos seus diferentes aspectos, seja no campo do acesso como no de permanência.

Desta forma, verificamos que muitos avanços vêm sendo conquistados no campo da educação superior, entretanto, ainda se apresentam necessárias conquistas para se ter uma universidade que seja de fato mais democrática e que tenha mais a cara do nosso país.

Se é, portanto, inegável que a Lei de Cotas abriu importantes espaços para estudantes das escolas públicas e para grupos sociais sub-representados e se já é perceptível a mudança de perfil no campus das Instituições privadas de Ensino Superior, em função das políticas públicas implementadas nos últimos anos, há que se ter clareza de que muito ainda tem que ser feito para que essa mudança se estenda efetivamente para todos os cursos de graduação, públicos e privados, em especial aos de alta demanda. Só assim será possível ter nos próximos anos um campus mais justo e com mais cara do Brasil. (Ristoff, 2013)

Com isto, temos estudos, como os de Zago (2006), Almeida (2007) e Ristoff (2012), que apresentam as desigualdades que se colocam dentro da universidade, porém temos também mudanças em curso, como a ampliação de vagas nas universidades através de sua reestruturação⁹ e as Políticas de Ação Afirmativa, apontando para uma possível democratização do ensino superior. É justamente entre estes dois lados que nos colocamos e novamente questionamos se de fato estamos em um processo de democratização do ensino

⁹ No que diz respeito às Universidades Federais, deve-se ressaltar o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), através do Decreto 6.096/2007, que tem como objetivo “criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais”. (BRASIL: 2007). Entretanto, diversas críticas se apresentam sobre este Programa, como o ‘aligeiramento’ da formação profissional através da criação dos cursos de curta duração, ciclos, exame de proficiência e cursos à distância, e o aprofundamento da intensificação do trabalho docente no que tange à relação professor/aluno e ênfase das atividades acadêmicas no ensino de graduação. (LIMA, 2011)

superior, qual seria a qualidade dessa democratização, ou ainda, quais são os avanços e limites desta e, principalmente, como os estudantes têm vivenciado estas mudanças.

Entendemos que uma democratização do ensino superior demanda a ampliação quantitativa de suas vagas, abarcando aqueles grupos sociais que ao longo da história vêm tendo seu acesso negado e, também em termos qualitativos, ofertando um ensino de boa qualidade, que por mais que não supere as defasagens educacionais das etapas anteriores de ensino, não impeça sua permanência de forma proveitosa, oferecendo, inclusive, condições materiais que possibilitem a conclusão de seu curso universitário, garantindo que as escolhas sejam feitas pelas aptidões de cada estudante.

Para aqueles que discutem, trabalham ou usufruem da educação escolarizada, estas questões se apresentam como de grande relevância e, por isto, merecem contínua reflexão.

2.5.

A UFRJ e a “democratização” do Ensino Superior

A Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), originalmente chamada de Universidade do Rio de Janeiro, foi a primeira universidade a ser criada no Brasil, por uma determinação do Governo Federal. Sua criação ocorreu em 1920 através do decreto n.14.343 de 07 de setembro de 1920, durante o governo de Epitácio Pessoa, agregando três escolas superiores existentes no Rio de Janeiro: a Faculdade de Direito, a Faculdade de Medicina e a Escola Politécnica (Romanelli, 2009, p.132). Em 1937, foi reorganizada e passou a se chamar Universidade do Brasil, já em 1965 recebeu a denominação atual¹⁰.

Apesar de seus muitos anos de criação, a UFRJ vem apresentando um processo somente recente de democratização de seu acesso aos cursos de

¹⁰ Ver: http://www.ufrj.br/pr/conteudo_pr.php?sigla=HISTORIA.

graduação. Apresenta-se ainda como uma das universidades mais procuradas pelos estudantes, conforme indica reportagem¹¹:

Com 124.778 inscritos para concorrer a 3.669 vagas, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) foi a mais procurada nesta edição do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), segundo balanço divulgado nesta segunda-feira, dia 17, pelo Ministério da Educação. (Terra/ Educação – 17 de junho de 2013)

Esta alta procura pelos cursos de graduação na UFRJ faz com que haja acirrada concorrência entre os estudantes, apresentando uma relação candidato-vaga elevada, tanto em cursos novos, como o de gastronomia (relação de 93,75 candidatos por vaga), como também em cursos tradicionais, como medicina (85,56 candidatos por vaga) e engenharia civil (66,12 candidatos por vaga)¹².

Esta situação torna-se ainda mais complexa para aqueles grupos sociais que ao longo da história tiveram um acesso deficitário ao ensino, traduzindo-se em baixa qualidade e inserção precária, seja pelas necessidades impostas por suas condições de vida que lhes impossibilitava uma melhor dedicação aos estudos (por terem que trabalhar para auxiliar no sustento familiar, ou ainda cuidar de outros membros da família, dentre outros), ou por terem acesso ao ensino de baixa qualidade, onde há falta de professores, falta de estrutura e os conteúdos escolares não contemplam uma educação escolarizada de boa qualidade compatível com o nível de ensino, ou ainda, por combinarem ambas as condições. Estas situações contemplam algumas das questões que colocam estes estudantes em condições desvantajosas na concorrência por uma vaga na universidade.

É neste contexto que ganha destaque as recentes alterações que vêm ocorrendo na UFRJ, no que tange ao acesso aos cursos de graduação, notadamente através da adoção de reserva de vagas para grupos sociais específicos.

A reserva de vagas na UFRJ iniciou-se em 2011, destinando 20% das vagas para estudantes da rede pública estadual e municipal e das escolas da

¹¹ Para ver reportagem completa, acessar: <http://noticias.terra.com.br/educacao/enem/sisu-2013-ufrj-e-a-universidade-mais-procurada,e6ac791d1145f310VgnVCM10000098cceb0aRCRD.html>

¹² Dados referentes ao concurso de acesso via SiSu 2012/1, disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17380

Fundação de Apoio à Escola Técnica (Faetec) do Rio de Janeiro, no concurso de acesso do referido ano¹³. Entretanto, através de liminar do Ministério Público, o acesso aos ingressantes por reserva de vagas na UFRJ no ano de 2011 foi ampliado para estudantes de todo o Brasil que realizaram o ensino médio em instituições municipais e estaduais de ensino e escolas da Faetec, o que provocou uma ampliação no que se refere ao acesso aos cursos de graduação da referida universidade, dificultando o processo de organização e constituição do programa de permanência, voltado para o estudante originário das ações afirmativas.

No ano de 2012, a Universidade Federal do Rio de Janeiro estabeleceu reserva de 30% das vagas de cada curso de graduação para estudantes cujo ensino médio foi realizado integralmente em escolas da rede pública, entretanto, com uma condição de renda familiar per capita de até um salário mínimo nacional vigente (R\$622,00).¹⁴ Assim, este tipo de reserva de vagas levou em consideração a trajetória educacional destes discentes, bem como as condições econômicas da família. Desta forma, o reconhecimento para esta reserva de vagas está na fragilidade do ensino médio público e na condição de menores rendas, que dificultam a disputa e inserção no ensino superior por este grupo.

Em agosto de 2012, foi sancionada a lei 12.711, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, estabelecendo o preenchimento de 50% das vagas nas instituições federais de educação para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas e fixando reserva de vagas para autodeclarados pretos, pardos ou indígenas. Neste sentido, as legislações para a reserva de vagas nas universidades federais trazem avanços em termos quantitativos e qualitativos.

Deste modo, diante da necessidade de aplicação da Lei 12.711/2012, o Conselho Universitário da UFRJ, mediante a Resolução 18/2012, resolve destinar, no ano de 2013, 30% das vagas oferecidas em cada curso de

¹³ Conforme consta em Resolução nº16/2010 do Conselho Universitário da UFRJ, que estabelece novos critérios para o ingresso na UFRJ em 2011: "c) 20% das vagas oferecidas em cada curso serão preenchidas por candidatos selecionados pelo ENEM, através do SISU, e que tenham cursado integralmente o ensino médio em estabelecimento da rede pública vinculados às Secretarias Estadual e Municipais de Educação e da Fundação de Apoio à Escola Técnica, do Estado do Rio de Janeiro". Disponível em: <http://www.consuni.ufrj.br/images/Resolucoes/res16-10.pdf>

¹⁴ Informação contida em Resolução nº14/2011 do Conselho Universitário da UFRJ, que estabelece critérios para ingresso na Universidade Federal do Rio de Janeiro em 2012. Disponível em: <http://www.consuni.ufrj.br/images/Resolucoes/res14-11.pdf>

graduação a candidatos que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas dos sistemas públicos de ensino e, a partir de 2014, elevar para 50% esta reserva de vagas.¹⁵

Entretanto, diferentemente dos anos anteriores, em 2013 a reserva de vagas na UFRJ amplia os critérios para sua realização, fazendo uma divisão dos 30% das vagas reservadas¹⁶ e, desta forma, ampliando o grupo de estudantes a quem passa a se destinar tais vagas, estabelecendo:

II – Destinar 50 % (cinquenta por cento) das vagas de que trata o inciso I, a saber, 15% (quinze por cento) em 2013 e 25% (vinte cinco por cento) a partir de 2014, para candidatos oriundos de famílias com renda per capita igual ou inferior a um salário mínimo e meio vigente, de acordo com a Lei nº 12.711, de 29/09/2012.

III – Destinar 51,8% (cinquenta e um vírgula oito por cento) das vagas de cada um dos grupos resultantes após a aplicação do percentual definido no inciso II, por curso/opção, aos autodeclarados pretos, pardos e indígenas, de acordo com a Lei nº 12.711, de 29/09/2012, o Decreto no 7.824, de 11/10/2012, e a Portaria Normativa no 18-MEC, de 11/10/2012. (Consuni, Resolução 21/2012)

Com isto, o que verificamos é que entre o primeiro ano de aplicação da reserva de vagas na UFRJ (2011) e o ano atual (2013) ocorreram mudanças nos critérios para a realização da reserva de vagas e expansão destas, ampliando os critérios de forma qualitativa, quando abrange questões além do tipo de escola, mas também renda e etnia e, ainda de forma quantitativa, quando aumenta o percentual de reserva de vagas.

Este percurso vem se constituindo em avanço conquistado no que se refere à democratização do acesso ao ensino superior nesta universidade, uma vez que se amplia a entrada de grupos sociais que ao longo dos anos apresentavam maiores dificuldades de acesso a esta pelo seu modelo elitista e seletivista.

Um importante aspecto que também deve ser destacado sobre a reserva de vagas na UFRJ diz respeito à dimensão posterior à entrada do estudante na universidade, que é a questão da permanência. Os estudantes de grupos sociais mais expropriados do processo de produção ao ingressarem na universidade

¹⁵ Disponível em: http://www.consuni.ufrj.br/images/Resolucoes/Res_18-2012.pdf

¹⁶ Disponível em Resolução 21/2012 do Conselho Universitário da UFRJ: http://www.consuni.ufrj.br/images/Resolucoes/Res_21-2012.pdf

buscam reconhecer quais serão as suas possibilidades reais de permanecer na mesma, tendo em vista que para isto se requer condições materiais objetivas.

Ainda que se constitua em universidade pública, ou seja, sem pagamento de mensalidades, há outros elementos além da própria vaga na universidade que condicionam a inserção do estudante na mesma, como o transporte, a alimentação, o material didático, dentre outras questões.

Neste sentido, devemos ressaltar que atrelada à reserva de vagas aos cursos de graduação da UFRJ está a concessão de uma bolsa de auxílio financeiro disponibilizada para o estudante ingressante por Ação Afirmativa no ano de ingresso deste na universidade. Entretanto, devemos ressaltar alguns aspectos desta bolsa que é denominada de Bolsa de Acesso e Permanência (BAP): o primeiro é que a mesma é disponibilizada para um grupo dentre os estudantes ingressantes por reserva de vagas, assim, em 2013, receberam a mesma os estudantes que ingressaram por Ação Afirmativa nas modalidades de escola pública (ensino médio) e renda (até um salário mínimo e meio per capita familiar) que entregaram documentação necessária para o recebimento da referida Bolsa; já o segundo é que, apesar do nome que esta bolsa recebe, a mesma não se renova e, no ano seguinte ao de ingresso do estudante, a mesma se extingue.

Deste modo, com um período tão curto de duração, a BAP só pode ser usufruída durante o momento inicial do estudante na universidade e, após seu término, o estudante deverá buscar outras formas que auxiliem a sua permanência. Uma destas é participar do processo seletivo para recebimento de Bolsa Auxílio ou Benefício Moradia, ambos são benefícios da Assistência Estudantil da UFRJ, porém possibilitados a todo o conjunto de estudantes de graduação¹⁷, ingressantes e não ingressantes por Ação Afirmativa.

Tanto a bolsa auxílio como o benefício moradia objetivam auxiliar na permanência do estudante na universidade, entretanto, por se constituírem em benefícios com quantitativo restrito, muitos estudantes que apresentam perfil para recebê-los acabam não sendo contemplados.

Segundo os dados do Relatório de Seleção 2010 do auxílio ao estudante – Modalidade Benefício Moradia e Bolsa Auxílio – DAE/PR1, em 2010 existiram

¹⁷ Excetuando-se aqueles estudantes que já concluíram algum curso de graduação, conforme indica a resolução CEG 01/08, que trata da concessão da bolsa auxílio e benefício moradia.

299 estudantes inscritos para seleção do Benefício Moradia, tendo 42% recebido parecer favorável para concessão do benefício, porém apenas 90 (30,1%) foram selecionados para seu recebimento. Para a Bolsa Auxílio ocorreram 1.181 inscrições, tendo 83,2% recebido parecer favorável à concessão da Bolsa, porém apenas 399 estudantes (33,8%) foram beneficiados neste ano.

Verificamos que a demanda pelos referidos benefícios assistenciais tem sido maior do que a oferta dos mesmos e, deste modo, muitos estudantes que apresentam dificuldades em se manter na universidade são obrigados a buscar alternativas que auxiliem na sua permanência.

Outro importante condicionante da permanência é o transporte. Sobre este, devemos destacar que os estudantes ingressantes por Ação Afirmativa na UFRJ fazem parte do grupo de discentes que até o ano de 2013 tiveram direito ao bilhete único carioca universitário que dá desconto de 50% nas linhas de transporte municipal do Rio de Janeiro¹⁸. Já no ano de 2014, todos os estudantes que ingressaram por reserva de vagas passaram a ter direito à gratuidade total, através do passe livre universitário.

Os estudantes universitários beneficiados pelos programas do Governo Federal de contas ou Programa Universidade para Todos, que pagavam meia passagem, passam a ter direito à gratuidade integral. Já os universitários com renda familiar per capita de até um salário mínimo, com o decreto, agora também dispõem do benefício de gratuidade. (Prefeitura do Rio /SMTR – 30/01/2014)

Embora não seja uma política da universidade, o bilhete único universitário também se constitui em aspecto importante do processo de democratização do ensino superior, entretanto, por se limitar ao transporte municipal e por arcar parcialmente os gastos com transporte, ainda não contempla a totalidade das necessidades relativas ao transporte dos estudantes.

Seguindo as nossas reflexões sobre a democratização da UFRJ e tomando os editais de seleção para os cursos de graduação na referida

¹⁸ “Estudantes do ensino superior matriculados nos cursos de graduação de instituições de ensino no Município do Rio de Janeiro, desde que bolsistas do Programa Universidade para Todos – ProUni – do Ministério da Educação ou alunos cotistas, beneficiários das políticas públicas afirmativas” - Informação disponível em: <http://www.riocard.com/prouni/>

universidade como documento de estudo, buscamos refletir sobre a ocorrência de expansão de suas vagas.

Deste modo, verificamos que no ano de 2010 a UFRJ ofereceu no primeiro semestre letivo 4.894 vagas e no segundo semestre, 3.380 vagas, somando um total de 8.274 vagas entre os campi de Rio de Janeiro (fundão), Macaé e Xerém. Já no ano de 2013, no primeiro semestre, foram disponibilizadas 5.273 vagas, e no segundo semestre, 3.958 vagas foram disponibilizadas, totalizando 9.231 vagas entre os campi de Rio de Janeiro, Macaé e Xerém.

Comparando os dados encontrados nestes editais de seleção, verificamos uma expansão no número de vagas ofertadas, constituindo um aumento de 957 vagas no decorrer destes anos. Entretanto, devemos ressaltar novamente que uma grande diferença está no fato de que em 2013 a UFRJ já realizava reserva de vagas, tendo 30% do total de vagas de cada curso direcionadas a estudantes ingressantes pela Ação Afirmativa.

Entendemos que a democratização do ensino superior não se limita à expansão de vagas disponibilizadas, porém reconhecemos a necessidade desta expansão uma vez que a demanda pelos cursos de graduação, especialmente na UFRJ, tem se mostrado muito maior do que a oferta, conforme apresentamos no início deste tópico.

Outro ponto de importante reflexão, e que está relacionado à expansão dos cursos de graduação, é a diversificação da oferta dos cursos por diferentes turnos. Esta importância decorre do fato que muitos estudantes não possuem alternativa além de dividir seu tempo entre estudo e trabalho, daí ganham destaque, sobretudo, os cursos noturnos que se apresentam como opção para boa parte dos estudantes trabalhadores.

Analisando o edital de acesso aos cursos de graduação no ano de 2010, verificamos que a UFRJ oferecia entre seus cursos, nas diversas habilitações, dezessete (17) opções de cursos noturnos naquele ano, devendo destacar que oito (8) destes cursos, ou seja, quase a metade dos cursos oferecidos de noite se constitui em cursos de licenciaturas. São eles: ciências biológicas, geografia, química, física, matemática, dança, letras português/literatura e ciências sociais.

No ano de 2013, analisando o edital de acesso aos cursos de graduação para o primeiro semestre do referido ano, verificamos uma ampliação da

diversificação dos cursos oferecidos neste turno, totalizando vinte e dois (22) cursos de graduação noturnos. Entretanto, encontramos quantitativo muito maior no que diz respeito aos cursos de graduação oferecidos para o mesmo semestre, em período integral, onde se apresentam noventa e seis (96) cursos.¹⁹

Deste modo, o que podemos constatar é que realmente houve um crescimento da oferta de cursos em horário noturno quando comparamos os anos de 2010 e 2013, mas esta expansão ainda é pequena quando comparamos a totalidade de cursos que ainda são oferecidos apenas em turno integral, o que requer na maioria das vezes uma dedicação de tempo que, conforme já refletimos, nem sempre é possível a todo o conjunto de estudantes.

Os dados sobre o acesso à UFRJ colaboram para o entendimento do quadro mais geral que se apresenta sobre as matrículas em curso de graduação, onde o setor privado tem ganhado destaque, sobretudo com as matrículas em cursos noturnos:

[...] Em 1970, havia 425.478 estudantes nos cursos superiores, cerca de 51% deles em instituições privadas. Em 2009, são privadas cerca de 90% das 2.252 instituições e 74,9% da 5.080.056 matrículas. Enquanto no setor privado predomina a oferta de vagas em período noturno (70%), nas instituições públicas 62,5% das matrículas estão nos períodos diurnos. Nesta década de 2000, as matrículas privadas cresceram 100%, contra 40% no setor público. [...] (Sobrinho, 2010, p.1235)

Assim, as instituições privadas de ensino superior têm atingido melhor a oferta de vagas em período noturno, o que abarca principalmente as necessidades de um perfil específico de discente, que é o estudante trabalhador.

No que diz respeito à UFRJ, pudemos verificar certo ganho na ampliação de vagas, porém a diversificação das suas ofertas em diferentes turnos ainda necessita de maiores avanços. Para aqueles que ingressam nesta universidade, ultrapassando a barreira da relação candidato/vaga, e muitas das vezes trazendo uma novidade na dinâmica familiar, que é o ingresso em uma universidade, torna-se evidente a necessidade de que esta se prepare de forma a garantir a inserção qualitativa deste discente.

¹⁹ Neste mesmo semestre (2013/1), também foram oferecidos dois cursos ministrados de manhã e três cursos vespertinos.

Certamente, a UFRJ está vivenciando um momento de alterações em sua dinâmica, recebendo um perfil de estudante através da sua reserva de vagas em maior quantidade que em anos anteriores, possibilitando um caminhar em direção à democratização deste espaço acadêmico. Entretanto, estas alterações não podem se limitar ao acesso, devendo também focar suas atenções nos mecanismos que possibilitam a permanência e a conclusão dos cursos de graduação destes discentes.

Do mesmo modo que a democratização não é apenas um aumento do número de vagas, também não é somente uma ampliação ou reserva de vagas para um determinado grupo de estudantes, embora sejam importantes condicionantes deste processo, não se limitam a estes. Entendemos que a democratização é um processo que constitui um coletivo de elementos que atuam tanto no acesso como nas questões de permanência do discente, buscando assegurar um direito social de forma que os diferentes grupos sociais possam acessá-lo com qualidade.

3

Os estudantes ingressantes por reserva de vagas e a sua vivência universitária

Neste capítulo, serão apresentados os dados empíricos de nosso estudo, no qual se buscou compreender quem são os discentes ingressantes por reserva de vagas no ano de 2012 na UFRJ, bem como as suas demandas que são apresentadas para a universidade e como a universidade tem lidado com a alteração do perfil do corpo discente que a reserva de vagas possibilita.

Deste modo, na primeira parte deste capítulo, será apresentado o perfil dos estudantes ingressantes por reserva de vagas no ano de 2012, tomando por base para elaboração deste perfil os dados referentes à seleção para concessão da bolsa auxílio realizada ao final daquele ano²⁰. Apresentamos dados, como a faixa etária do discente, a motivação para realização do curso de graduação, o tipo de ensino médio realizado pelo discente, dentre outros.

Na segunda parte deste capítulo, apresentamos os dados referentes às entrevistas realizadas com os discentes, constituindo-se, deste modo, em dados qualitativos. Ouvindo os estudantes e valorizando a fala dos sujeitos de nossa pesquisa, que são diretamente impactados pela reserva de vagas na UFRJ, contemplamos questões, como as dificuldades que estes encontram na vida universitária, a percepção ou não de alguma diferenciação entre os ingressantes por reserva de vagas e os por ampla concorrência, a opinião deste discente sobre a implementação da reserva de vagas, dentre outras questões que nos auxiliam no entendimento sobre os limites e possibilidades que estes estudantes têm encontrado em sua vivência universitária.

Buscamos completar nosso estudo enfatizando a fala dos discentes, que são aqueles que melhor podem descrever de forma objetiva como se efetiva a reserva de vagas no cotidiano, indicando que conquistas foram alcançadas com

²⁰ Para esta parte de nossa pesquisa, utilizamos os dados referentes ao processo de seleção para a bolsa auxílio realizado no final de 2012 exclusivamente para os estudantes ingressantes por ação afirmativa naquele ano. Deste modo, utilizando o formulário de inscrição para a seleção da referida bolsa (anexo III), podemos extrair os dados quantitativos que auxiliam a traçar o perfil deste grupo de discentes e que são apresentados neste capítulo de nosso estudo.

esta, e os obstáculos que ainda precisam ser superados para a real democratização do ensino superior.

3.1.

Conhecendo o perfil dos estudantes ingressantes por reserva de vagas na UFRJ

Nesta parte de nosso estudo, trataremos de apresentar o perfil dos estudantes ingressantes por reserva de vagas no ano de 2012 na UFRJ, enfatizando algumas características que nos auxiliam a entender quem são estes discentes e as suas realidades de vida, bem como a refletir sobre as alterações e recentes demandas que este novo perfil de alunado têm apresentado à universidade.

Destacamos que para a realização de nosso estudo, tomamos como universo da pesquisa os discentes selecionados através da reserva de vagas no ano de 2012 que participaram do processo de seleção para recebimento de Bolsa Auxílio e foram selecionados para o recebimento da mesma, constituindo um total de 966 discentes. Deste modo, este grupo de estudantes apresentou interesse em receber auxílio da universidade para manter-se nesta a partir do momento em que buscaram participar da seleção para o recebimento da bolsa.

A definição de reserva de vagas na UFRJ é algo recente, iniciado com o acesso aos cursos de graduação no ano de 2011. Assim, neste primeiro ano, a reserva de vagas na UFRJ ainda era muito incipiente e com critério bastante diferente do ano atual.

A escolha pelo ano de 2012 para a realização de nosso estudo se deve ao fato de que a reserva de vagas na UFRJ, a nosso ver, se apresenta de forma um pouco mais amadurecida, condensando dois critérios para a sua realização: a origem do ensino médio e a renda per capita familiar do estudante²¹, utilizando exclusivamente o Exame Nacional do Ensino Médio e o Sistema de Seleção

²¹ No ano de 2012, a reserva de vagas na UFRJ foi destinada a estudantes egressos do ensino médio de escolas públicas e com renda per capita de até um salário mínimo por pessoa.

Unificado (SiSu) para o acesso aos cursos de graduação da UFRJ²² e ampliando estes critérios para estudantes de todo o Brasil, não apenas restrito àqueles discentes do Estado do Rio de Janeiro, como ocorreu no ano anterior. Diante disto é que escolhemos o ano de 2012 para realizarmos nossa pesquisa.

Entendemos que o ano de 2012 nos proporcionará um universo e amostra de pesquisa com melhores dados qualitativos pelo fato da UFRJ ter evoluído um pouco mais no que tange à reserva de vagas e também pelo fato dos estudantes, sujeitos de nossa pesquisa, já possuírem mais de um ano de vivência universitária, podendo melhor expressar a experiência vivenciada.

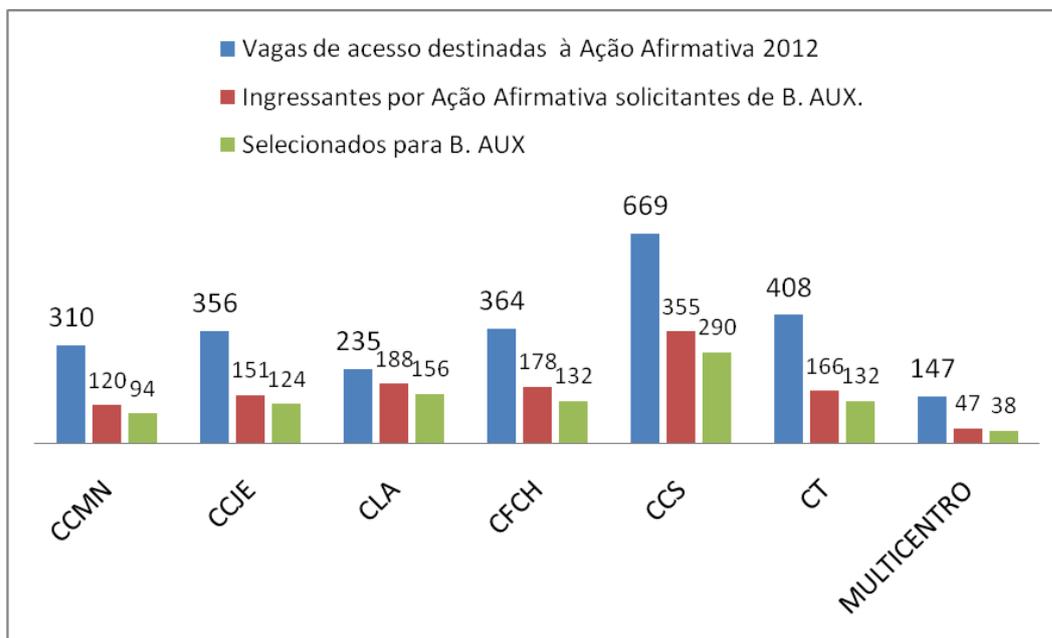
Cabe lembrarmos que os estudantes ingressantes por reserva de vagas na UFRJ do ano de 2012 tiveram direito ao recebimento da Bolsa de Acesso e Permanência (BAP) durante o ano de ingresso na universidade, ou seja, a referida bolsa teve seu término em dezembro de 2012. Nesta ocasião, a Divisão de Assistência ao Estudante (DAE/UFRJ) realizou um processo de seleção específico para os discentes ingressantes no ano de 2012, através da reserva de vagas daquele ano, para a Bolsa Auxílio, que, como já explicitado anteriormente, tem duração pelo tempo médio de integralização de cada curso de graduação.

Deste modo, para desenvolvermos um perfil mais geral dos estudantes ingressantes pela reserva de vagas da UFRJ no ano de 2012, utilizamos os dados referentes ao processo de seleção para a Bolsa Auxílio ocorrido no final do ano de 2012, tendo este processo finalizado no início de 2013.

Inicialmente, devemos ressaltar a oferta de vagas nos diferentes cursos de graduação aos ingressantes por Ação Afirmativa em 2012, correlacionando com a demanda apresentada pelos mesmos para recebimento de bolsa auxílio.

²² A UFRJ preservou apenas o procedimento da etapa de teste de Habilitação Específica (THE) para os cursos específicos que o utilizam.

Gráfico 1- Proporção de Selecionados da Bolsa Auxílio por ingressantes pela Ação Afirmativa



Neste primeiro gráfico, pode-se observar alguns dados importantes. Primeiramente se destaca a quantidade de vagas dos cursos de graduação direcionadas a discentes ingressantes pela Ação Afirmativa, relacionados aos centros. Apresenta maior quantitativo de vagas o Centro de Ciências da Saúde (CCS), que engloba uma variedade de cursos, como: Dança, Educação Física, Medicina, Farmácia, Odontologia, Enfermagem e Obstetrícia, Ciências Biológicas, dentre outros.

Vale lembrar que para a Ação Afirmativa foram reservadas 30% das vagas de cada curso de graduação, isto significa que o CCS ofertou a mesma proporção de vagas que os demais Centros, porém, por ter um quantitativo geral de vagas maior que os demais, apresentou um número absoluto de vagas maior que os outros centros. Logo após o CCS, temos o Centro de Tecnologia (CT) como aquele que apresenta maior número de vagas destinadas aos estudantes ingressantes por reserva de vagas, seguindo os 30% comuns aos demais centros. No CT, encontramos as Engenharias nas suas diversas modalidades e o curso de Química Industrial.

Outro importante dado que o gráfico apresenta é o quantitativo de estudantes solicitantes e selecionados para receber a Bolsa Auxílio. Como já mencionado, todos os estudantes ingressantes por Ação Afirmativa no ano de

2012 tiveram como critério para o ingresso pela reserva de vagas a declaração de possuir renda per capita familiar de até um salário mínimo vigente daquele ano (R\$622,00) e terem cursado integralmente o ensino médio em escola da rede pública. Com esta modalidade de ingresso, aqueles que solicitavam, recebiam a Bolsa de Acesso e Permanência (BAP) com a duração pelo ano de ingresso na universidade, no caso de nossa pesquisa, receberam BAP durante o ano de 2012.

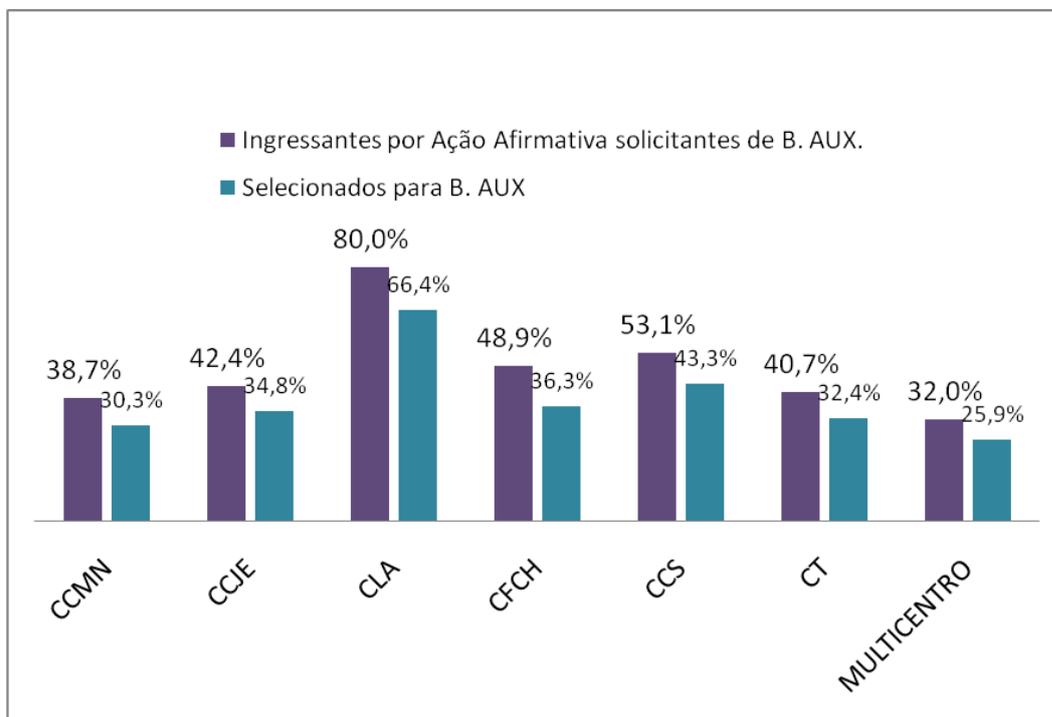
Para o recebimento da bolsa auxílio, este estudante passou por um processo de seleção exclusivo para os ingressantes pela Ação Afirmativa do ano de 2012, onde um dos principais critérios para seu recebimento foi apresentar a renda declarada para o ingresso na universidade, ou seja, renda per capita familiar de até um salário mínimo (1 S.M.).²³

Assim, esta seleção para recebimento de Bolsa Auxílio se apresentou de forma a dar continuidade em auxiliar a permanência deste grupo de estudantes na universidade, visto que se cessaria o recebimento da BAP ao final de 2012.

Em termos de números absolutos, o gráfico acima demonstra que os ingressantes por reserva de vagas nos cursos do CCS apresentam-se em maior quantitativo do que os demais centros, tendo 355 solicitantes e 290 selecionados. Entretanto, como vimos, é o CCS o Centro que apresenta maior número de vagas na Universidade de forma geral. Assim, se observarmos de forma a contemplar a proporção, teremos um novo dado:

²³ Cabe lembrar que alguns estudantes apresentaram recurso após resultado da seleção e, por apresentarem especificidades importantes, também foram consideradas para seleção.

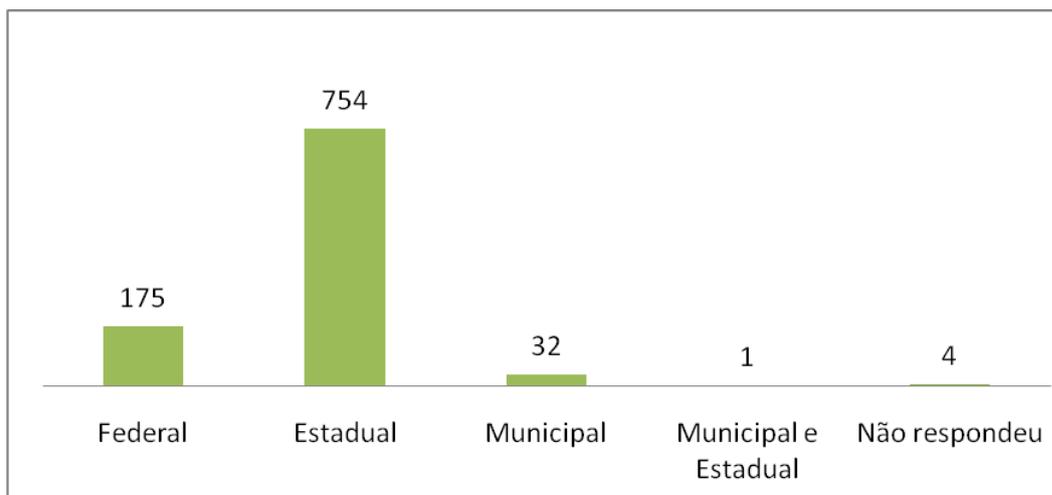
Gráfico 2- Proporção de ingressantes por Ação Afirmativa solicitantes de B. Aux. por Alunos selecionados para B. Aux.



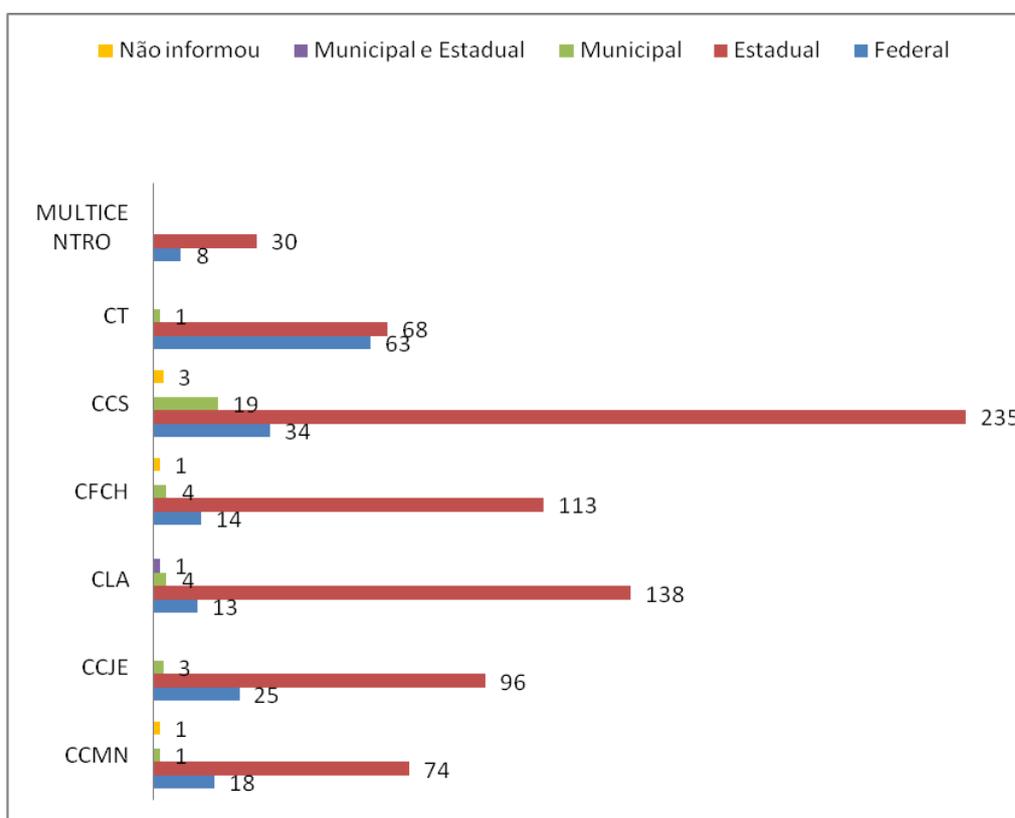
Observando o gráfico 1, verificamos que os Centros se apresentam respectivamente na seguinte ordem sobre a oferta de vagas relativa à Ação Afirmativa: CCS, CT, CFCH, CCJE, CCMN, CLA e Multicentro. Entretanto, com o gráfico 2, podemos verificar que, apesar do Centro de Letras e Artes (CLA)²⁴ ter um menor quantitativo de vagas, é o que apresenta maior proporção de estudantes solicitantes e selecionados para recebimento da Bolsa Auxílio, tendo 66,4% de estudantes selecionados dos 80% solicitantes. Este quantitativo pode se constituir em um indicativo de que neste centro se concentra um número expressivo de estudantes oriundos de classes populares.

No que diz respeito ao tipo de ensino médio realizado pelos ingressantes por reserva de vagas no ano de 2012, podemos destacar o gráfico 3:

²⁴ Centro de Letras e Artes (CLA) compreende os cursos de Letras (em suas diversas habilitações), Arquitetura, Composição de Interior, Desenho, Música (nas diferentes habilitações), dentre outros.

Gráfico 3- Ensino Médio

O que verificamos no gráfico 3 é que a maior parte dos estudantes em questão realizaram o ensino médio em escolas da rede estadual de educação (754), seguido por aqueles que realizaram o ensino médio em escolas federais (175). Observando estes dados e verificando como se alocam por Centro, temos o seguinte gráfico:

Gráfico 4- Tipo de escola por Centro

O gráfico acima reafirma o maior quantitativo em todos os Centros por estudantes que ingressaram na UFRJ por reserva de vagas e que cursaram o ensino médio integralmente em escolas da rede estadual de ensino. Entretanto, destaca-se o CT como o Centro que quase se equiparou ao quantitativo de estudantes egressos de escolas estaduais (68) e escolas federais (63). Cabe lembrar que no CT encontra-se majoritariamente as engenharias em suas diversas modalidades, totalizando 126 estudantes e, em menor proporção, o curso de Química Industrial com 6 estudantes.

Ainda sobre o tipo do ensino médio cursado, outra importante questão que deve ser destacada é que este quantitativo de estudantes egressos de escolas estaduais não se limita ao município ou ao estado do Rio de Janeiro, são estudantes de todas as partes do Brasil que, muitas das vezes, cursaram o ensino médio em escola estadual do seu estado ou município de origem.

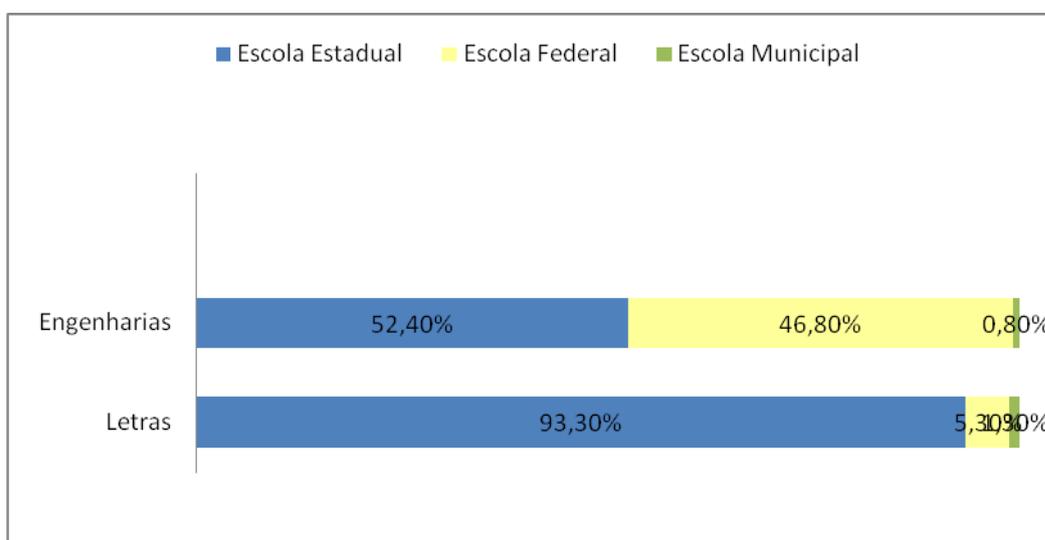
Vejam os casos do curso de medicina, curso de reconhecido status social e que apresenta relação candidato/vaga extremamente alta, especialmente entre as universidades públicas de ensino, conforme ocorre na UFRJ. Em nossa amostra de pesquisa entre os selecionados para recebimento da Bolsa Auxílio e com ingresso pela reserva de vagas no ano de 2012, encontramos 25 discentes do curso de medicina, sendo que destes, 19 são egressos de escolas estaduais e 6 de escolas federais. Entretanto, dos 19 estudantes de escolas estaduais, 12 apontaram como local de moradia da família outros estados diferentes do Rio de Janeiro, onde provavelmente cursaram seu ensino médio, 6 apresentam como local de moradia da família outros municípios diferentes do Rio de Janeiro e apenas 1 estudante teria possivelmente cursado o ensino médio no município do Rio de Janeiro.

Deste modo, verificamos que a análise dos dados não pode ser feita de forma simplista, deve-se sempre atentar para as particularidades para não se distorcer o dado apresentado. O curso de Medicina, mesmo com a reserva de vagas apresentada dentro desta amostra, apenas 1 estudante com família no município do RJ, já os demais estudantes egressos do ensino médio em escola estadual têm família residindo fora do município ou fora do estado do RJ. Deste modo, tal dado pode se constituir em um indicativo de que boa parte dos estudantes oriundos de escolas estaduais não tenham cursado o ensino médio no município ou no estado do RJ, destacando-se o fato de que 12 dos 19 discentes apresentam suas famílias residindo em outros estados brasileiros.

Vejam os outros dois exemplos de cursos com grande expressão quantitativa de discentes na UFRJ e em nossa amostra de pesquisa. Primeiramente o caso das Engenharias, onde se agrupando as suas diversas modalidades e/ou habilitações é o curso que apresenta maior representatividade numérica em nosso universo de pesquisa, apresentando um total de 126 discentes, sendo 66 de escolas estaduais, 59 de escolas federais e 1 de escola municipal. Dentre os 66 de escola estadual, 19 informam que sua família reside em outro estado brasileiro diverso ao RJ.

Já no caso do curso de Letras (considerando suas diversas modalidades e/ou habilitações, tal como nas engenharias), que é o segundo curso com maior número de discentes em nosso universo de pesquisa, encontramos uma situação diferente. Temos um total de 75 discentes em nosso universo de pesquisa, sendo 70 egressos de escolas da rede estadual de ensino, 4 da rede federal de ensino e 1 da rede municipal. Dentre os 70 da rede estadual de ensino, temos apenas 9 estudantes que apresentam família residindo em outro estado, ou seja, indicando uma maior possibilidade de terem cursado o ensino médio fora do Estado do Rio de Janeiro.

Gráfico 5- Curso de Graduação x Tipo de escola

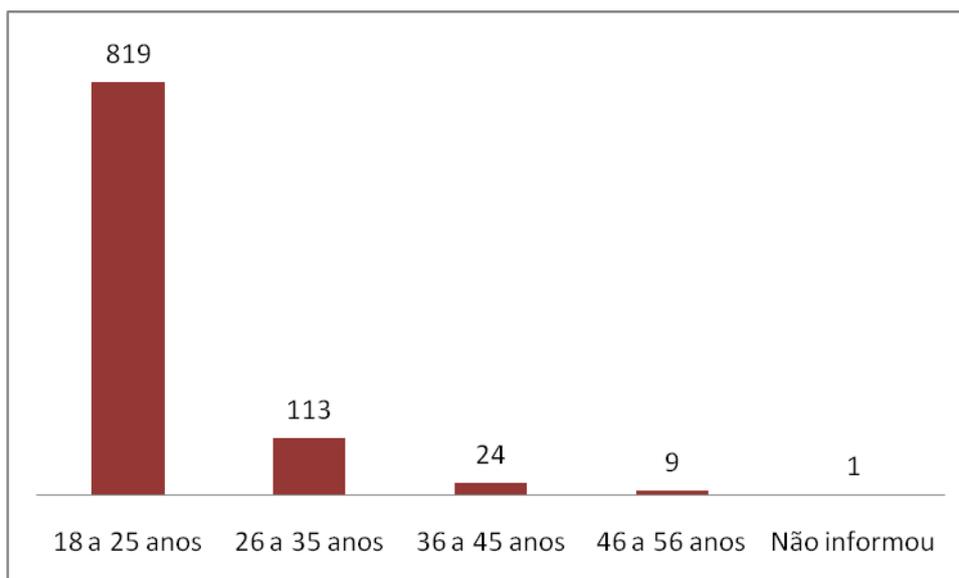


Compreende-se que também é importante verificar os cursos de graduação individualmente e não apenas os Centros aos quais os mesmos

integram. Além disto, quando se trata da origem do ensino médio, além de diferenciar os tipos de escolas públicas, é necessário também localizá-las.

Outro dado que nos auxilia a entender o perfil do estudante ingressante por Ação Afirmativa diz respeito à faixa etária e está representado no gráfico 6:

Gráfico 6- Faixa Etária

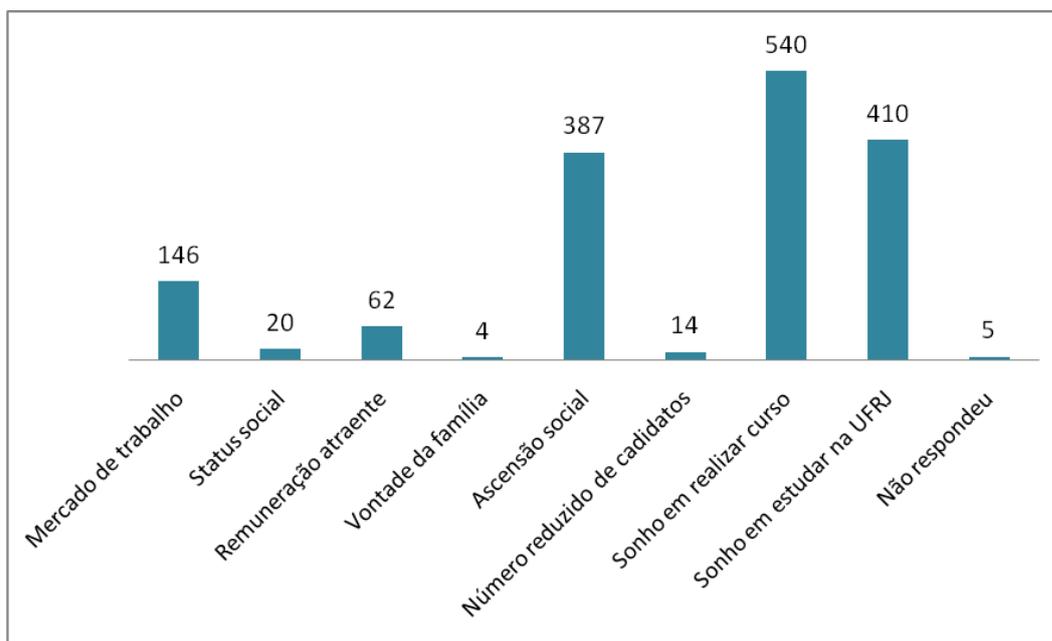


O gráfico acima apresenta um maior quantitativo (819) de discentes com idade atual entre 18 e 25 anos (nascidos entre 1988 e 1995), em seguida aparecem aqueles com idade entre 26 e 35 anos (113 estudantes nascidos entre 1987 e 1978) e, assim, vai decrescendo o quantitativo de estudantes conforme o aumento da faixa etária.

Deste modo, verificamos o ingresso expressivo de estudantes jovens na UFRJ que ingressaram pela reserva de vagas em 2012. Sobre esta questão, devemos ressaltar ainda que o ENEM também traz a possibilidade de obter a certificação do Ensino Médio²⁵.

A motivação para a inserção no ensino superior é outra questão observada. O gráfico 7 apresenta as principais motivações para o ingresso dos estudantes na UFRJ:

²⁵ Através do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), dependendo do resultado obtido dentre outros critérios, o estudante pode obter o certificado do ensino médio.

Gráfico 7- Motivação

O gráfico acima demonstra que o “sonho em realizar o curso” foi a resposta mais assinalada entre os estudantes, aparecendo 540 vezes, seguido pelo “sonho em estudar na UFRJ” com 410 marcações, onde devemos considerar que nesta opção o ingresso na UFRJ está independente do curso de graduação ou ainda que o ingresso na UFRJ é algo também bastante almejado entre os discentes. A opção “ascensão social” aparece 387 vezes, indicando que a ideia de que o curso de graduação pode gerar novas possibilidades sociais ao discente, especificamente em rever o lugar social que o mesmo ocupa na sociedade. O que reforça a concepção de que a Educação Superior é ainda considerada como caminho para a mobilidade social:

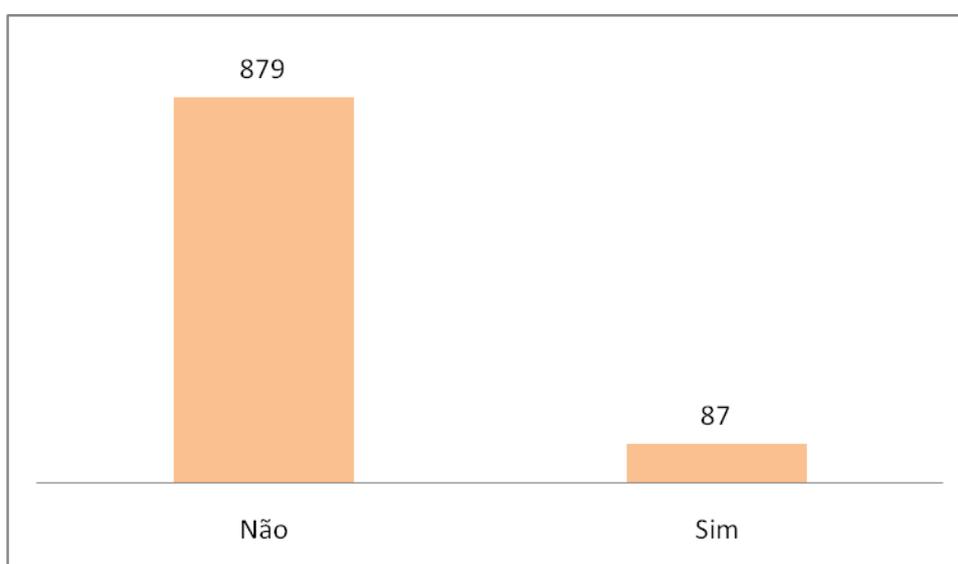
No discurso dominante da globalização, a abertura dos mercados e o florescimento da tecnologia da informação no início da década de 90 imporiam um novo choque de competição [...] o conhecimento passaria a ser o principal ativo das organizações e a chave da vantagem competitiva sustentável que sustentaria mudanças estruturais no mercado de trabalho, com ênfase nas ocupações profissionais superiores e diretivas. (Pochmann, 2001, apud Carvalho, 2004, p. 245)

Ainda sobre o gráfico 7, devemos lembrar que sobre esta questão o discente teve a possibilidade de marcar mais de uma opção, deste modo, o

quantitativo geral referente à motivação é superior ao quantitativo geral de discentes de nosso universo de pesquisa²⁶.

Entender sobre a família do estudante também é algo necessário para melhor compreender o contexto de vida do discente. Assim, outro dado que merece destaque para traçar o perfil do estudante ingressante por reserva de vagas na UFRJ diz respeito à escolaridade dos pais, conforme aponta o gráfico 8:

Gráfico 8- Pai ou Mãe com Nível Superior de Ensino



O gráfico acima permite verificar que é muito grande a incidência de pais que não possuem ensino superior completo, totalizando um quantitativo de 879 famílias dos estudantes onde nem o pai e nem a mãe do estudante atingiram esta escolaridade, ou seja, são 88,3% de nossa amostra de pesquisa, e apenas 8,7% apresentam pai ou mãe ou ambos com a referida escolaridade.

Este dado pode se constituir em um relevante indicativo de que as gerações mais novas estão conseguindo ou tentando atingir uma escolaridade anteriormente não alcançada. Neste contexto, tanto a expansão universitária como a reserva de vagas podem apresentar influência nesta situação, quer dizer, o que em gerações passadas não era possível a estudantes oriundos da

²⁶ Alguns estudantes assinalavam “sonho em realizar o curso” juntamente com a opção “mercado de trabalho”, já outros só apontavam a opção “ascensão social”, dentre outras combinações.

classe-que-vive-do-trabalho, como cursar uma universidade, atualmente já há alguma maior possibilidade, especialmente via Ação Afirmativa.

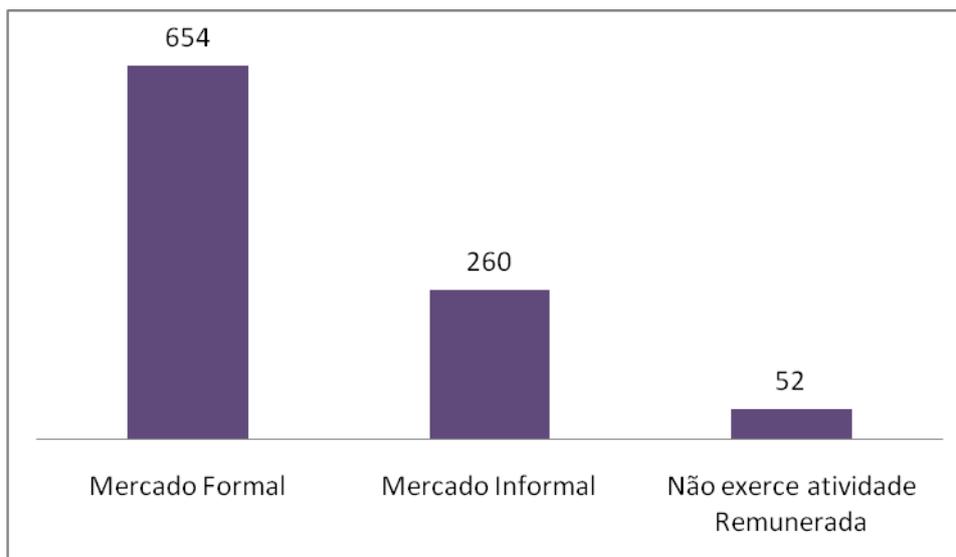
O acesso ao ensino superior por estes discentes é algo novo em suas famílias, que pode se constituir tanto em uma requisição às gerações mais novas, como uma nova possibilidade sendo alcançada. Pesquisas têm indicado que o aumento da escolaridade apresenta influência na expansão da renda proveniente do trabalho:

O Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea) divulgou na última segunda-feira, dia 7, um comunicado sobre o mercado de trabalho, com base nos dados da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílio (Pnad) 2012, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Segundo o ministro interino da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência (SAE), Marcelo Neri, o aumento da escolaridade foi importante fator para expansão da renda do trabalho [...]. (Portal MEC/ SAE – 07/10/2013).²⁷

Conforme já discutimos anteriormente, além do campo da cultura, a educação e o trabalho são duas esferas que se apresentam de forma relacionada ao longo da história do nosso país. O quadro que se aponta atualmente é de um mercado de trabalho extremamente competitivo, onde se faz necessário o aumento da escolaridade, o que pode possibilitar melhores oportunidades de inserção profissional, deste modo, o alcance ao ensino superior parece se configurar como algo bastante relevante para o mercado de trabalho em tempos atuais.

Outro importante dado sobre as famílias dos estudantes se relaciona à situação de emprego de seus principais provedores. Vejamos o gráfico abaixo:

²⁷ Ver notícia completa em: <http://www.sae.gov.br/site/?p=18494> – Último acesso em 07/05/2014.

Gráfico 9- Principal Provedor

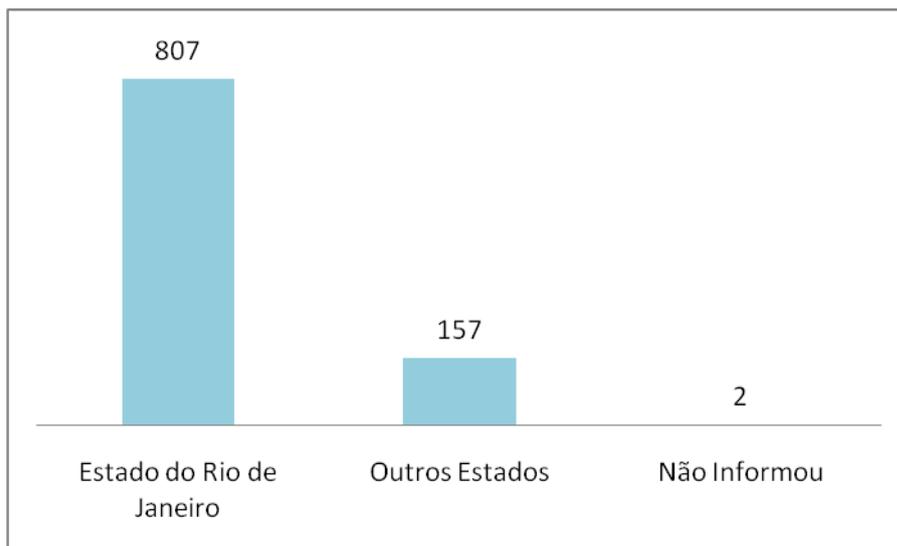
No gráfico 9, podemos notar que a maior parte dos estudantes (654) de nossa amostra de pesquisa apresentam pelo menos um dos provedores de sua casa com algum vínculo de emprego formal, seguido de 260 estudantes cujo principal provedor é alguém em emprego informal e 52 discentes cujos provedores não desenvolviam atividade remunerada no momento de entrega de documentação.

Entretanto, apesar da maior parte dos estudantes apresentarem o principal provedor de suas casas com emprego formal, o que dá ideia de maior estabilidade e amparo ao trabalhador quando comparado aos demais, devemos ressaltar que todos estes estudantes apresentaram no momento de sua matrícula uma renda per capita familiar de até um salário mínimo vigente (R\$622,00), ou seja, mesmo os discentes que apresentam ao menos uma pessoa em sua casa com vínculo formal de emprego, tal pode se apresentar na mesma faixa de rendimento que aqueles com vínculo informal, ou até mesmo abaixo destes.

Destacamos ainda, como um importante elemento do perfil destes estudantes, o seu local de moradia. Para obter tal informação, trabalhamos com o dado sobre o local de moradia da família apresentado pelo estudante no formulário de seleção para a bolsa auxílio. A escolha por utilizarmos a informação sobre o local de moradia da família é explicada pelo fato de que todo o estudante oriundo de outro estado que não o Rio de Janeiro, para poder cursar

sua graduação na UFRJ, precisará buscar uma alternativa de moradia no Rio de Janeiro, assim, se utilizássemos o dado sobre a moradia do estudante propriamente, poderíamos mascarar um dado, tendo em vista que o discente em questão já está cursando sua graduação há pelo menos um semestre no Rio de Janeiro e, assim, já apresentando alguma moradia no referido Estado.

Gráfico 10- Local de Moradia da família



O gráfico 10 apresenta que a grande maioria dos estudantes informa ter família residente no Estado do Rio de Janeiro (807 – 83,5%). Assim, entendemos que dentre os estudantes com família no Estado do RJ, há aqueles que residem dentro do município do RJ e também há aqueles que moram em outros municípios (ex.: Volta Redonda, Duque de Caxias, Belford Roxo, Petrópolis, etc.), em alguns casos, municípios tão distantes da universidade que dificultam e/ou inviabilizam a ida e retorno do estudante para sua casa, ou seja, este grupo resguarda uma variedade de locais de moradia que auxiliam a distinguir as condições de vida e estudo dos discentes, uma vez que a trajetória entre casa e universidade pode se constituir em fator facilitador ou dificultador para o estudante se manter na universidade.

Entretanto, apesar da maioria apresentar moradia no estado do RJ, o gráfico 9 demonstra ainda que há um expressivo número de estudantes que apresentam a moradia da família em outros estados do Brasil (157 -16,3%), ou seja, discentes que precisam mudar de estado para cursar sua graduação. Esta

realidade entre os estudantes universitários torna-se cada vez mais recorrente não apenas na UFRJ, mas em outras Universidades, constituindo-se em uma nova característica das universidades com a adoção do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e do SISU (Sistema de Seleção Unificada)²⁸ no acesso às mesmas.

Mais de 15 mil universitários mudarão de Estado para fazer o curso superior em instituições públicas em 2013. O número representa 13% dos calouros que entraram para o ensino superior pelo SISU (Sistema de Seleção Unificada). Os dados foram compilados pelo MEC (ministério da Educação) a partir das matrículas efetuadas até maio.

Minas Gerais é o estado que mais recebeu estudantes de outras unidades federativas: 2.437 alunos. Na sequência estão Rio de Janeiro (1.911), Rio Grande do Sul (1.413) e Paraíba (1.322). (Uol/ Educação – 16/05/2013)²⁹

De acordo com a notícia acima, verificamos que o Rio de Janeiro constitui-se como o segundo estado que mais recebe estudantes de outras unidades federativas, entretanto, as migrações entre os discentes não é exclusividade do Rio de Janeiro, tornou-se uma realidade entre as universidades brasileiras. Com isto, certamente surgem novas demandas estudantis, ou ainda, tornam-se mais evidentes, como a necessidade de construção e ampliação de alojamentos nas universidades que recebem discentes oriundos de outros estados, como ocorre na UFRJ. A necessidade de aumento da moradia estudantil é uma nova realidade que vem causando dificuldades para os estudantes das universidades. Apresenta-se uma nova realidade a partir das Ações Afirmativas que o Estado deve cuidar.

Através dos dados acima apresentados podemos melhor refletir sobre o perfil mais geral dos estudantes ingressantes por reserva de vagas na UFRJ no ano de 2012, possibilitando nos auxiliar a entender as novas demandas apresentadas para universidade e a maior evidência de demandas antigas que atualmente ganham maior visibilidade e destaque na cena pública.

²⁸ O Sisú é o Sistema que seleciona candidatos às vagas das instituições públicas de ensino superior e usa a avaliação do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio). Através deste Sistema os candidatos podem consultar as vagas disponíveis, pesquisando as instituições e os seus respectivos cursos participantes.

²⁹ Matéria completa disponível em: <http://educacao.uol.com.br/noticias/2013/05/16/mais-de-15-mil-calouros-do-sisu-mudam-de-estado-para-fazer-faculdade.htm> - último acesso em 26/12/2013.

3.2. O olhar dos estudantes ingressantes por reserva de vagas

Nesta parte de nosso trabalho, buscaremos apresentar os resultados encontrados nas entrevistas realizadas com os estudantes ingressantes por reserva de vagas no ano de 2012. A entrevista teve por finalidade trazer dados qualitativos para a nossa pesquisa, buscando dar visibilidade ao olhar do estudante e à sua vivência universitária.

A entrevista foi constituída de perguntas fechadas (para traçar um breve perfil dos entrevistados) e por perguntas abertas de cunho qualitativo. Deste modo, os principais eixos temáticos abordados foram: trajetória educacional; motivação para realização da graduação; permanência; reserva de vagas; desigualdade.

É importante destacar que do total de 966 estudantes ingressantes por reserva de vagas no ano de 2012 que foram selecionados para receber bolsa auxílio em 2013, realizamos um total de 10 entrevistas, cujos discentes entrevistados foram escolhidos de forma aleatória³⁰, tendo apenas o critério de pertencerem a cursos de graduação ofertados no campus fundão, com a finalidade de facilitar a realização das entrevistas.

Assim, foram entrevistados estudantes de quatro Centros, são eles: CT com 2 estudantes (2 estudantes dos cursos de Engenharia Química e Civil); CLA com 3 discentes (1 estudante do curso de Arquitetura, 1 estudante do curso de Letras português/francês e 1 estudante do curso de Composição de Interiores); CCMN com 2 estudantes (1 do curso de bacharelado em Geografia e 1 de bacharelado em Ciências da Matemática e da Terra) e CCS com 3 discentes (1 do curso de Medicina, 1 do curso de Odontologia e 1 do curso de Ciências Biológicas – básico).

Como algumas características que nos auxiliam a traçar o perfil destes estudantes, destacamos que 7 entrevistados estão no seu quarto período de graduação, enquanto que 3 estão no terceiro período, sendo todos ingressantes no ano de 2012, parte iniciando sua graduação no primeiro semestre e parte no

³⁰ Para a realização da entrevista, numeramos os 966 discentes selecionados para o recebimento da bolsa auxílio e sorteamos o quantitativo estipulado para a entrevista, realizando o convite para os mesmos via e-mail.

segundo semestre. Esta característica demonstra que estão em sua maioria no início para a metade de seus cursos.

Os entrevistados apresentam variação no ano de conclusão do ensino médio entre 2008 (1 entrevistado), 2009 (4 entrevistados), 2010 (3 entrevistados) e 2011 (2 entrevistados), com idade variando entre 19 anos e 23 anos. Tais dados demonstram que este grupo constituiu-se por estudantes que não apresentam um intervalo grande de tempo entre o término do ensino médio e a entrada na universidade, tendo, inclusive, alguns que iniciaram o curso universitário no ano subsequente ao do término do ensino médio, não interrompendo seus estudos.

Outra característica do grupo diz respeito ao tipo de escola em que realizaram o ensino médio. Encontramos 6 estudantes oriundos de escolas estaduais e 4 oriundos de escolas federais. Este dado também se apresentou no perfil mais geral dos estudantes, onde a maior proporção ficou representada com estudantes das escolas estaduais.

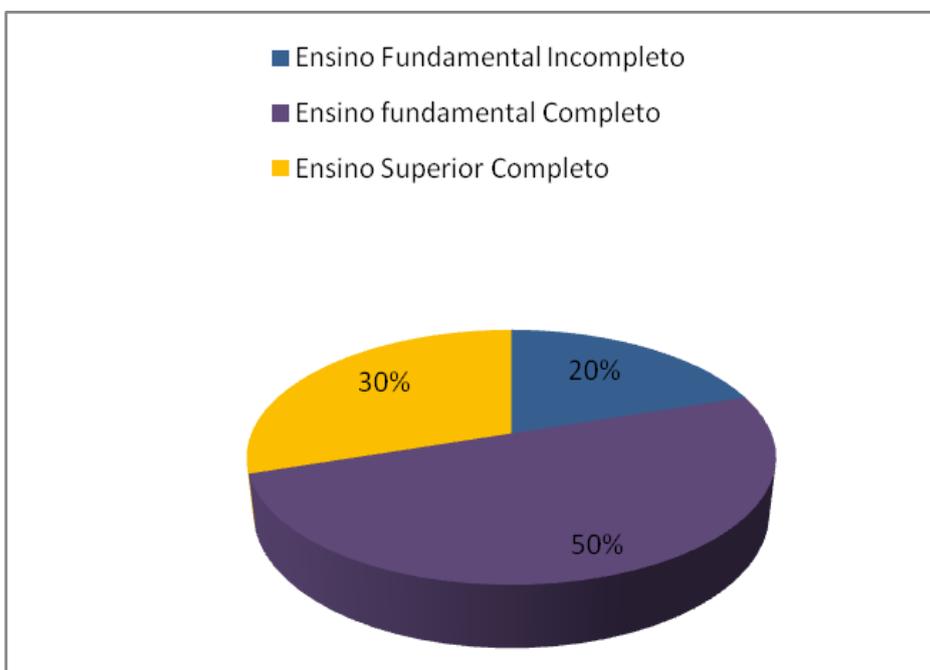
Entre os estudantes entrevistados, apenas 2 não realizaram curso pré-vestibular e, dentre os 8 entrevistados que realizaram, 4 o fizeram em cursos comunitários, 2 realizaram parcialmente em cursos comunitários e parcialmente em curso particulares com bolsa (parcial e integral) e 2 realizaram em cursos particulares com bolsa.

Os estudantes também falaram sobre as seleções para ingresso no ensino superior. Entre os entrevistados, 4 estudantes não haviam realizado nenhuma outra seleção para ingressar no ensino superior antes da UFRJ, 3 já haviam realizado outras seleções e já haviam iniciado cursos de graduação em outras instituições de ensino e 3 discentes já haviam participado de outras seleções, porém não iniciaram nenhum outro curso de graduação antes de seu ingresso na UFRJ.

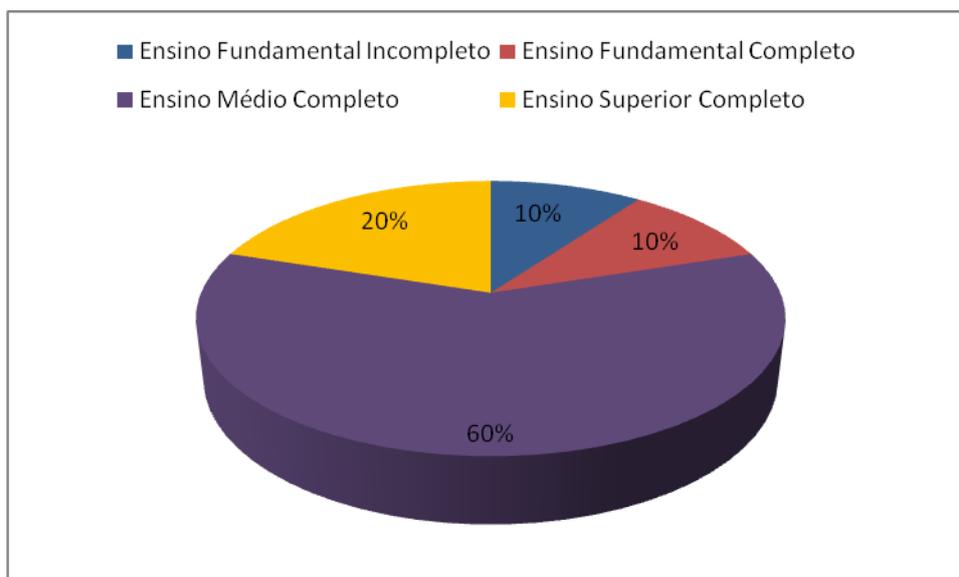
Ainda sobre o perfil dos entrevistados, podemos observar que, dos 10 entrevistados, 5 não identificaram ninguém como a pessoa mais próxima que cursou o ensino superior, 2 identificaram um primo (pertencente à mesma faixa etária e geracional) e 3 identificaram algum dos pais ou ambos. Desta forma, entendemos que para metade dos entrevistados a entrada na universidade é algo novo não só para si, mas também para a família.

Especificamente sobre a escolaridade dos pais dos entrevistados, destacamos os gráficos abaixo:

Gráfico 11- Escolaridade das Mães



No Gráfico 11, verificamos que a maior parte das mães dos entrevistados possui o ensino médio completo (50%), apesar de também encontrarmos mães com ensino fundamental incompleto (20%) e com ensino superior completo (30%). Algo semelhante ocorre com os pais dos entrevistados, conforme apresenta o Gráfico 12:

Gráfico 12- Escolaridade dos Pais

Da mesma forma como ocorre com as mães dos entrevistados, o Gráfico 12 demonstra que a maior parte dos pais dos discentes entrevistados possuem o ensino médio completo (60%). Ainda há pais com o ensino superior completo (20%) e com ensino fundamental completo (10%) e ensino fundamental incompleto (10%).

Deste modo, entendemos que o ingresso no ensino superior para a maioria dos entrevistados vem se constituindo como uma nova possibilidade que anteriormente não ocorreu com os seus pais, sendo expresso pelos entrevistados como algo de grande valor.

O fato de muitos dos entrevistados terem pais que não chegaram ao ensino superior faz com que, muitas das vezes, os mesmos sejam grandes incentivadores dos filhos na busca por uma graduação, almejando uma vida melhor para estes, que seria possibilitada com o aumento da escolaridade:

Mesmo os meus pais não tendo estudo, eles sempre botaram que isso é fundamental, que isso é importante, que é o meu foco. E eles sempre fizeram de tudo pra que eu não trabalhasse tanto e que focasse sempre nos estudos. Então minha primeira motivação foi por incentivo deles. (A – 21 anos – estudante de Bacharelado em Geografia)

A minha mãe sempre me incentivou a estudar muito, como ela não teve acesso, ela quis que eu tivesse acesso ao ensino superior. Ela me criou sozinha, mãe solteira, então ela não queria que eu ficasse dependendo de outras pessoas

depois. Queria que eu dependesse do meu próprio trabalho (S – 20 anos – estudante de Arquitetura)

Assim, o incentivo dos pais se apresenta nos depoimentos dos estudantes entrevistados como um fator de grande importância para motivá-los ao ingresso na universidade.

Além do incentivo dos pais, grande parte dos depoimentos também demonstram, de forma expressiva, como motivações para a entrada dos estudantes na universidade a vontade de realizar o curso escolhido e a ideia de aumentar a escolaridade para possibilitar uma melhor condição de emprego e conseqüentemente melhor condição de vida.

O que me motivou, na verdade, foi porque eu sempre sonhei em fazer Medicina, né? Então eu... Eu queria passar pra medicina, e foi isso. E também porque eu acho que é importante você ter uma graduação. Na minha família a gente não tem histórico disso. E a gente vê como é difícil trabalhar, trabalhar, e você não consegue evoluir muito financeiramente, então eu optei por estudar e é isso aí. Foi uma opção minha. (B – 21 anos – estudante do curso de Medicina)

Eu acho que é porque achava necessário. Eu queria mesmo, era uma que eu queria trabalhar, e só assim eu ia conseguir alguma coisa pra minha vida. Uma formação melhor, um emprego melhor (T – 20 anos – estudante de Composição de Interiores)

Então, eu já saí do ensino médio e... O ensino médio eu já via como um passo pra ingressar no ensino superior pra ter... Porque hoje em dia se você não tiver um curso superior, você vai estar abaixo de muita gente. Então eu ingressei no ensino superior pra ter uma formação e ter melhores condições. Futuramente até... Intelectualmente também. Financeiramente e intelectualmente (G – 20 anos – estudante de Odontologia)

A ideia de que através do ensino superior poderão acessar uma melhor qualidade de vida e melhor condição no mercado de trabalho é muito presente entre os entrevistados. Dar continuidade aos estudos após o ensino médio passa a ter um valor que congrega não apenas a aptidão ou desejo de ter acesso a um curso específico, mas também uma ideia de que através deste pode-se alcançar novas possibilidades.

[A motivação para entrar na universidade foi para] Adquirir conhecimento e poder... E poder fazer concurso público, ter uma ascensão mesmo, uma renda maior. E alguns concursos públicos exigem o curso superior. (L- 21 anos – estudante do Curso de Letras)

Esta noção sobre quem tem uma escolaridade mais baixa e/ou não possui qualificação profissional encontra-se em situação desvantajosa, que acarretará em piores condições de emprego, é compatível com as notícias que verificamos atualmente:

Em todo o Brasil, uma característica comum une as vítimas de aliciação para trabalhos em condições análogas à escravidão: a baixa escolarização. A coordenadora e educadora do projeto “De olho aberto para não virar escravo”, Elizabete Flores, avalia que “as pessoas com baixa ou nenhuma formação escolar estão mais vulneráveis aos aliciadores” (UOL/ portal aprendiz – 23/03/2012)³¹

Um dos principais entraves para a superação da miséria em São Paulo é a baixa escolaridade dos adultos. Entre as famílias que vivem em situação de extrema pobreza (com rendimento per capita inferior a R\$ 70), 23% dos adultos têm menos de cinco anos de estudo. Na maior parte das vezes são analfabetos funcionais. (Estadão/ Política/ Ensino Público – 04/12/2012)³²

As piores condições de trabalho e a miséria constantemente aparecem associadas à baixa escolaridade, dentre outros elementos. Pela necessidade de se trabalhar precocemente ou pela impossibilidade de dar continuidade aos estudos, em geral, pode-se criar um ciclo difícil de ser desfeito, pois um elemento destes colabora para a continuidade do outro. Assim, há uma concepção na sociedade de que é através da educação que se pode ascender socialmente e o acesso ao ensino superior seria algo de grande valor em nossa sociedade.

3.2.1. Sobre a reserva de vagas: alguns dilemas

A possibilidade de realizar um curso de graduação faz com que muitos dos estudantes expressem em seus depoimentos a importância da implementação da reserva de vagas nas universidades; sobretudo, devido à

³¹ Notícia completa em: <http://portal.aprendiz.uol.com.br/2012/03/23/baixa-escolaridade-torna-trabalhadores-mais-vulneraveis-a-escravidao/> (último acesso em 03/01/2014).

³² Notícia completa disponível em: <http://blogs.estadao.com.br/roldao-arruda/baixa-escolaridade-de-adultos-mantem-familias-na-miseria/> (último acesso em 03/01/2014).

deficiência relativa ao ensino médio e conseqüentemente à competição desigual que ocorre para se acessar a universidade:

Eu acho que é válido, que é algo bom. Não só eu, mas muitas dessas pessoas têm dificuldade em ter acesso ao ensino superior, e essa ajuda, essa reserva de vagas, pra gente é uma esperança de conseguir um estudo bom. Eu tenho uma amiga que ela tentou vários anos e com a Ação Afirmativa ela finalmente conseguiu entrar. (S – 20 anos - estudante de Arquitetura)

Com relação a separar vagas eu não achava muito justo porque... É a mesma matéria pra todo mundo e tem um edital. O problema é que nem todo mundo recebe esse conteúdo de ensino durante o ensino médio. Então dependendo da escola que você veio, você não vai conseguir esse estudo que o pessoal fora consegue com cursinho preparatório. Então assim, eu acho válida a reserva de vagas, porque o pessoal de cursinho preparatório comunitário e tudo mais... A gente não tem toda a matéria. Então tem dias que tem, tem dias que não tem. Tem professor que vai, tem professor que não vai. Eu acho válido ter essa reserva aí de número de candidatos, porque a competição é diferente. O grupo que vai entrar naquela vaga ali é completamente diferente. (M – 23 anos – estudante do curso de Ciências da Matemática e da Terra)

Com isto, a grande maioria dos estudantes entrevistados concorda com a reserva de vagas para estudantes que realizaram o ensino médio em escolas da rede pública de ensino, por entenderem que deste modo há uma maior possibilidade de ingresso na universidade, algo que anteriormente era mais difícil devido à reconhecida deficiência entre os entrevistados do ensino público, sobretudo, nas escolas estaduais e municipais do Rio de Janeiro. Entretanto, alguns fazem ponderações sobre as escolas federais que apresentariam uma melhor qualidade de ensino, e alguns estudantes expressam sua discordância sobre a reserva de vagas para estudantes autodeclarados pretos, pardos e indígenas:

[...] eu acho que não tem muito sentido reservar vaga pra negro. Porque o negro ele também pode estar dentro do grupo de escola pública. Então eu acho que essa facilitação do acesso à graduação tem que ser pras pessoas que tem mais dificuldade de passar no vestibular, que são as pessoas que tiveram aula na rede pública, que tem essa deficiência. E acho que o fato da pessoa ser negra ou ser indígena não é uma dificuldade de entrar. Acho que a única dificuldade mesmo é o ensino que ela teve antes de entrar pra faculdade. Se ela estudou num colégio particular que seja bom ou numa rede pública, é isso que vai dizer se ela tem mais facilidade de entrar ou não... Não a cor dela. (L- 21 anos – estudante do curso de Letras)

[...] Porque tudo bem, é escola pública, mas o Pedro II é uma escola pública, e olha o nível. Eles conseguem competir com o... Vamos supor, sei lá, o PH. Eles

conseguem competir de igual pra igual. Eu não vejo uma pessoa de um colégio lá onde eu estudei em Mesquita competir com uma pessoa do PH pra Medicina, por exemplo. Eu posso estar sendo preconceituosa, mas eu não vejo uma competição justa entre essas pessoas. Aí eu falei... Tá, eu não tenho muita opção. Então eu concordo nesse momento assim... Então foi isso. Eu concordo, porém, com essas ressalvas. (A – 21 anos – estudante de Bacharelado em Geografia)

As entrevistas expressam uma concordância com a reserva de vagas para estudantes que tiveram um ensino de baixa qualidade e, portanto, estariam em condição desvantajosa para concorrer com os demais estudantes. Porém para alguns não há um entendimento da necessidade de reserva de vagas para outros grupos de estudantes, pois poderiam estar alocados naquela direcionada a estudantes oriundos de escola pública, se fosse o caso.

Assim, em alguns depoimentos, parece que não há uma concepção de Ação Afirmativa como uma política voltada para promover uma maior igualdade, tendo em vista a percepção dos quadros de desigualdade social, neste sentido, não se percebe o entendimento da condição de desigualdade vivida por alguns grupos sociais. Isto pode evidenciar que no caso brasileiro, quando se fala em Ação Afirmativa com corte social, pode-se afirmar que há uma relativa aceitação, porém, quando a questão é racial, há uma maior rejeição.

Apesar de entender como algo positivo a reserva de vagas para estudantes oriundos da escola pública, alguns estudantes apontam falhas, primeiramente com relação à temporalidade da reserva de vagas:

[...] O ensino público no Brasil tem uma discrepância muito grande. Por exemplo, eu estudei no ensino fundamental em colégios particulares, mas que eram colégios de Belford Roxo, então assim, o nível dos professores, a infraestrutura da instituição não eram comparáveis a um Santo Inácio da vida, a um Santo Agostinho. Você vê que a preparação dos alunos é diferente. Se o ensino fosse de qualidade pra todo mundo, se o ensino fosse no mesmo nível, aí sim. Não ia precisar ter cota [...] Ela é uma ideia que veio dos Estados Unidos, e a ideia principal é... É um método paliativo, né? Você primeiro... É provisório. Você primeiro, você dá a cota pra tentar nesse período que você tem a cota, melhorar o ensino público no Brasil, e depois você tira a cota, porque aí vai estar no mesmo nível. A ideia eu acho que é essa, né? Só que aqui não. Aqui a gente usa... Ah, deixa a cota, tá bom, e deixa o ensino assim mesmo. Quem passar, passou. Quem for preto, passou, quem não for preto, não passou... Uma bagunça, que eu acho. Então eu sou a favor da cota. (B – 21 anos – estudante do curso de Medicina)

Vemos pela fala da estudante de medicina que, apesar de ser favorável à adoção das reservas de vagas nas universidades, há uma clareza de que a mesma deveria ser algo temporário, provisório, para que durante este período da reserva de vagas pudesse ocorrer uma mudança no ensino médio e básico público do país de modo que, daqui a algum tempo, quando se retirassem as reservas de vagas, todos os estudantes de ensino público ou privado teriam condições iguais de competir por uma vaga na universidade. Entretanto, a estudante expressa não ter esta perspectiva, visto que não se verifica grandes melhorias na qualidade do ensino médio público.

Em conformidade com este pensamento está a notícia sobre o desempenho dos estudantes de escola pública no ENEM referente ao ano de 2011:

Responsáveis por 88% das matrículas do ensino médio do País, as escolas públicas são maioria entre as que ficaram com nota abaixo da média nacional. Entre os estabelecimentos de ensino que tiveram desempenho inferior à média nacional na prova objetiva (511,21 pontos), 96% são públicos. (Exame.com/Brasil- 12/09/2011)³³

Se em 2011 a realidade do desempenho das escolas públicas no ENEM foi bastante insatisfatória, com um elevado percentual deste grupo de escolas abaixo da média nacional, no ano 2012, verificamos que as escolas privadas continuam apresentando os melhores desempenhos acadêmicos com relação ao ENEM:

O ranking das 300 escolas do país com maiores notas no Enem 2012, divulgado nesta semana pelo Inep, órgão vinculado ao Ministério da Educação, mostra o que todo mundo já sabe: as instituições privadas dominam fortemente a lista. Das 300, apenas 25 são mantidas com recursos públicos, sendo que a maior parte delas são federais, com predominância de colégios militares ou ligados a universidades. (Exame.com / Brasil/ ENEM 2012 – 26/11/2013)³⁴

Além de apresentar uma baixa representatividade quando comparada às escolas privadas (25 escolas públicas contra as 275 privadas - no ranking dos

³³ Notícia completa disponível em: <http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/escolas-publicas-sao-maioria-entre-as-que-tiveram-desempenho-baixo-no-enem> - Último acesso em: 07/05/2014.

³⁴ Notícia completa disponível em: <http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/as-500-melhores-escolas-do-pais-no-enem?page=1>. Último acesso em 06/01/2014.

melhores desempenhos no ENEM de 2012), das escolas públicas que aparecem nesta listagem, 21 são federais e apenas 4 são estaduais, sendo que todas as 4 escolas estaduais pertencem a São Paulo.

Diante destes dados, podemos compreender melhor as condições desiguais a que estão submetidos os diferentes estudantes de nosso país. A precariedade do estudo tem uma relação direta com a condição de classe social e o poder de compra da educação, onde há melhores possibilidades de ensino para aqueles que podem melhor pagar pelo mesmo. Deste modo, ainda não apresentando perspectivas de mudanças, não se consegue vislumbrar a reserva de vagas como algo temporal, pois ainda há muito que se fazer para que não mais haja necessidade desta.

Outra falha apontada entre os entrevistados com relação às reservas de vagas nas universidades diz respeito à falta de um acompanhamento mais próximo destes estudantes, pois se apresenta uma realidade de estudos muito diferente daquela que conheciam antes, conforme expressa a estudante:

É uma coisa que foi feita pra suprir uma carência que já tem no ensino. É tipo uma solução sem solução, entendeu? É uma solução que na verdade ela não poderia nem ter esse nome. Porque eu não acho que seja uma solução você jogar um aluno de escola pública aqui dentro e falar 'vai meu filho, se vira. Se vira e agora se forma'. Porque é basicamente isso. Tá bom, ele tá lá, coitado, o coitado... Porque é essa máscara que eles vestem no aluno de escola pública. O coitado entrou na faculdade. Beleza, e agora? Aqui você tem prazo pra cumprir, você tem que se formar num determinado período. Em escola não é assim. Se você repetir, você faz de novo, faz de novo, de novo. E aí você entra aqui com período e tal, matérias que você provavelmente vai ter dificuldade. Como eu tenho com matérias que são relacionadas a cálculo, por causa da deficiência que eu tive no ensino [...] (A – 21 anos – estudante de Bacharelado em Geografia)

A expressa deficiência no ensino médio aparece como um fator que dificulta a permanência do estudante em seu curso de graduação, muitas das vezes trazendo uma sensação de atraso com relação ao restante da turma:

[...] eu acredito por ter entrado sem uma boa base do ensino médio, às vezes, eu tô com mais dificuldade do que o resto do pessoal. Principalmente nos dois primeiros semestres, agora não! Mas principalmente no primeiro semestre eu vi que tinha o pessoal que já tinha visto algumas coisas no pré-vestibular e estavam só aprofundando e enquanto que eu tive que ver tudo do zero, então, eu tive que correr... eu me sentia meio atrás em relação às matérias. (J- 20 anos – estudante do curso de Engenharia Civil)

No que diz respeito a esta falta de acompanhamento expresso como demanda dos estudantes, ganha destaque aquele que deveria ser realizado sobre a questão acadêmica, no sentido de dar uma orientação sobre a grade curricular, principalmente quando os estudantes expressam alguma dificuldade, conforme ocorreu com a discente do Curso de Ciências Biológicas:

Acho que aqui o que dificulta é você se acostumar ao ambiente. Porque quando você termina o colégio estadual você não tá preparado, nem um pouco. Você tem que correr muito atrás, e eu me dei muito mal no segundo período, por exemplo, porque eram oito matérias. Eu não tive ninguém pra chegar e dizer 'olha, vai ser puxado, talvez seja melhor você dar um passo pra trás, pra dar dois pra frente. Não puxa as oito matérias'. Acabei reprovando bastante matéria. Eu acho que essa parte, a própria decania de cada curso, podia ser um pouco mais... Olhar um pouco mais pra cada situação dos alunos. Porque eles conseguem... Quando interessa, eles conseguem. [...] Porque eu cheguei a pedir orientação, no período passado, sobre o que fazer, e eu não fui atendida. Então acabei continuando a grade como todo mundo, só que tentando buscar matéria pesada agora. (P – 20 anos – estudante do Curso de Ciências Biológicas)

Esta orientação quanto à composição da grade de matérias semestrais se apresenta como uma necessidade que a universidade deveria ter maior atenção:

Eu acho que se tivesse um grupo de pessoas assim... Não necessariamente disponível só pra isso. Mas, por exemplo, um horário... Um horário que tivesse algum orientador lá pro caso do aluno ter dúvida quanto a isso e o orientador estar ali disposto a ajudar em determinados horários, eu acho que valeria a pena sim. (R – 19 anos – Estudante do curso de Engenharia Química)

O acompanhamento acadêmico não apenas para avaliar o desempenho do estudante, mas principalmente no sentido de orientar os discentes, sobretudo, aqueles que expressam esta demanda, deve ser visto com especial atenção, dado que a principal atividade de uma instituição de ensino é possibilitar a apreensão e formação do conhecimento e, para isto, não basta apenas apresentar conteúdos disciplinares, é imprescindível conhecer as necessidades do corpo discente que também fará parte desta relação.

O ambiente do curso e a relação com os demais estudantes é algo que também pode se apresentar como um fator dificultador para a permanência do discente na universidade:

A dificuldade mesmo que eu encontrei foi mais com as pessoas, lidar com as pessoas, sabe? [...] É uma questão bem essencial mesmo, mas até que outras pessoas também concordam comigo. Eu acho que no curso da odonto tem muita disputa. Então as pessoas meio que não são bem verdadeiras, sabe? Quando tá dentro da sala de aula fala com você normal, mas depois quando encontra nos corredores não olha pra você. Então isso é uma dificuldade que eu encontrei. Principalmente porque eu vim de fora, tô aqui sozinha. É meio que isso... Quase até passou pela minha cabeça desistir com relação a isso [...] (G – 20 anos – estudante do Curso de Odontologia)

Uma realidade que encontramos atualmente na UFRJ é o ingresso cada vez mais frequente de estudantes oriundos de outros estados do Brasil. Assim, além da adaptação ao ambiente universitário em si, para este grupo de estudantes e para aqueles que residem no Rio de Janeiro, porém com moradia em localização cuja distância ao campus universitário inviabiliza seu trajeto diário, há a necessidade de adaptação a uma nova cidade e moradia, geralmente com costumes diversos daqueles que o estudante se identificava, além do distanciamento de seus familiares e amigos no cotidiano.

Somam-se a estas adaptações a especificidade de cada curso e de cada classe onde nem sempre o estudante se identifica com os demais de sua turma. Esta não integração e/ou identificação se constitui, muitas das vezes, em mais um desafio para o estudante.

Para alguns estudantes, outro fator que aparece como dificultador é a utilização de textos e livros em idiomas estrangeiros. A compreensão de uma determinada matéria fica prejudicada pelo desconhecimento do idioma com o qual foram escritos alguns textos, entretanto, os estudantes traçam estratégias para superar esta dificuldade mesmo não sendo a forma ideal, mas realizando o que está ao seu alcance.

Os professores passam artigos em inglês pra gente baixar na internet, entrar no site e pesquisar. Isso eu tenho muita dificuldade. Eles falam 'olha, vocês tem que saber inglês, século XXI, vocês vão ter que se formar, vocês vão ter que falar inglês, é tudo inglês' [...] Quando alguém já traduziu, eu peço emprestada, ou então, meu, vou no Google tradutor, que é horrível... Porque o texto tem uma coerência, e quando você joga no Google tradutor fica tudo bagunçado, as palavras sem nexos, sem sentido. Ai meu Deus... Eu tenho um dicionário também de inglês que às vezes também eu uso, mas quando o artigo é muito grande... Fico um dia inteiro tentando traduzir aquilo com um dicionáriozinho. (B – 21 anos – estudante do curso de Medicina)

Uma alternativa para aqueles que não puderam realizar um curso de idiomas anteriormente ao ingresso na universidade seria realizar aquele que é oferecido pela mesma, entretanto, em alguns casos há o conhecimento sobre a existência deste curso de idiomas, porém a falta da informação completa em saber a quem se destina, ou ainda, onde é oferecido, auxilia a inviabilizar o acesso a este, mesmo ocorrendo no interior da universidade.

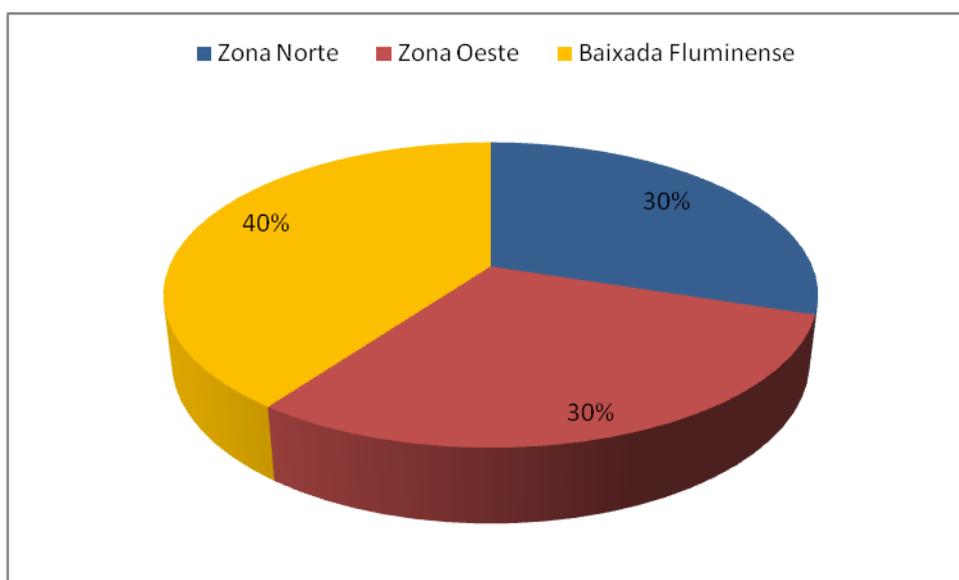
Já me falaram de um curso que é bem barato aqui na faculdade, mas eu já tentei e nunca vejo inscrição abrindo. Já tentei procurar, mas não sei. Existe um mito desse que tem um curso de inglês, de idioma na faculdade, que é, sei lá, 200 e pouco que você paga no semestre, mas eu não sei onde é que tá o curso. (B – 21 anos – estudante do curso de Medicina)

Os estudantes entrevistados apresentam ainda uma dificuldade relativa ao tempo. Algumas vezes, apresentam a dificuldade com relação ao tempo que é gasto no trajeto casa x universidade, o que se traduz em desgaste para o estudante e que consome parte de seu dia que poderia ser dedicada ao estudo, descanso ou lazer.

O que dificulta muito é a distância. É muito longe da minha casa até aqui. Tenho que pegar dois ônibus, tem engarrafamento, essas coisas, então é complicado às vezes. Eu chego tarde em casa, tenho que dormir bem cedo pra estar... É uma coisa que dificulta um pouco (S – 20 anos – estudante de Arquitetura)
Acho que tem me dificultado é mais os gastos, lógico, a distância... Às vezes eu falto. Quando não tem presença, dá pra estudar em casa, eu falto.[...] Às vezes, por exemplo, eu tenho uma aula à tarde de sei lá... Com duração de duas horas. E poxa... Eu tenho que sair lá de Belford Roxo, gastar um dinheiro pra estar ali, então assim... Às vezes não compensa. (B – 21 anos – estudante do curso de Medicina)

A distância seria o essencial. Porque eu acordo muito cedo, passo muito tempo aqui, depois só tenho uma linha de ônibus pra eu ir pra casa. Então tem toda essa dificuldade. Essa é uma coisa que me desmotiva um pouco. (A – 21 anos – estudante de Bacharelado em Geografia)

Cabe destacar que entre os estudantes entrevistados foi verificado que uma grande maioria reside em localidades distantes do campus do Fundão da UFRJ, conforme demonstra o gráfico 13:

Gráfico 13- Local de Moradia dos Estudantes Entrevistados

Verificamos que dentre os entrevistados 4 são residentes de municípios que integram a Baixada Fluminense, 3 estudantes residem em bairros pertencentes à Zona Oeste do Rio de Janeiro e apenas 3 discentes residem na Zona Norte do Rio de Janeiro, mesma região onde se localiza o campus do Fundão da UFRJ, onde os entrevistados estudam. Deste modo, tanto a distância como o transporte deficitário são elementos que dificultam o trajeto entre a casa e a universidade.

Outra realidade que se apresenta no interior da universidade é que parte dos estudantes necessita conciliar seu tempo de estudos com o trabalho, deste modo, a organização dos horários das disciplinas é algo fundamental.

[...] o que dificultou são os horários [...] Porque eu tenho matéria que é só na parte da tarde, de duas às três e quarenta. E sair daqui do Fundão três e quarenta pra trabalhar em qualquer outro lugar é longe. Aí dificulta. (L- 21 anos – estudante do Curso de Letras)

Com relação aos horários, cabe ressaltar que todos os entrevistados estão inseridos em cursos de turno integral, ou seja, à disposição das disciplinas. Em geral, requer que o estudante fique boa parte do seu dia na universidade, o que acrescido da distância entre casa e universidade pode tornar difícil o

conciliar dos estudos com outras atividades. O que torna especialmente complicado a permanência de um estudante trabalhador.

Entre os entrevistados também apareceram dificuldades, como a falta de livros na biblioteca, a estruturação das disciplinas por semestre, o alto custo de materiais necessários em alguns cursos, a falta de estrutura de algumas salas de aula, além da dificuldade financeira. Entretanto, sobre esta última questão, grande parte dos entrevistados apresenta o recebimento da bolsa auxílio como um aspecto que tem auxiliado a permanência do estudante, pois arca com parte das despesas essenciais para viabilização do estudo.

[...] a passagem é muito cara, então, a bolsa me ajuda bastante. Principalmente na passagem e no material também. Os materiais também são muito caros. Então essa ajuda que a gente recebe é ótima. Dá pra comprar pelo menos uma parte do material, dá pagar as passagens... Como eu uso cartão aí diminui um pouco o valor. (S – 20 anos – estudante do curso de Arquitetura)

O fato de se estudar em uma universidade pública e não necessitar de pagar mensalidades não significa que o estudante não tenha custo para se manter nesta, pois ainda se tem o transporte, a alimentação, o material do curso, dentro outros. Assim, para alguns estudantes o recebimento da bolsa auxílio se torna fundamental para sua permanência na universidade, apesar de não suprir toda a necessidade material, auxilia com parte das despesas do discente.

Para a manutenção/renovação anual da bolsa auxílio, o estudante deverá cumprir alguns critérios estabelecidos em Resolução do Conselho de Ensino e Graduação (CEG). Dentre os quais, destacam-se os critérios acadêmicos, onde o estudante deve manter a nota acima de um determinado Coeficiente de Rendimento, não mais de três reprovações em uma mesma disciplina, dentre outros. Com a necessidade de manter o recebimento da bolsa e atender aos critérios estabelecidos, para alguns discentes, tal mecanismo funciona como uma motivação para melhorar seu aproveitamento acadêmico:

Quando eu soube que tinha [...] uma certa nota... O cr não podia ficar muito baixo, não me lembro o valor agora que tem que ter, que se ficasse muito baixo a gente ia perder o benefício da bolsa. Aí falei 'meu Deus, algo está errado, meu CR não pode cair'. E acho que isso ajudou os meus outros amigos, que são mais duas... Mais duas que andam comigo que são... Ação afirmativa. Quando a gente soube disso, [...], nós começamos a estudar, comer, devorar tudo que a gente precisava, porque a nossa nota não podia ficar baixa de jeito nenhum, o

CR não pode cair. E acho que isso ajuda muito, porque é um incentivo. Não era pra ser o incentivo certo, mas não deixa de ser um incentivo. (T – 20 anos – estudante do curso de Composição de Interiores)

É importante ressaltar que todos os estudantes entrevistados recebem a bolsa auxílio, entretanto, por ter seu recebimento vinculado a um processo de seleção, os entrevistados convivem com outros estudantes que não possuem a referida bolsa e/ou não possuem o benefício moradia e, no entanto, também apresentam dificuldades financeiras.

[...] Assim, tem gente que eu vejo que necessita muito também [da bolsa auxílio], mas que muita gente não conseguiu. Eu me sinto privilegiada de ter conseguido. Tem duas amigas minhas... É porque, assim, a minha condição financeira, comparada à delas, eu acho que é pior, entendeu? Mas isso não exclui a necessidade delas.[...] (B – 21 anos – estudante do curso de Medicina)

[...] o alojamento ele é bem grande, mas eu acho que... Talvez as vagas do alojamento não sejam suficientes pra suprir todo mundo que precisa delas. (R – 19 anos – Estudante do curso de Engenharia Química)

Como a bolsa auxílio, outros fatores foram apontados como elementos facilitadores para a permanência do discente na universidade. Dentre a fala dos entrevistados, destaca-se o papel da monitoria como auxiliadora na parte acadêmica, conforme colocou a estudante do curso de Ciências da Matemática:

A facilidade que eu encontrei foi que eu consigo tirar dúvidas em muito mais lugares do que se eu não estivesse dentro da universidade. Eu posso perguntar pra algum professor, ou pedir encaminhamento pra algum professor. [...] No caso tirar dúvidas de estudos. Fica muito mais fácil aqui dentro porque eu já tenho pra onde ir, tem monitoria e tudo mais. Muito mais acessível ao conhecimento. [...] Ela [monitora] volta bastante e vai te explicando desde a parte que você tá com deficiência, e ela consegue suprir. (M – 23 anos – estudante do curso de Ciências da Matemática e da Terra)

Devemos ressaltar que a apresentação da monitoria no desempenho de um importante papel, que é o auxílio do ensino no que tange aos conteúdos disciplinares, inclusive, voltando em matérias que os estudantes encontram dificuldade, não é algo comum entre os entrevistados, aparecendo na fala de uma minoria destes (apenas 3 estudantes falam da monitoria como espaço a se recorrer no caso de dificuldades acadêmicas para se tirar dúvidas de matéria,

quando esta é disponibilizada). Entretanto, para aqueles que têm esta possibilidade, a presença da monitoria é apresentada como um aspecto contribuidor para a permanência do estudante na universidade.

Como apresentamos, muitos foram os relatos de dificuldades acadêmicas, devido principalmente pelo ensino deficitário adquirido anteriormente ao ingresso na universidade, assim, este papel da monitoria apresentado por parte dos discentes nos parece ser uma boa possibilidade a ser adotada pelos outros cursos.

Outro aspecto que se apresenta como facilitador da permanência do estudante na universidade é a aptidão pelo curso de graduação que estão realizando, no sentido de estimular o seu conhecimento.

Assim, o que me propicia ficar aqui são duas formas: a financeira e a ideológica. Eu acredito no curso, eu estou trabalhando em dois laboratórios de pesquisa diferentes, mas na linha física ainda. Então esses são motivos pra eu ficar aqui. Estou me interessando, tem áreas que me interessam muito. Eu vejo caminhos pro futuro aqui dentro, dentro desses laboratórios e tal. (A – 21 anos – estudante de Bacharelado em Geografia)

Ao se inserir na universidade, na maioria das vezes, o estudante não tem o conhecimento pleno do seu curso de graduação. O estudante pode conhecer sua grade curricular, porém os conteúdos disciplinares só serão vistos em sala de aula, além disto, ao longo de sua graduação o estudante poderá conhecer novos campos de atuação profissionais anteriormente desconhecidos, poderá se envolver em atividades, como a pesquisa, monitoria e extensão, que estimulam a proximidade entre prática profissional e teoria apreendida. Deste modo, se desenvolve o conhecer do próprio curso escolhido onde, dependendo da forma em que é apresentado e das possibilidades que são abertas, poderá se constituir em um grande motivador para a permanência do estudante.

Esta motivação, agora mais fortalecida pelo conhecimento real daquilo que se escolheu, não anula as condições adversas que se apresentam na trajetória universitária, porém oferece um impulso importante para estimular a continuidade do estudante e perspectivas para o futuro.

Outra questão abordada nas entrevistas foi a percepção de algum tipo de diferenciação entre os estudantes ingressantes por reserva de vagas e os ingressantes por ampla concorrência. Na visão de boa parte dos entrevistados,

não há diferenciação, entretanto, alguns estudantes destacam o fato de ocorrerem algumas divisões entre os estudantes:

Tem um preconceitozinho. Quando você fala 'eu sou cotista', eles já te olham meio assim. Os alunos não-cotistas já olham meio assim 'caraca, você é cotista?', 'sou, eu sou cotista'. Ficam meio emburrados e tal. Mas é a nossa realidade... Desculpa, eu tô aqui, eu acho que eu mereço estar aqui. Acho que eu tô fazendo o máximo que eu posso pra estar aqui, então, eu acho que eu sou merecedora também. (B – 21 anos – estudante do curso de Medicina)

A estudante relata ainda uma situação de discordância entre os estudantes na viabilização de um importante momento para os mesmos, que é a realização da festa de formatura, onde parte da turma não possui condições de arcar com um gasto elevado que tem sido o escolhido pela maioria:

E tem um problema também que tá tendo na nossa turma... Que eu estou incluída nesse problema... A questão da formatura, que eles já querem começar a pagar a formatura, e o preço inicial é 120 reais por mês. Eu não tenho condição de pagar isso, como muita gente da turma não tem condição de pagar. E eles querem fazer uma festa, que no final das contas, vai dar uns 700 mil reais... Uma festa, entendeu? Que eu acho que na minha cabeça isso não entra. Isso que eu falei... Muita gente de alto nível social, que tem dinheiro, que pode pagar. E tem muita gente que não pode. A gente tá vivendo um impasse na turma por isso. Aí eles reclamam: ah não, porque 40% da turma praticamente é aluno cotista, e poxa, aí a gente não vai poder abranger todo mundo porque eles não podem pagar, então tá, então não vão poder participar da formatura, só da colação e ponto. (B – 21 anos – estudante do curso de Medicina)

Com o aprofundamento da diversificação do corpo discente da universidade, tem surgido cada vez mais o contato entre estudantes de diferentes classes sociais que, no entanto, ao entrarem na universidade passam a compartilhar um mesmo espaço e uma mesma formação profissional e cultural. Assim, em todos os cursos, mas, sobretudo, nos cursos de reconhecido status sociais, caberá aos estudantes um reconhecimento próprio enquanto turma para que todos possam estar contemplados nas diferentes situações que surgirão ao longo da graduação.

Outro relato importante foi feito com relação à fala de um professor:

No segundo período, eu cheguei a ter que ouvir de um professor que Ação Afirmativa não era pra estar aqui, porque... O diploma era pra estar aqui se a

entrada foi normal ou Ação Afirmativa. Porque ele nunca seria atendido por alguém que entrou por cota. Então é difícil... Até ouvir isso é difícil. (P – 20 anos – estudante do Curso de Ciências Biológicas)

Esta fala expressa uma atitude discriminatória de um professor com relação aos ingressantes por reserva de vagas. Isto é algo extremamente preocupante, pois um professor deve ser visto como aquele que estimulará o aprendizado do estudante e, conforme a fala exposta, o mesmo aparece como um desmotivador.

Um professor também é um representante da universidade e imprimir uma ideia de inferioridade e/ou incapacidade ao estudante é algo extremamente danoso ao discente, principalmente quando o mesmo está buscando superar as dificuldades que surgem no decorrer da vida universitária. Esta, sem dúvida, é uma questão que precisa ser verificada e acompanhada no interior da universidade para que todos os estudantes possam ser recebidos pela mesma forma adequada, sendo inadmissíveis comportamentos e falas discriminatórias.

No decorrer das entrevistas, uma estudante faz uma observação quanto à dedicação dos estudantes ingressantes por Ação Afirmativa que parece diferenciá-los de forma positiva:

Pelo menos na Medicina, o que eu posso observar, assim... Os alunos cotistas são os mais interessados. Pode não ser aquele aluno, assim, que tem disponibilidade de livros, vários livros pra estudar, mas é um aluno mais esforçado, é um aluno que se dedica mais [...] (B – 21 anos – estudante do curso de Medicina)

Muitas das vezes, por ter alguma defasagem ou condições adversas ao ensino, o estudante que ingressa por reserva de vagas busca suprir esta carência com um esforço a mais, com uma dedicação extra que se traduz em um melhor aproveitamento do ensino.

Como vimos, a questão da permanência na universidade congrega tanto aspectos materiais, como os gastos com transporte, alimentação, livros, dentre outros, onde a bolsa auxílio se apresenta como algo de grande valor, mas também requer questões que são de ordem imaterial, como a organização e a receptividade da universidade, professores e colegas de classe, a distância para a casa do estudante, dentre outros.

Todas as questões apresentadas vão influenciar na permanência do estudante de modo favorável ou desfavorável, sendo assim, com a experiência vivenciada até o momento, os estudantes já conseguem avaliar suas trajetórias.

Dificuldades todo período eu vou ter... Comprar material... Todo período a gente vai ter que comprar material, e a questão mesmo de lidar com as pessoas também. Mas isso aí eu já deixei pra lá. Coloquei na cabeça que não valia a pena me preocupar com essas coisas. Porque eu vim pra cá de tão longe, foi pra me tornar uma pessoa profissionalmente melhor. (G – 20 anos – estudante do curso de Odontologia)

Eu tive algumas dificuldades pela questão de não entender as coisas direito... É uma coisa totalmente nova pra mim, coisas que eu nunca vi... O ensino público na escola foi muito falho pra mim. Então cheguei aqui... As coisas diferentes que eu nunca tinha visto... Me dificultou um pouco. Mas com um pouquinho de força eu vou aprendendo, os professores têm paciência pra explicar e tal. [... Sou] uma estudante que tá correndo atrás do futuro. Não importa a dificuldade, eu tenho que enfrentar, porque é o meu sonho e eu não vou desistir (S – 20 anos – estudante do curso de Arquitetura)

Eu tô caminhando. No início a ideia de desistir era muito maior. Hoje em dia fica um pouco mais... Não, cheguei na metade do caminho, agora vamos até o final. Mesmo com as dificuldades, mesmo sabendo que eu posso me formar não da mesma forma que os outros, que eu posso demorar um pouco mais, mas agora eu acho que não desisto mais por isso. (P – 20 anos – estudante do Curso de Ciências Biológicas)

Apesar dos estudantes relatarem dificuldades na sua trajetória, como uma palavra discriminatória, uma deficiência no ensino anteriormente adquirido, os gastos necessários, um trajeto cansativo para chegar à universidade, ou ainda a distância de seus familiares por vir de outro estado, mesmo assim, os discentes apresentam uma perspectiva de continuidade com os estudos, necessária para alcançar o objetivo - que é o curso de graduação.

A vivência universitária traz aos estudantes uma alteração da sua visão com relação aos estudos e com relação às perspectivas futuras, trazendo para os mesmos mais que conteúdos disciplinares:

Olha, eu acho que eu evolui muito, eu aprendi muito. Não só na questão da matéria da Medicina, mas também na postura como estudante, né? Porque a gente acaba tendo que entrar naquela... Naquela... Aqueles atos, tradições, costumes de outrora, de antigamente, de ensino médio, essas coisas e você acaba vendo o mundo com outros olhos. Você acaba vendo também a importância do estudo, do conhecimento, da pesquisa, e que é fantástico. Hoje eu dou muito valor. [...] Uma coisa que eu aprendi aqui é que a gente não

aprende só com o professor. A gente tem que ter uma postura ativa com o estudo, até porque o professor aprende muito com a gente. [...] (B – 21 anos – estudante do curso de Medicina)

Eu descobri que eu gosto. Descobri com o tempo que eu gosto bastante. Acho que eu precisava da Geografia e a Geografia precisava de mim. Sempre brinco com isso com a minha mãe. Depois de tudo que eu passei, eu precisava de um curso que me desse olhos pro mundo e um foco na vida, tipo... Eu sempre brinco com ela nesse sentido. E a Geografia me ajuda bastante nesse sentido. (A – 21 anos – estudante do curso de Bacharelado em Geografia)

Apesar de ser um ambiente diferente, onde novas experiências serão vivenciadas, e que muitas das vezes vai requerer uma dedicação a mais do estudante, pelas condições adversas que o mesmo pode encontrar em sua trajetória acadêmica, a satisfação com o aprendizado da carreira escolhida e o prazer pelo estudo ampliam a visão de mundo do estudante, que vai apresentando uma postura ativa na construção do saber, pois reconhece de forma efetiva a importância deste em suas vidas.

Verificamos com as entrevistas que os estudantes que ingressam por reserva de vagas entendem a sua inserção na universidade como algo muito valioso, onde a reserva de vagas foi um elemento positivo neste processo. Entretanto, os estudantes apresentam uma visão crítica quanto à própria reserva de vagas e apontam para a necessidade de ajustes para que a universidade possa acompanhar este estudante no decorrer de sua graduação.

A viabilização da permanência do estudante requer tanto questões de ordem material como aquelas de ordem imaterial, onde enfatizamos a própria organização da universidade para receber o discente.

Com as alterações que têm ocorrido no corpo discente da universidade, esta não pode deixar de conhecer as necessidades que os estudantes expressam para a mesma ou ainda tornar invisíveis suas demandas. Para se conhecer as necessidades dos estudantes, é preciso primeiramente conhecer quem são estes estudantes e lhes atribuir o lugar de sujeitos. Além disto, é necessário reconhecer o que a universidade enquanto instituição de ensino tem deixado de falhas ao longo dos anos e que necessitam ser alteradas.

4

Considerações Finais

Neste estudo, buscamos refletir sobre a inserção dos estudantes ingressantes por reserva de vagas no ano de 2012, na UFRJ, objetivando melhor compreender os aspectos dificultadores e facilitadores encontrados em sua vivência universitária, haja vista que esta modalidade de ingresso na referida universidade é algo recente e, por isto, reforça antigas e traz novas demandas. Para melhor entendermos a importância desta reflexão, foi necessário ter um olhar mais atento sobre a importância da educação escolarizada em nossa sociedade e como ela vem sendo ofertada ao longo dos anos em nosso país.

A educação é um direito social dos mais importantes, pois através dela se amplia a visão de mundo do indivíduo que passa não somente a receber conhecimentos mas também a desenvolvê-los, o que gera uma maior autonomia e independência. Além disto, na sociedade em que vivemos, o saber intelectual através da educação escolarizada é grandemente valorizado, sendo este um dos condicionantes da demarcação dos lugares sociais.

Ao longo da história de nosso país, observamos que a educação vem sendo ofertada de forma diferenciada para os distintos grupos sociais e podemos dizer que isto ocorre de modo intencional, observada a relevância deste importante direito social. Nesta atual lógica societária, um pequeno segmento da sociedade consegue acessar uma educação escolarizada de melhor qualidade e apresentar mais anos de estudos, enquanto que grande maioria da sociedade, ou seja, os seguimentos mais expropriados da classe, que vivem do trabalho, acabam por ter seu acesso à educação escolarizada de forma limitada, muitas das vezes, constituindo-se em poucos anos de estudo e menor qualidade no ensino. É justamente este processo que auxilia a manter os lugares sociais já estabelecidos, colaborando para a continuidade desta mesma lógica na sociedade.

Assim, a busca pelo aumento da escolaridade e por uma educação escolarizada de melhor qualidade ganha relevo e especial importância em nossa sociedade, pois pode ser a geradora de melhores oportunidades no mundo do trabalho, o que poderia possibilitar melhores condições de vida. É neste contexto que ganham destaque as alterações que têm ocorrido no ensino superior,

principalmente aquelas que dizem respeito ao acesso e permanência, se apresentando como uma maior democratização deste nível de ensino.

Neste estudo, buscamos refletir sobre uma das importantes alterações do acesso ao ensino superior que tem ocorrido em nosso país. A reserva de vagas dos cursos de graduação enquanto uma das modalidades das Ações Afirmativas, embora já exista há mais de dez anos em nosso país, mais recentemente é que vem ganhando especial destaque na cena pública.

A UFRJ iniciou a implementação da reserva de vagas aos cursos de graduação no ano de 2011 de forma ainda bastante incipiente, entretanto, no decorrer dos poucos anos de implementação, podemos verificar alterações tanto no que tange ao conjunto de estudantes beneficiários por esta reserva como também no quantitativo de vagas reservadas. Isto significa que houve alguns avanços, mas ainda há muitas conquistas a se alcançar neste âmbito, o que pode ser verificado através dos depoimentos dos discentes entrevistados em nosso estudo.

Ao buscar refletir sobre a inserção dos estudantes ingressantes por reserva de vagas na UFRJ no ano de 2012, pudemos melhor conhecer o perfil deste grupo de estudantes e melhor entender quem são estes discentes. Vimos que a maioria dos estudantes pertencentes ao nosso universo de pesquisa (966 que receberam a bolsa auxílio em 2013) ingressou na universidade com idade entre 18 e 25 anos e que apresentou com maior incidência como fatores motivadores de sua inserção na universidade o sonho em realizar o curso escolhido, sonho em estudar na UFRJ e a possibilidade de ascensão social. Na análise dos dados quantitativos, verificamos ainda que a maior parte dos pais destes estudantes não possui nível superior de ensino, assim, a possibilidade de estar em uma universidade é algo novo não apenas para o estudante mas também para sua própria família. Entre os entrevistados, esta realidade apresenta-se muitas das vezes como um grande motivador para a inserção do estudante na universidade.

Destacou-se ainda o fato da maioria ter cursado o ensino médio em escolas da rede estadual de ensino, porém pertencentes aos diversos estados do nosso país. Nos depoimentos, um dos aspectos que, muitas das vezes, se configura como um fator dificultador da permanência do estudante é a baixa qualidade do ensino recebido ao longo de sua trajetória escolar antes de se inserir na universidade, o que faz com que o discente, algumas vezes, aponte

dificuldade em acompanhar algumas disciplinas. Esta situação, acrescida da deficiente e/ou inexistente orientação e acompanhamento pedagógico dos cursos de graduação aos estudantes, agrava as dificuldades enfrentadas pelos discentes, o que demonstra ainda uma falha ou despreparo da universidade sobre esta questão.

Outro fator dificultador da permanência, que se apresenta na fala de alguns dos entrevistados, é a utilização de textos em idiomas estrangeiros. Esta dificuldade está atrelada ainda ao ensino deficiente recebido ao longo da trajetória escolar, que não possibilitou tal conhecimento e que, no entanto, é requerido ao estudante quando se insere na universidade.

Para a maioria dos entrevistados, o recebimento da bolsa auxílio tem fundamental importância para sua manutenção na universidade. A bolsa é utilizada nos gastos com transporte, material, alimentação, dentre outros. Entretanto, há nos depoimentos um entendimento da insuficiência desta por não conseguir atender a todo conjunto de estudantes que dela necessitam.

Ainda com relação à universidade, podemos verificar que a forma como estão organizados os cursos de graduação na UFRJ, em sua maioria sendo ofertados em período integral, dificulta a permanência de alguns discentes, em especial, o estudante trabalhador. A criação e/ou a viabilização de um orientador acadêmico para auxiliar na montagem da grade de disciplinas nestes casos é essencial e mais essencial ainda é a ampliação da oferta e da variedade de cursos em horário noturno.

No que diz respeito ao entendimento sobre a reserva de vagas, verificamos que muitos estudantes são favoráveis a mesma pelo critério de escola pública, em alguns casos sinalizando a diferença de ensino ofertado até mesmo entre as escolas públicas (o que daria uma condição mais vantajosa, por exemplo, para estudantes das escolas federais). Entretanto, parte dos entrevistados não apresentou opinião favorável à reserva de vagas pelo critério de raça/etnia. Foi considerado que a grande dificuldade em se acessar o ensino superior é causada pelo ensino precário recebido ao longo da trajetória escolar, em especial durante o ensino médio.

Em alguns depoimentos, pudemos perceber que o próprio entendimento sobre o que seria a reserva de vagas e as ações afirmativas, em si, não era algo muito comum e claro entre os entrevistados, apesar de ser um tema em

evidência nos dias atuais e de todos os entrevistados serem beneficiários da reserva de vagas. Geralmente, ocorria uma associação entre a bolsa recebida e a forma de ingresso na universidade. Esta situação pode ser um indicativo de que esta falta de entendimento ocorra também na sociedade de forma mais geral.

Outro aspecto apresentado nas entrevistas que merece destaque diz respeito à identificação do estudante com a universidade e com os demais colegas de turma. Houve depoimento onde a questão da situação econômica diferenciada da maioria da turma inviabilizava e/ou dificultava a estudante em partilhar decisões que se referiam a etapas importantes da vida acadêmica, como a formatura. Este depoimento nos permite compreender que a implementação da reserva de vagas deve ser feita de forma que haja um entendimento mais coletivo sobre as alterações que a universidade passa a obter em seu corpo discente, e que esta conscientização deve ocorrer até mesmo entre os estudantes, para que todos possam ter a noção de direito à educação, além de que o entendimento de uma turma deve ter ações mais conjuntas que favoreçam a participação de todos.

De todos os fatores dificultadores à permanência dos estudantes, sem dúvida alguma, o mais impactante foi a ação discriminatória de um professor relacionada à inserção de uma estudante ingressante por reserva de vagas na universidade. Sendo um representante da universidade, o professor teria a função de contribuir para o aprendizado e não de desestimular o estudante imprimindo uma ideia de inferioridade.

Esta situação colabora no entendimento de que ainda há muito que se avançar para realmente assegurarmos uma efetiva democratização do ensino superior. A reserva de vagas na universidade para grupos de estudantes que historicamente tiveram um acesso reduzido a este nível de ensino é um passo fundamental neste processo, porém é apenas um primeiro passo. A inserção de um estudante vai além do acesso, tem relação direta também com a permanência. A permanência, por sua vez, congrega elementos de ordem material, como transporte, moradia, alimentação, material didático, dentre outros, como ainda congrega fatores de ordem imaterial, como o acompanhamento pedagógico, a identidade com o espaço e as pessoas, a motivação para a continuidade do curso, dentre outros.

Tanto no que se refere ao acesso quanto à permanência, a universidade e o Estado têm fundamental importância ao possibilitar a inserção de qualidade do estudante. Para isto, é necessário se avançar em termos de organização das instituições de ensino, conscientização da sociedade de forma geral, englobando o corpo docente e discente sobre a reserva de vagas e necessária democratização do ensino e ainda em termos de fortalecimento da política de Educação.

É insuficiente apenas aumentar os dados numéricos que dizem respeito ao aumento de estudantes de segmentos mais expropriados da classe que vive do trabalho, na universidade. É necessário efetivar uma educação de qualidade para todos os grupos sociais, ampliar os mecanismos que possibilitam a permanência dos estudantes e estruturar as universidades de forma a contemplar as diferentes necessidades dos discentes compatíveis com suas realidades de vida, considerando a educação não como um benefício de poucos, mas como um direito de todos.

Diante disto, entendemos que a democratização da educação superior é um processo constante, que em nosso país vem dando os primeiros passos fundamentais, entretanto, é um processo contínuo que ainda precisa de muitos avanços a ser conquistados.

5

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, N. L. T. Educação pública e Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade**, n. 63. São Paulo: Cortez, 2000. p. 62-74.

ALMEIDA, W. M. Estudantes com desvantagens econômicas e educacionais e fruição da universidade. **Cadernos CRH**, Salvador, v.20, n.49, jan./abr. 2007. p. 35-46.

ANTUNES, R. O desenho multifacetado do trabalho hoje e sua nova morfologia. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, nº. 69, 2002. p. 107-120.

BENEVIDES, M. V. M. Democracia de Iguais, mas Diferentes, In BORBA A.; FARIA N.; GODINHO T. **Mulher e Política: Gênero e Feminismo no Partido dos Trabalhadores**. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1998. p.137-152.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1998.

_____. **Decreto nº 19.851**, de 11 de abril, de 1931. Dispõe sobre o Ensino Superior no Brasil. Rio de Janeiro, 1931.

_____. **Decreto nº 6.096**, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Brasília, 2007.

_____. **Decreto nº 7234**, de 19 de julho, de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Brasília, 2010.

_____. **Lei n.12.711**, de 29 de agosto, de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, 2012.

BRASILIA. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. Publicado no Diário Oficial da União n.60, de 30/03/93 e alterado pela Resolução CFESS n.290, publicada no diário Oficial da União de 11/02/94.

CARVALHO, C. P. Projetos familiares e formação universitária: diplomas e trajetórias sociais em tempos de crise e globalização. **Cadernos CRH**, Salvador, v.17, n.º. 41, Mai/Ago. 2004. Pp. 243-254.

CEG. **Resolução nº 01/2008**. Dispõe sobre as normas de concessão e renovação de auxílio ao estudante. Disponível em: <http://www.poli.ufrj.br/arquivos/auxilio%20ao%20estudante/Resolucao%20CEG%200108.pdf> . Acesso em: 07 mai. 2014.

CFESS. **Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação**. Brasília: CFESS, 2013.

CLAPP, A. Ação Afirmativa no Ensino Superior: um estudo da política de Inserção de alunos oriundos de pré-vestibulares para negros e carentes, pré-vestibulares comunitários e lideranças comunitárias implementadas na PUC-RJ. **O Social em Questão**. Ano X, n. 15 (2006), Rio de Janeiro: PUC-Rio. p. 45 – 67.

_____. Políticas de Reconhecimento x Políticas de Redistribuição – Um dilema contemporâneo. **O Social em Questão**. Ano XIII, n. 23 (2010), Rio de Janeiro: PUC-Rio. p.136-153.

CONSUNI. **Resolução nº 14/2011**. estabelece critérios para ingresso na Universidade Federal do Rio de Janeiro em 2012. Disponível em: <http://www.consuni.ufrj.br/images/Resolucoes/res14-11.pdf>. Acesso em: 24 mai. 2013.

_____. **Resolução nº 16/2010**. Estabelece novos critérios para o ingresso na UFRJ em 2011. Disponível em: <http://www.consuni.ufrj.br/images/Resolucoes/res16-10.pdf>. Acesso em: 24 mai. 2013.

_____. **Resolução nº 18/2012**. Aplica a Lei nº 12.711/2012 para ingresso nos cursos de graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.consuni.ufrj.br/images/Resolucoes/Res_18-2012.pdf - Acesso em: 24 mai. 2013.

CONSUNI. **Resolução nº 21/2012**. Altera a Resolução nº 18/2012 em atendimento ao Decreto nº 7.824 de 11/10/2012, e à Portaria Normativa nº18-MEC, de 11/10/2012. Disponível em: http://www.consuni.ufrj.br/images/Resolucoes/Res_21-2012.pdf. Acesso em: 24 mai. 2013.

COUTINHO, C. N. Notas sobre cidadania e modernidade. **Praia Vermelha – Estudos de política e Teoria Social**, v. 1, n. 1, Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação da Escola de Serviço Social da UFRJ – DP&A, 1997. p.145-165.

ESCOREL, S. **Vidas ao Léu: trajetórias de exclusão social**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1ª reimpressão, 2006. p.23-81.

ESTADÃO/ Política/ Ensino Público. **Baixa escolaridade de adultos mantém famílias na miséria**. Disponível em: <http://blogs.estadao.com.br/roldao-arruda/baixa-escolaridade-de-adultos-mantem-familias-na-miseria/> Acesso em: 03 jan. 2014.

EXAME.com/ Brasil. **As 300 melhores escolas do Brasil no ENEM**. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/as-500-melhores-escolas-do-pais-no-enem?page=1>. Acesso em: 06 jan. 2014.

_____. **Escolas públicas são maioria entre as que tiveram desempenho baixo no ENEM**. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/escolas-publicas-sao-maioria-entre-as-que-tiveram-desempenho-baixo-no-enem>. Acesso em: 07 mai. 2014.

FACEIRA, L. S. **Universidade e educação: meritocracia ou direito?** Curitiba, PR: CRV, 2013.

FERES JUNIOR, J. Ação Afirmativa no Brasil: fundamentos e críticas. **Econômica**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, dez. 2004. p.291- 312.

FRIGOTTO, G. Os circuitos da história e o balanço da educação no Brasil na primeira década do século XXI. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, v.18, n. 46, jan./abr 2011. p. 235-274.

G1/RJ. **UERJ divulga resultado positivo com sistema de cotas.** Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2010/06/uerj-divulga-estudo-com-resultado-positivo-sobre-o-sistema-de-cotas.html>. Acesso em: 24 mai. 2013.

GEA-ES. Democratização da Educação Superior no Brasil: avanços e desafios. **Cadernos do GEA**, Rio de Janeiro: FLACSO, GEA; UERJ, LPP, n.1, jan-jun. 2012.

GOMES, J. B. B. A recepção do instituto da ação afirmativa no Direito Constitucional Brasileiro. In: SANTOS, R. E. LOBATO, F. (Orgs.). **Ações afirmativa – políticas Públicas contras as desigualdades raciais.** Rio de Janeiro, DP&A, 2003.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche:** capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Editora Cortez, 2007. Capítulo II.

LÁZARO, A. et al. Inclusão na Educação Superior. **Cadernos do GEA**, Rio de Janeiro: FLACSO, GEA; UERJ, LPP, n.2, jul-dez. 2012.

LIMA, K. R. S. O Banco Mundial e a educação superior brasileira na primeira década do novo século. **Katálysis**, Florianópolis, v.14, n.1. jan/jun 2011. p. 86-94.

MINAYO, M. C. (Org.). **Pesquisa social:** Teoria. Método e criatividade. Petrópolis: Ed. Vozes, 2001.

MOEHLECKE, S. Ação Afirmativa: história e debates no Brasil. **Cadernos de Pesquisa.** S/ local, n. 117, nov. 2012. p.197- 217.

NETTO, J. P. Desigualdade, pobreza e Serviço Social. **Revista Em Pauta**, Rio de Janeiro: FSS/UERJ, n. 19, 2007. p.135 -170.

PAIVA, A. M. R. P. Direitos, Desigualdade e Acesso à Universidade. **O Social em Questão.** Ano XIII, n.23 (2010), Rio de Janeiro: PUC-Rio. p.15-42.

PAIXÃO, M.; MONÇORES, E.; ROSSETTO, I. Ações Afirmativas por Reserva de Vagas no Ingresso Discente nas Instituições de Ensino Superior (IES): um panorama segundo o Censo da Educação Superior de 2010. **Cadernos do GEA**, Rio de Janeiro: FLACSO, GEA; UERJ, LPP, n.1, jan-jun. 2012.

PEREIRA, L. D. Educação Superior e Serviço Social: o aprofundamento mercantil da formação profissional a partir de 2003. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, n.96, 2008. p. 151-173.

PIOVESAN, F. Ações Afirmativas no Brasil: desafios e perspectivas. **Estudos Feministas**, Florianópolis, set. – dez. 2008. p. 887 – 896.

PORTAL MEC/ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Estudantes podem consultar a relação de candidatos por vaga**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17380. Acesso em: 07 mai. 2014.

PORTAL MEC/SAE. **Aumento da escolaridade amplia renda do trabalho, diz IPEA**. Disponível em: <http://www.sae.gov.br/site/?p=18494>. Acesso em: 07 mai. 2014.

PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO/ SMTR. **Prefeitura do Rio amplia gratuidade nos ônibus para estudantes**. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/smtr/exibeconteudo?id=4571708>. Acesso em: 07 mai. 2014.

RISTOFF, D. O espelho distorcido. **Cadernos do GEA**, Rio de Janeiro: FLACSO, GEA; UERJ, LPP, n.1, jan-jun. 2012.

_____. Universidades com mais cara de Brasil. **Opinião**, n.11. Rio de Janeiro: FLACSO, GEA. Out. 2013.

ROMANELLI, O. O. **História da Educação no Brasil (1930/1973)**. Petrópolis, RJ: Vozes, 34 ed., 2009.

SILVA, M. O. S. Pobreza, desigualdade e política pública: caracterizando e problematizando a realidade brasileira. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 13, n. 2, jul./dez. 2010. p.155 -163.

SOBRINHO, J. D. Democratização, qualidade e crise da Educação Superior: faces da exclusão e limites da inclusão. **Educ. Soc.**, Campinas, v.31, n.113, 2010. p. 1223-1245.

TERRA/EDUCAÇÃO. **Sisu 2013**: UFRJ é a Universidade mais procurada. Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/educacao/enem/sisu-2013-ufrj-e-a-universidade-mais-procurada,e6ac791d1145f310VgnVCM10000098cceb0aRCRD.html>
Acesso em: 07 mai. 2014.

UFRJ. **A UFRJ – História**. Disponível em: http://www.ufrj.br/pr/conteudo_pr.php?sigla=HISTORIA. Acesso em: 07 mai. 2014.

UOL/ EDUCAÇÃO. **Mais de 15 mil alunos mudam de estado para fazer faculdade**. Disponível em: <http://educacao.uol.com.br/noticias/2013/05/16/mais-de-15-mil-calouros-do-sisu-mudam-de-estado-para-fazer-faculdade.htm>. Acesso em: 26 dez. 2013.

UOL/ PORTAL APRENDIZ. **Baixa escolaridade torna trabalhadores mais vulneráveis à escravidão**. Disponível em: <http://portal.aprendiz.uol.com.br/2012/03/23/baixa-escolaridade-torna-trabalhadores-mais-vulneraveis-a-escravidao/> Acesso em: 03 jan. 2014.

VIEIRA, A. L. C.; VIEIRA, J. J. Dilemas da Inclusão e Entraves à Permanência: por uma reflexão multidimensional das políticas de ação afirmativa no Brasil. **O Social em Questão**. Ano X, n. 15 (2006), Rio de Janeiro: PUC-Rio. p. 72-92.

ZAGO, N. Do acesso à permanência no ensino superior: percurso de estudantes universitários de camadas populares. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, v. 11, nº 32, maio/ago. 2006. p. 226-237.

6 Anexos

6.1. Anexo1 – Roteiro de Entrevista

1- Perfil

Idade - _____ Sexo: () M () F Bairro e Cidade onde reside: _____

Curso de graduação realizado: _____ Turno: _____

Campus: _____ Período: _____

Quando terminou o ensino médio? _____ Em que tipo de escola?

M() E () F ()

O ensino médio foi realizado em escola técnica () Supletivo ()

Você freqüentou algum curso pré-vestibular? Não () Sim () Que tipo _____

Escolaridade da mãe () Ensino fundamental () Ensino Médio () Ensino Superior

Escolaridade do pai () Ensino fundamental () Ensino Médio () Ensino Superior

Quem é a pessoa mais próxima de você que já cursou ensino superior? _____

Já havia realizado outras seleções para o ensino superior antes de entrar na UFRJ? Sim () Não () Quantas? _____ Chegou a iniciar algum outro curso? Não () Sim () Qual _____

2 – Perguntas qualitativas

- Trajetória educacional e motivação

- Por que decidiu cursar o ensino superior?
- Qual foi a motivação para a escolha do seu curso de graduação?

- Reserva de vagas, Permanência e Desigualdade

- Você é estudante beneficiário das ações afirmativas? De que tipo? (semi-aberta)
- O que você acha sobre a reserva de vagas para os cursos de graduação? Trouxe novas possibilidades a você? Você acha que a UFRJ está estruturada de forma adequada a receber os estudantes ingressantes pela ação afirmativa? (De que forma têm contribuído para a sua permanência)
- Diante da sua vivência universitária, quais os aspectos facilitadores e dificultadores que você encontrou, com relação à universidade como um todo e com relação ao seu curso de graduação?

- Você percebe algum tipo de diferenciação entre os estudantes ingressantes por reserva de vagas e os estudantes que ingressaram da forma tradicional?
- Na sua opinião, a UFRJ hoje, com as possibilidades de acesso e permanência que ela provê, consegue dar oportunidades iguais a todos os estudantes, oriundos ou não de ações afirmativas?
- Na sua trajetória na universidade até aqui, como é que você se vê?

6.2.

Anexo 2 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Este documento apresenta as orientações principais sobre a participação na pesquisa “ *Ensino superior, desigualdades e democratização: um estudo sobre a inserção dos estudantes ingressantes por reserva de vagas na Universidade Federal do Rio de Janeiro* ”, que será realizada com estudantes dos cursos de graduação da referida universidade.

O objetivo principal desta pesquisa é estudar os limites e possibilidades que se apresentam para os estudantes ingressantes através da reserva de vagas que institui critério de renda e origem do ensino médio, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), enquanto aspecto da atual democratização do ensino superior. Entendendo que esta modalidade de ingresso na universidade vem alterando a dinâmica institucional.

Para isto, buscaremos compreender as alterações que a UFRJ vem realizando no que tange a sua organização, a oferta de vagas nos cursos de graduação e as ações desenvolvidas para a permanência destes discentes ingressantes pela modalidade de reserva de vagas, bem como melhor conhecer quem são estes estudantes, buscando entender quais as suas motivações para a realização de um curso universitário, e realizar uma investigação dos fatores que se tornam condicionantes da inserção destes estudantes no ensino superior.

Uma das etapas da pesquisa consiste na realização de entrevistas semi-estruturadas de abordagem individual. Para viabilizar a pesquisa você é convidado a participar destas entrevistas. Essas informações serão obtidas através de uma entrevista e sua identificação será mantida sob sigilo. As entrevistas serão gravadas para melhorar a qualidade dos dados. A gravação da entrevista é imprescindível para sua participação neste projeto. As entrevistas serão transcritas. Seu nome não será gravado nem será usado na transcrição da entrevista. Os resultados serão apresentados de forma a não permitir, sob nenhuma hipótese, revelar suas identidades. Você é convidado a participar e pode se recusar ou mesmo interromper sua participação a qualquer momento. Os resultados do estudo podem ser publicados, mas sua identidade não será revelada em hipótese alguma.

Já informado (a) sobre os detalhes deste estudo, declaro que estou ciente das informações contidas neste Termo de Consentimento, as quais li e entendi com clareza. Declaro neste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido a minha concordância em participar desta pesquisa. Estou ciente de que posso interromper minha participação a qualquer momento e da existência de uma cópia deste termo que permanecerá arquivada pelos pesquisadores.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de 2013.

Nome Completo:

Assinatura do participante

Assinatura do responsável pela pesquisa

Vanessa Pontes da Costa
Estudante do curso de Mestrado em Serviço Social pela PUC - Rio.

6.3.

Anexo 3 – Formulário de Seleção para Bolsa Auxílio Utilizado em 2012


UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
SUPERINTENDÊNCIA GERAL DE POLÍTICAS ESTUDANTIS
DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE/DAE

FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO PARA BOLSA AUXÍLIO 2013
(INGRESSANTES PELA AÇÃO AFIRMATIVA EM 2012)

Já solicitou algum benefício junto à Divisão de Assistência ao Estudante? Sim Não

Calouro? 1º Semestre 2º Semestre

Recebe ou recebeu Bolsa Acesso e Permanência? Sim Não

Algum familiar recebe Bolsa Auxílio ou Benefício Moradia? Não Sim

Nome do familiar: _____

FOTO

I - DADOS PESSOAIS:

Nome: _____ DRE: _____

Curso: _____ Turno: _____ Campus: _____

Data de nascimento: _____ Naturalidade: _____ Sexo: Feminino () Masculino ()

Estado Civil: Solteiro () Casado () Divorciado () União estável () Viúvo ()

Endereço da família do aluno:

Rua: _____ n° _____ Complemento: _____

Bairro: _____ Cidade: _____ Estado: _____ CEP: _____

Telefones para contato: _____ Celular: _____

Especificar com quem reside: () pais () cônjuge () parente () amigos () vaga alugada () outros: _____

E-mail aluno: _____ Indicar pontos de referência da residência: _____

Endereço da moradia alternativa do aluno: (caso o aluno não resida em seu Estado/cidade de origem)

Rua: _____ n° _____ Complemento: _____

Bairro: _____ Cidade: _____ Estado: _____ CEP: _____

Telefone para contato: _____ Indicar pontos de referência da residência: _____

Informações sobre pais que não resida(m) com o aluno (caso o aluno resida com outro membro da família)

1 - Nome _____ CPF: _____

Cidade onde reside: _____ Profissão: _____ Renda mensal: _____

Paga pensão? Sim Caso sim, qual o valor? _____Não Caso não, especifique o motivo? _____Contribui financeiramente de outra forma? Não Sim Caso sim, qual o valor? _____

2 - Nome _____ CPF: _____

Cidade onde reside: _____ Profissão: _____ Renda mensal: _____

Outras informações sobre o aluno:

Cursou todo o ensino médio na rede pública () Municipal () Estadual () Federal UF: _____

Nome da Escola: _____

Frequentou curso pré-vestibular antes de seu ingresso na universidade?

- () Sim, particular com bolsa
 () Sim, particular sem bolsa
 () Sim, vestibular comunitário
 () Não freqüentei

De acordo com as categorias cor / raça/ etnia, como você se define?

- () Branca
 () Preta
 () Indígena
 () Oriental
 () Parda

Principais razões que motivaram a escolha do curso de graduação na UFRJ?

- () inserção rápida no mercado de trabalho
 () status social
 () remuneração atraente
 () para satisfazer a vontade da família
 () ascensão social, capacitação profissional
 () número reduzido de candidatos para o curso pretendido
 () Sonho em realizar o curso escolhido.
 () Sonho em estudar na UFRJ.

Iniciou ou vai iniciar algum curso superior além deste na UFRJ?

- () Não
 () Sim, mas abandonei
 () Sim, ainda estou cursando
 () Sim e já concluí

II – DADOS SOCIOECONÔMICOS E FAMILIARES (preencher todos os dados solicitados)

Despesas da família

- | | |
|--------------------------|-----------|
| 1) Luz | R\$ _____ |
| 2) Gás | R\$ _____ |
| 3) Telefone | R\$ _____ |
| 4) Água | R\$ _____ |
| 5) Aluguel/Financiamento | R\$ _____ |
| 6) Condomínio | R\$ _____ |
| 7) Outras despesas | R\$ _____ |

Problema de saúde do aluno ou familiar que impeçam a inserção no mercado de trabalho ou tenha impacto na renda familiar?

Não Sim Especifique: _____

Propriedades da família:

- Imóvel onde reside: () quitado () em financiamento
- Imóvel (eis) residenciais alugado(s) para terceiros – quantos? () 1 () 2 () 3 () mais de 3
- Imóvel (eis) comercial (ais) alugado(s) para terceiros – quantos? () 1 () 2 () 3 () mais de 3
- Automóvel (eis). Quantos? ____ Ano _____

MEIO DE TRANSPORTE DO ALUNO:

Qual o meio de transporte utilizado pelo aluno para vir à UFRJ?

- Trem/ Metrô Ônibus Carro Outros

Número de transportes coletivos utilizados do local de sua moradia até o campus universitário: () 1 () 2 () 3
() mais de 3 Municipal Intermunicipal

Tempo gasto para chegar a UFRJ: () menos de 1h () De 1h a 2h () De 2h a 3h () Mais de 3h

Valor total gasto diariamente em conduções: _____

COMO/ONDE O ALUNO FAZ REGULARMENTE SUAS REFEIÇÕES:

- Cantinas da UFRJ Restaurante universitário Em sua casa
- Marmita Outros

OBSERVAÇÕES ACERCA DO INFORMADO NO QUESTIONÁRIO:

III – DECLARAÇÕES DO ALUNO

1 – Declaro não possuir curso superior completo. _____

Assinatura do (a) aluno (a)

2 – Declaro não estar cursando outra Universidade/Faculdade. _____

Assinatura do (a) aluno (a)

3- Declaro que todas as informações prestadas e documentos apresentados são verdadeiros, bem como estar ciente que os mesmos estarão sujeitos à verificação através de visita domiciliar e outros mecanismos de aferição e que, comprovada a inveracidade de qualquer informação, perderei o direito a concorrer ao benefício.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de _____.

Assinatura do (a) aluno (a)

QUADRO DE COMPOSIÇÃO FAMILIAR

Preencher os dados de todas as pessoas que moram na sua casa, inclusive o próprio aluno.

	NOME	Grau de parentesco	Idade	Escolaridade	Ocupação atual	Tipo de vínculo *1	CPF	Rendimento Bruto *2
1		OPROPRIO						
2								
3								
4								
5								
6								
7								
8								
9								
10								
11								
12								

Total de rendimentos familiares: R\$ _____

*1 Vínculo formal (carteira assinada ou funcionário público) e informal (sem carteira assinada).
 *2 Entende-se como rendimento bruto o total de proventos, sem descontos.
 Considerar como renda os rendimentos provenientes de salário, trabalho informal, pensão alimentícia, aposentadoria, outros benefícios, bolsas de estágio (inclusive do aluno), contribuições financeiras de familiares.

Outras informações: _____

